



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 007

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 01 DE MARÇO DE 2005

ANO XXX

## Mesa Executiva

**HERMAS BRANDÃO**

Presidente - PSDB

**PEDRO IVO ILKIV**

1º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

2º Vice-Presidente - PDT

**ARLETE CARAMÊS**

3º Vice-Presidente - PPS

**NEREU MOURA**

1º Secretário - PMDB

**GERALDO CARTÁRIO**

2º Secretário - PSL

**ELIO RUSCH**

3º Secretário - PFL

**RENI PEREIRA**

4º Secretário - PSB

**PASTOR EDSON PRACZYK**

5º Secretário - PL

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## Lideranças

Líder do Governo .....	Natálio Stica
Líder da Oposição .....	Valdir Rossoni
PTB .....	Carlos Simões
PFL .....	Plauto Miró Guimarães
PSDB .....	Ademar Traiano
PMDB .....	Antonio Anibelli
PP .....	Cida Borghetti
PT .....	Tadeu Veneri
PDT .....	Barbosa Neto
PSL .....	Luiz Carlos Martins
PL .....	Mauro Moraes
PPS .....	Ratinho Júnior

## Representação Partidária

**PMDB** - 11: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Cleiton Kielse - Delegado Braddock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PPS** - 04: Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PP** - 03: Cida Borghetti - Duílio Genari - Cesar Seleme; **PTB** - 03: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; **PL** - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **PSL** - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins.

**SUMÁRIO****004ª SESSÃO ORDINÁRIA ..... 02****Lista de presenças..... 02****Expediente.....**

Mensagens .....

Ofícios.....

Requerimentos .....

Projetos de Lei .....

**Horário do Pequeno Expediente .....**

Dep. Neivo Beraldin .....

Dep. Natálio Stica .....

Dep. Elza Correia.....

Dep. Barbosa Neto .....

Dep. Artagão Júnior.....

**Horário do Grande Expediente.....**

Dep. Nereu Moura .....

**Horário das Lideranças .....**

Liderança do PSL: Dep. Luiz

Carlos Martins.....

Liderança do PPS: Waldir

Rossoni.....

Liderança do PSB: Dep. José

Domingos Scarpellini .....

Liderança do PTB: Dep. Jocelito

Canto.....

Liderança do PSDB: Dep. Ademar

Traiano .....

Liderança do PFL: Dep. Durval

Amaral .....

Liderança do PDT: Dep. Barbosa

Neto.....

Liderança do PMDB: Dep. Elza

Correia .....

Liderança da Oposição: Dep.

Valdir Rossoni.....

**Promulgação da Res. 001/2005****Regimento Interno da ALEP .....****Ordem do Dia .....**

Leitura do Expediente .....

Discussão/Votação .....

2ª Discussão .....

Discussão Única .....

Requerimentos .....

**Ordem do dia da próxima Sessão .....****007ª Sessão Ordinária**

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
15ª LEGISLATURA  
ATA DA 007ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
01 DE MARÇO DE 2005**

*(terça-feira)*

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão,  
secretariada pelos Srs. Deputados Nereu Moura e  
Geraldo Cartário.

**Presenças:**

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Pedro Ivo Ilkiv, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Elio Rusch, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Antonio Anibelli, Antonio Anibelli, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, José Domingos Scarpellini, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nelson Tureck, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Waldir Leite (49). Achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: Ademir Bier, Cleiton Kielse, Chico Noroeste, Marcos Isfer e Padre Paulo Campos.

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

**SESSÃO ORDINÁRIA.****O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

**O SR. 2º SECRETÁRIO**

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

## O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

**Expediente:****Mensagens**

MENSAGEM Nº 001/2005

Curitiba, 23 de fevereiro de 2005.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva alterar a redação da alínea “x” do inciso II do artigo 14, da Lei nº 11.580/96, de 14 de novembro de 1996, acrescido no referido artigo pela Lei nº 14.604, de 05 de janeiro de 2005, publicada no Diário Oficial da mesma data.

O plano de lei em referência decorre de expediente a mim dirigido pela Secretaria de Estado da Fazenda, Ofício nº 038/05, de 14 do corrente, onde o titular daquela Pasta demonstra que para a fruição do benefício de que trata o artigo 1º, da Lei nº 14.604/05, faz-se necessária a exclusão, em seu texto, das expressões “exclusive para pavimentação ou revestimento” e, assim, adequá-lo à descrição das mercadorias classificadas nos códigos 6907 e 6908, da Nomenclatura Brasileira de Mercadorias - NBM, sendo que, sem a providência legal ora proposta, seria inexecutível.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

## ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º A alínea “x” do inciso II do artigo 14 da Lei nº 11.580/96, de 14 de novembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

“x) ladrilhos e placas de cerâmica classificados nos códigos 6907 e 6908 da NBM/SH.”

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 05 de janeiro de 2005.

**À Diretoria Legislativa.**

MENSAGEM Nº 002/2005

Curitiba, 23 de fevereiro de 2005.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva atribuir ao estabelecimento industrializador de leite o crédito presumido de cinco por cento sobre o valor das saídas, em operações

internas, de leite UHT (ultra high temperature), acondicionado em embalagem longa vida, classificado na posição 0401 da Nomenclatura Brasileira de Mercadorias - Sistema Harmonizado - NBM/SH. Visa ainda, adotar outras providências pertinentes ao assunto.

O plano de lei em referência, consulta plenamente aos superiores interesses públicos, cuja medida justifica-se, com o necessário detalhamento, através da adiante transcrita exposição de motivos que me foi encaminhada pelo Secretário de Estado da Fazenda.

“As aquisições de leite UHT (ultra high temperature), acondicionado em embalagem longa vida, quando realizadas de estabelecimentos sediados em outras unidades federadas, são gravadas com o ICMS calculado com a aplicação de uma alíquota de doze por cento, sendo que nas aquisições internas deste mesmo produto, incide o imposto calculado com a aplicação de uma alíquota de 7% (resultante de redução na base de cálculo), conforme dispõe a Lei nº 13.212, de 29.06.2001.

Do fato mencionado, decorre um “ganho tributário” auferido pelos estabelecimentos adquirentes (redes de distribuição), da ordem de cinco por cento (diferença entre as alíquotas interestadual, de aquisição, e interna, aplicável às saídas), em detrimento das empresas paranaenses que industrializam o mesmo produto.

O presente projeto de lei tem por objetivo encerrar a questão apresentada, ao alinhar a alíquota interna do produto para doze por cento, atribuindo às empresas paranaenses do setor de distribuição a possibilidade de adquirir no mercado interno com crédito de doze por cento, ou seja, com o mesmo percentual de crédito que utiliza quando das aquisições em operações interestaduais.

Ao mesmo tempo, ao se conceder um crédito presumido de cinco por cento sobre o valor das saídas, em operações internas, de leite UHT, acondicionado em embalagem longa vida, ao estabelecimento industrializador de leite, estar-se-á mantendo a mesma tributação atual (a alíquota efetiva aplicada às operações internas será de sete por cento).

A aprovação da presente proposição favorecerá, portanto, a revitalização das empresas paranaenses do setor leiteiro, possibilitando a estas reassumir o mercado interno, tendo em vista que hoje mais de cinquenta por cento dos produtos comercializados a varejo são originários de outras unidades federadas.

Ainda, por via transversa, estaremos impondo uma barreira a aquisições efetuadas junto a unidades federadas que estimulam suas empresas com a concessão de benefícios sem sustentação em convênio efetuado no âmbito do CONFAZ, haja vista que apesar das tentativas de evitar tal distorção, mediante a edição de decretos que vedam aos créditos relativos a tais aquisições, as grandes redes varejistas de distribuição continuam adquirindo o produto de outros Estados, caindo por terra todos os esforços realizados.

Por fim, esclarecemos que este anteprojeto atende, ainda, a pleito formulado pelas Comissões dos Alimen-

tos, de Agricultura, Indústria e Comércio, de Defesa do Consumidor, e o Bloco Parlamentar Agropecuário da Assembléia Legislativa, encaminhando à Secretaria de Estado da Fazenda, por meio do Ofício nº 16/2004-CPA.”

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º Fica atribuído ao estabelecimento industrializador de leite o crédito presumido de cinco por cento sobre o valor das saídas, em operações internas, de leite UHT (ultra high temperature), acondicionado em embalagem longa vida, classificado na posição 0401 da Nomenclatura Brasileira de Mercadorias - Sistema Harmonizado - NBM/SH.

Art. 2º Fica acrescentado o parágrafo 4º ao artigo 14 da Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996, com a seguinte redação:

“§ 4º A alíquota prevista no inciso II aplica-se às operações com leite UHT (ultra high temperature), acondicionado em embalagem longa vida, classificado na posição 0401 da NBM/SH.”

Art. 3º O inciso II do artigo 5º da Lei nº 13.212, de 29 de junho de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

“II - leite em pó;”

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

**À Diretoria Legislativa.**

MENSAGEM Nº 003/2005

Curitiba, 23 de fevereiro de 2005..

Senhor Presidente:

Tenho a honra de, no uso da atribuição que me é conferida pelo artigo 66, inciso II, da Constituição Estadual, encaminhar a V. Exa. para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei, que objetiva alterar dispositivos da Lei nº 1.943, de 23 de junho de 1954 (Código da Polícia Militar do Paraná) e a Lei nº 5.944, de 21 de maio de 1969 (Lei de Promoções de Oficiais da Polícia Militar do Estado do Paraná), assim como adotar outras providências.

A medida ora submetida à aprovação dessa Casa de Leis, que consulta plenamente aos superiores interesses do Estado, consubstancia ao resultado de estudos conjuntos da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência, da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, do Comando da Polícia Militar do Estado e da Casa Militar desta Governadoria. Tais estu-

dos vieram às minhas mãos por intermédio do Ofício nº 0146/2005, da Secretaria da Administração e da Previdência, o qual é adiante transcrito, por inteiro teor, porque justifica, com o devido detalhamento, a conveniência e oportunidade da medida.

“Encaminho para apreciação de V. Exa. a minuta do anteprojeto de lei que propõe alterações a duas importantes leis para a Polícia Militar; a de nº 1.943, de 23 de junho de 1954, o Código da Polícia Militar, e a de nº 5.944, de 21 de maio de 1969, que prevê a Promoção de Oficiais da Polícia Militar do Paraná.

Nos termos da legislação ora apresentada, é significativa a previsão do prazo mínimo de quatro anos para que o policial permaneça em exercício ao atingir o último posto da carreira militar. Esta proposição possibilita que o militar não seja transferido para a reserva remunerada, antes do prazo indicado, quando houver interesse do serviço público.

Quanto à indicação para promoção ao posto de Coronel, propõe-se seja realizada para militares com tempo de serviço igual ou inferior a trinta e três anos.

Outra alteração indicada refere-se a que o oficial militar após trinta e cinco anos de serviço, passe automaticamente à posição de agregado ao seu respectivo quadro.

Tais proposições, elaboradas conjuntamente pelo Comando da Polícia Militar e pela Casa Militar, com a participação indireta do Departamento de Seguridade Social desta Pasta, dispõe a passagem do militar para a inatividade, entretanto, estão imbuídas muito mais de um propósito de reestruturação organizacional do que previdenciário.”

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º O *caput* do artigo 16, da lei nº 1.943, de 23 de junho de 1954, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 16 - A classificação dos coronéis e tenentes-coronéis da Polícia Militar do Paraná, nas diversas funções da Corporação, é feita exclusivamente por decreto do Chefe do Poder Executivo, mediante proposta do Comandante-Geral.”

Art. 2º O artigo 160, da Lei nº 1.943, de 23 de junho de 1954 (Código da Polícia Militar do Paraná), passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 160 - O direito ou obrigatoriedade de transferência para a reserva remunerada, previstos nesta lei, poderá ser suspenso por ato do Chefe do Poder Executivo, na vigência de estado de defesa, estado de sítio, de

estado de guerra ou de mobilização e de grave comoção interna.

§ 1º O direito ou obrigatoriedade de transferência para reserva remunerada, previsto no *caput* deste artigo também poderá ser suspenso por ato do Chefe do Poder Executivo, por necessidade técnica do serviço, nos casos dos oficiais ocupantes dos cargos de Comandante-Geral e Chefe do Estado-Maior da Polícia Militar e do Chefe da Casa Militar do Governo do Estado.

§ 2º O direito ou obrigatoriedade de transferência para reserva remunerada, previsto no *caput* deste artigo também poderá ser suspenso por ato do Chefe do Poder Executivo, por necessidade técnica do serviço, nos casos dos oficiais ocupantes dos cargos de Comandante-Geral e Chefe do Estado-Maior da Polícia Militar e do Chefe da Casa Militar do Governo do Estado.

§ 2º O direito ou obrigatoriedade de transferência para reserva remunerada, prevista no *caput* deste artigo, será suspenso obrigatoriamente nos casos dos oficiais do último posto da Corporação que não contem com 04 (quatro) anos de exercício no posto.

§ 3º A permanência no cargo após 35 (trinta e cinco) anos de tempo de serviço, para todos os efeitos legais, acarreta a automática agregação do oficial ao seu respectivo quadro e não poderá exceder aos seguintes prazos:

I - oficiais ocupantes dos cargos de Comandante-Geral, Chefe da Casa Militar e Chefe do Estado-Maior: cinco anos; e

II - oficiais ocupantes dos demais cargos: dois anos.

§ 4º - Em decorrência do disposto no parágrafo 2º deste artigo, poderão ser classificados coronéis nas seguintes funções, respeitados os quadros e especialidades:

I - Chefe do Estado-Maior do Comando do Policiamento da Capital;

II - Chefe do Estado-Maior do Comando do Policiamento do Interior;

III - Comandante do 1º Batalhão de Polícia Militar, sediado em Ponta Grossa;

IV - Comandante do 4º Batalhão de Polícia Militar, sediado em Maringá;

V - Comandante do 5º Batalhão de Polícia Militar, sediado em Londrina;

VI - Comandante do 6º Batalhão de Polícia Militar, sediado em Cascavel;

VII - Comandante do 9º Batalhão de Polícia Militar, sediado em Paranaguá;

VIII - Comandante do 14º Batalhão de Polícia Militar, sediado em Foz do Iguaçu;

IX - Comandante do 16º Batalhão de Polícia Militar, sediado em Guarapuava;

X - Comandante do 17º Batalhão de Polícia Militar, sediado em São José dos Pinhais;

XI - Comandante do Batalhão de Polícia Rodoviária, sediado em Curitiba;

XII - Comandante do Batalhão de Polícia Florestal, sediado em Curitiba;

XIII - Comandante do 3º Grupamento de Bombeiros, sediado em Londrina;

XIV - Comandante do 5º Grupamento de Bombeiros, sediado em Maringá;

XV - Diretor do Hospital da Polícia Militar;

XVI - Chefe da Policlínica Odontológica da Polícia Militar;

XVII - Assessor Policial Militar na Secretaria de Estado da Segurança Pública;

XVIII - Assessor Policial Militar no Tribunal de Justiça do Estado do Paraná;

XIX - Presidente de comissões especiais ou coordenador de projetos de interesse do Governo do Estado do Paraná, no âmbito da Polícia Militar do Paraná.”

Art. 3º Ficam acrescidos os parágrafos 1º, 2º e 3º, ao artigo 43, da Lei nº 5.944, de 21 de maio de 1969, com a seguinte redação:

“Art. 43 - .....

§ 1º Só poderá ser indicado à promoção ao posto de Coronel, em todos os quadros e especialidades, o oficial que tiver tempo de serviço, para todos os efeitos legais, igual ou inferior a trinta e três anos, na data da abertura da vaga a que concorrer.

§ 2º Em caráter de disposição transitória, pelo prazo máximo e improrrogável de 01 (um) ano, a contar da vigência da lei em que se deram estas alterações também poderá ser indicado à promoção ao posto de Coronel, em todos os quadros e especialidades, o oficial que tiver tempo de serviço, para todos os efeitos legais, igual ou inferior a trinta e quatro e superior a trinta e três, na data da abertura da vaga a que concorrer, sem prejuízo das demais disposições relativas à reserva remunerada vigentes a partir destas alterações.

§ 3º No caso do parágrafo anterior, a agregação do oficial ao seu respectivo quadro não poderá exceder a três anos.”

Art. 4º O inciso III, do artigo 46, da Lei nº 5.944, de 21 de maio de 1969 (Lei de Promoção de Oficiais da Polícia Militar do Paraná), passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 46 - .....

III - Interstício mínimo de permanência no posto;

Aspirante a oficial: um ano;

Oficiais Subalternos e Intermediários: dois anos; e

Oficiais Superiores: um ano.”

Art. 5º Revoga-se o inciso IV, do artigo 46, da Lei nº 5.944, de 21 de maio de 1969.

Art. 6º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

**A Diretoria Legislativa.**

## Ofícios

Sob o nº 480/2004, do Sr. Rubens Guimarães de Souza, Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Segurança Pública, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado Barbosa Neto, que pede esclarecimentos sobre transferência do soldado Tarcísio Ribeiro. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº 2035/2004, do Sr. Cláudio Xavier, Secretário de Estado da Saúde, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado Waldir Leite, que pede esclarecimentos sobre Programas e Ações nos Municípios do Litoral. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº 760/2004, do Sr. Waldyr Pugliesi, Secretário de Estado dos Transportes, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado Waldir Leite, que pede esclarecimentos sobre Programas e Ações nos Municípios do Litoral. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº 1104/2004, do Sr. Padre Roque Zimmermann, Secretário de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado Waldir Leite, que pede esclarecimentos sobre Programas e Ações nos Municípios do Litoral. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº 581/2004, do Sr. Wilson Bley Lipski, Diretor-Geral da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado Waldir Leite, que pede esclarecimentos sobre Programas e Ações nos Municípios do Litoral. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº 215/2004, do Sr. Clóvis Augusto Veiga da Costa, Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado Waldir Leite, que pede esclarecimentos sobre Programas e Ações nos Municípios do Litoral. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº 2971/2004, do Sr. Joélcio Luiz Kloss, Chefe de Gabinete da Secretaria de Estado da Educação, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado Waldir Leite, que pede esclarecimentos sobre escolas das ilhas do Litoral do Paraná. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº 928/2004, do Sr. Newton Pohl Ribas, Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado Waldir Leite, que pede esclare-

cimentos sobre Programas e Ações nos Municípios do Litoral. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº 2053/2004, do Sr. Cláudio Xavier, Secretário de Estado da Saúde, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado Waldir Leite, que pede esclarecimentos sobre credenciamento como Centro de Referência para Asma do Grupo de Apoio ao Programa de Educação Respiratória. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº 048/2005, do Sr. Heinz Georg Herwig, Presidente do Tribunal de Contas, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado Durval Amaral e outros, que pede esclarecimentos sobre Fundo Especial do PGE. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº 1086/2004, do Sr. Henrique Naigeboren, Presidente do Tribunal de Contas, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado Durval Amaral e outros, que pede esclarecimentos sobre prestação de contas da SANEPAR e da COPEL. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº 1114/2005, do Sr. Henrique Naigeboren, Presidente do Tribunal de Contas, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado Tadeu Veneri, que pede esclarecimentos sobre multa aplicada à ex-Secretária de Estado da Educação. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº 2235/2004, do Sr. Caíto Quintana - Chefe da Casa Civil, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado André Vargas, que pede esclarecimentos sobre o veículo Parati - placa ALP-4068. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº 2700/2004, do Sr. Joélcio Luiz Kloss - Chefe de Gabinete da Secretaria de Estado da Educação, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado Tadeu Veneri, que pede esclarecimentos sobre Escolas de Ensino Especial. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº 970/2004, do Sr. Stênio Sales Jacob, Diretor-Presidente da SANEPAR, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado Durval Amaral e outros, que pede esclarecimentos sobre aplicações financeiras da SANEPAR. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº 402/2004, do Sr. Celso de Souza Caron, Secretário de Estado do Turismo, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado Plauto Miró Guimarães, que pede esclarecimentos sobre recursos

investidos em ações em Ponta Grossa e região. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº 2085/2004, do Sr. Carlos Manuel dos Santos - Secretário de Estado substituto da Saúde, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado Barbosa Neto, que pede esclarecimentos sobre a CISMEPAR. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº 743/2004, do Sr. Waldyr Pugliesi - Secretário de Estado dos Transportes, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado Plauto Miró Guimarães, que pede esclarecimentos sobre reajuste do pedágio pela Rodovia das Cataratas. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº 201/2004, do Sr. José Giacomio Baccarin, Secretário da Segurança Alimentar e Nutricional, comunicando convênio celebrado entre o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e o Estado do Paraná, com objetivo de apoiar a comercialização de hortifrutigranjeiros de pessoas de baixa renda. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 017/2005, do Sr. Marcos Chagas Gomes - Coordenador da CGOF, informando transferências de recursos para o Fundo Municipal de Assistência Social. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 022/2005, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 587/2003, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, por julgar inconstitucional. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº 023/2005, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 359/2004, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, por julgar contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº 024/2005, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 179/2004, de autoria do Deputado Durval Amaral, por julgar contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº 025/2005, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 403/2004, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, por julgar contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº 026/2005, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 222/2004, de autoria do Deputado

Duílio Genari, por julgar contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº 027/2005, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 067/2004, de autoria do Deputado Marcos Isfer, por julgar contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº 028/2005, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 054/2004, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, por julgar inconstitucional. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº 029/2005, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 276/2004, de autoria do Deputado Natálio Stica, tendo em vista que o trecho rodoviário nele referido, já tem denominação dada pela Lei nº 7219, de 27 de outubro de 1979. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº 498/2005, do Sr. Cristiano Orem de Andrade - Diretor do Departamento Penitenciário Nacional, informando convênio celebrado entre o Ministério da Justiça e o Estado do Paraná, objetivando a construção do Centro de Detenção e Ressocialização de Foz do Iguaçu - PR, no valor total de R\$12.628.787,75. **Ao conhecimento da Casa.**

#### OFÍCIO S/Nº

O quociente para organizar as Comissões Permanentes nas 3ª e 4ª Sessões Legislativas da 15ª Legislatura, conforme a composição partidária na data da Sessão Solene de Posse, realizada em 1º de fevereiro de 2003, será a seguinte:

#### 1 - COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA 13 MEMBROS

PARTIDO	Nº DE DEPUTADOS	QUOCIENTE	MEMBROS
PT	09	2,16	02
PMDB	08	1,92	02
PFL	07	1,68	02
PDT	06	1,44	01
PSDB	05	1,20	01
PP	04	0,96	01
PTB	03	0,72	01
PSB	03	0,72	01
PPS	03	0,72	01

**1 - COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**  
**13 MEMBROS**

PARTIDO	Nº DE DEPUTADOS	QUOCIENTE	MEMBROS
PSL	02	0,48	(*)
PL	02	0,48	(*)
(*) Houve empate no quociente entre os dois partidos, neste caso haverá sorteio para o preenchimento da última vaga da CCJ.			

**2 - COMISSÕES COMPOSTA POR SETE (07) MEMBROS:**

- 01 - Comissão de Finanças
- 02 - Comissão de Orçamento
- 03 - Comissão de Tomadas de Contas
- 04 - Comissão de Agricultura, Indústria, Comércio, Turismo e do MERCOSUL
- 05 - Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação
- 06 - Comissão de Educação, Cultural, Esportes, Ciência e Tecnologia
- 07 - Comissão de Segurança Pública
- 08 - Comissão de Saúde Pública
- 09 - Comissão De Redação
- 10 - Comissão de Ecologica e Meio Ambiente
- 11 - Comissão de Fiscalização da Assembléia Legislativa e Assuntos Municipais
- 12 - Comissão de Direitos Humanos, da Cidadania e de Defesa do Consumidor
- 13 - Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, da Criança e do Adolescente

PARTIDO	Nº DE DEPUTADOS	QUOCIENTE	MEMBROS
PT	09	1,16	01
PMDB	08	1,03	01
PFL	07	0,90	01
PDT	06	0,77	01
PSDB	05	0,64	01
PP	04	0,51	01
PTB	03	0,38	(*)
PSB	03	0,38	(*)
PPS	03	0,38	(*)
(*) Houve empate no quociente entre os três partidos, neste caso haverá sorteio para o preenchimento da última vaga da CCJ.			

**Conselho de Ética e Decoro Parlamentar**  
**5 Membros**

PARTIDO	Nº DE DEPUTADOS	QUOCIENTE
PT	09	01
PMDB	08	01
PFL	07	01
PDT	06	01
PSDB	05	01

As Lideranças Partidárias deverão indicar os membros para comporem as Comissões Permanentes da Assembléia Legislativa do Estado e o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar até o dia 02 de março de 2005.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", EM 01.03.2005.

(a) HERMAS BRANDÃO

## **Requerimentos**

### **REQUERIMENTO Nº 208**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário preferência para a discussão e votação da Proposição nº 066/2044 - veto apostado ao Projeto de Lei nº 503/2003, constante no item 03 da Ordem do Dia desta Sessão.

Sala das Sessões, em 01.03.2005.

(a) RATINHO JÚNIOR

### **REQUERIMENTO Nº 205**

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER destaque para votação em separado da Proposição de Veto nº 028/2003 (Projeto de Lei Complementar nº 110/2003) - item nº 01 da Ordem do Dia de hoje.

Sala das Sessões, em 01.03.2005.

(a) NEREU MOURA

### **REQUERIMENTO Nº 198**

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, votação em bloco das Proposições de Veto - itens 01 a 04 da Ordem do Dia de hoje.

Sala das Sessões, em 01.03.2005.

(a) NATÁLIO STICA



**REQUERIMENTO Nº 210**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a inversão total da Ordem do Dia da presente Sessão.

Sala das Sessões, em 01.03.2005.

(a) ANTONIO ANIBELLI

**REQUERIMENTO Nº 189**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, com base no artigo 121, do Regimento Interno, REQUER, a anexação dos Projetos de Lei nºs 209/2004 e 43/2005, que dispõe para efeitos de segurança pública, sobre o horário de fechamento dos estabelecimentos comerciais cujos produtos à venda sejam predominantemente bebidas alcoólicas.

Sala das Sessões, em 01.03.2005.

(a) HERMAS BRANDÃO

**REQUERIMENTO Nº 199**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a dispensa de redação final para os Projetos que não sofreram emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 01.03.2005.

(a) ELZA CORREIA

***Projetos de Lei*****PROJETO DE LEI Nº 054/2005**

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica declarado de Utilidade Pública Estadual o ITAI - Instituto de Tecnologia em Automoção e Informática, com sede e foro no Município de Foz do Iguaçu.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01.03.2005.

(a) CHICO NOROESTE

**JUSTIFICATIVA:**

O Instituto de Tecnologia em Automoção e Informática - ITAI, é uma associação civil sem fins lucrativos, de interesse público, tendo como objetivo social a integração dos principais agentes de desenvolvimento - setor público, comunidade empresarial e instituições de ensino e pesquisa, visando consolidação de uma associação tecnologicamente desenvolvida, em especial através de

ações voltadas à educação, à cultura e ao desenvolvimento.

Com esta finalidade, solicitamos apoio dos nobres Pares desta Casa, para aprovação do projeto que ora apresentamos, conforme documentação anexa.

**PROJETO DE LEI Nº 055/2005**

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica autorizada a reativação das demais Centrais Hidrelétricas de Saci e Cutia, situadas no Município de Antonina.

Art. 2º A reativação das Centrais, mencionada no artigo 1º desta lei, está condicionada à concessão de licenciamento pelo Instituto Ambiental do Paraná - IAP, com emissão da respectiva licença prévia (LP), na forma da legislação aplicável.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 01.03.2005.

(a) ALEXANDRE CURI

**JUSTIFICATIVA:**

Estamos apresentando a presente proposição, com o objetivo de reativar as Centrais Hidrelétricas de Saci e Cotia e com isso, tentar resolver o problema da falta de energia na Capital e no Litoral Paranaense.

Estamos apresentando Relatório Ambiental Simplificado - RAS, das Centrais Hidrelétricas Saci e Cotia, empreendimento a serem reativados nos Rios Saci e Cutia, no Município de Antonina. O Relatório foi elaborado de forma a atender à legislação ambiental em vigor, em especial a Resolução CONAMA nº 279, de 27/06/2001, tendo sido protocolizado no Instituto Ambiental do Paraná, em 19 de abril de 2004, sob números 5968713 e 5968714.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação do projeto de lei em tela, temos certeza, trará enormes benefícios ao Município de Antonina e toda região litorânea do nosso Estado.

**PROJETO DE LEI Nº 056/2005**

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a denominar Colégio Estadual Líria Micheleto Nichele, o prédio construído com recursos do Governo do Estado, situado no Jardim Santarém II, onde está sendo concluída a construção de 2.600 metros quadrados, cujo espaço será destinado ao ensino fundamental e atenderá 1.620 alunos.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 01.03.2005.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

Integrante de família fundadora do Município de Fazenda Rio Grande, quando esta era apenas um Distrito de Mandirituba, Dona Líria Micheleto Nichele, faleceu em 11 de janeiro deste corrente ano. E, portanto, esta homenagem se estende a todos aqueles pioneiros que ajudaram na construção da Fazenda Rio Grande.

PROJETO DE LEI Nº 057/2005

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a denominar Colégio Estadual Lucy Requião de Melo e Silva o prédio situado no bairro Hortência II, onde está sendo concluída a construção de 3.000 metros quadrados, cujo espaço será destinado ao ensino fundamental e atenderá 1.890 alunos.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 01.03.2005.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

Esta é uma justa e histórica homenagem que esta Casa de Leis faz à memória da professora dona Lucy Requião de Melo e Silva, dedicada esposa e amorosa mãe que é motivo de orgulho para todos nós paranaenses, em especial, à população da Fazenda Rio Grande.

PROJETO DE LEI Nº 058/2005

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a doar à Prefeitura do Município de Itapejara D' Oeste o lote de terreno registrado sob o nº 7.093, no Cartório de Registro Geral de Imóveis da Comarca de Pato Branco - PR, denominada Chácara nº 21 - A, situada na cidade de Itapejara D' Oeste numa área total de 10.000 (dez mil) metros quadrados, confrontando: Ao Norte: por linha seca, com 100,00m, com a Chácara nº 18; ao Sul: por linha seca, com 100,00, com a Chácara 21; a Leste: por linha seca, com as Chácaras nºs 19 e 20; e ao Oeste: por linha seca, com 100,00m, com a chácara nº 21.

Art. 2º A área a que se refere o artigo 1º, será utilizada pela Prefeitura Municipal D' Oeste, para a construção de moradias destinadas a famílias carentes do Município.

Parágrafo Único. A referida Prefeitura Municipal não poderá dar outra destinação ao lote de terreno sob pena desta doação se tornar sem efeito, revertendo o imóvel e as benfeitorias que nele estiverem feitas ao Patrimônio do Estado do Paraná, sem reservas de quaisquer direitos ou ressarcimentos; ficando ainda, gravadas com as cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01.03.2005.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

A Prefeitura Municipal de Itapejara D' Oeste, está elaborando projeto para a construção de casas residenciais para pessoas de baixa renda e famílias carentes.

Para tornar possível o desenvolvimento de tal projeto, necessita da utilização do terreno em questão - 10.000 metros quadrados, que se encontra atualmente ocioso o que torna viável a sua utilização para a construção de moradias para as famílias carentes do Município.

O propósito é evitar a evasão dos moradores do Município para centros maiores, onde, além de colaborar para a formação de bolsões de pessoas carentes, cria um verdadeiro problema de ordem social.

Além disso, não é uma coisa aleatória, mas faz parte de um programa de Governo que vem ao encontro das reais necessidades da comunidade paranaense.

O presente projeto oferece, em um de seus artigos, todas as garantias ao Governo do Estado de que se o Município não usar o contido da lei para os fins propostos, voltará ao patrimônio do Estado.

Isto posto e justificado, solicito o apoio dos nobres colegas Parlamentares pela sua aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 059/2005

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica alterada a redação do Artigo 1º da Lei nº 7117 de 17 de abril de 1979, que declarou de Utilidade Pública a Creche e Jardim de Infância - Servas Franciscanas do Bom Pastor, que passa a ter a seguinte redação:

“Art. 1º Declara de Utilidade Pública a Associação das Irmãs Franciscanas do Bom Pastor, com sede e foro na cidade de Curitiba.”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 01.03.2005.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei tem por objetivo alterar a denominação da Creche e Jardim de Infância - Servas Franciscanas do Bom Pastor, cuja entidade foi declarada de Utilidade Pública pela Lei nº 7117 de 17 de maio de

1979. A Ata que alterou a denominação, o estatuto atual, bem como cópia do CNPJ e RAIS, estão anexos ao presente, conforme legislação pertinente.

PROJETO DE LEI Nº 060/2005  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a ABASC - Associação Batista de Ação Social de Curitiba, com sede e foro na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 01.03.2005.

(a) ARLETE CARAMÊS

**JUSTIFICATIVA:**

A ASBAC - Associação Batista de Ação Social de Curitiba, é uma entidade sem fins lucrativos de caráter filantrópico, beneficente e assistencial, que desde sua fundação tem por fim a promoção, organização, manutenção e desenvolvimento do bem-estar social, da profissão, da saúde, da educação, da cultura e da assistência espiritual à população.

Assim, pela importância do trabalho que realiza, apresenta-se o presente projeto de lei a fim de declarar de Utilidade Pública a ABASC - Associação Batista de Ação Social de Curitiba.

PROJETO DE LEI Nº 061/2005  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica denominado de Escola Estadual Professora Marli Queiroz Azevedo, o estabelecimento educacional a ser inaugurado no Conjunto Residencial Vitória Régia, na Cidade Industrial de Curitiba.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 01.03.2005.

(a) HERMAS BRANDÃO

**JUSTIFICATIVA:**

Estamos apresentando o presente projeto de lei com o objetivo de denominar o estabelecimento educacional, a ser inaugurado no Conjunto Residencial Vitória Régia, na Cidade Industrial de Curitiba, de Escola Estadual Professora Marli Queiroz Azevedo.

Entendemos ser justa essa homenagem tendo em vista que a Professora Marli dedicou toda sua vida, com carinho e dedicação, na maravilhosa labuta de ensinar o bom caminho para os filhos da terra paranaense, conforme demonstra o seu currículo em anexo.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da proposição em tela.

## ***Pequeno Expediente:***

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Deputado Neivo Beraldin.

**A SRA. ELZA CORREIA (PMDB) (Pela Ordem)**

Apenas para anunciar a presença do nosso Prefeito Adelino, de Cambé, que nos visita com a sua esposa, dona Neuza, Presidente da APMI de Cambé. E o Alexandre que está representando aqui o PMDB Jovem. É uma alegria recebê-los.

E queria dizer também, que o nosso querido companheiro Pessuti está bem, vai receber alta na quinta-feira, passou por uma angioplastia, mas está muito bem. É uma notícia boa para todos nós que temos um grande carinho, um grande respeito e uma grande consideração pelo nosso companheiro Pessuti, que foi Deputado nesta Casa, nosso Vice-Governador e Secretário da Agricultura e Abastecimento.

Só para tranquilizar os nossos companheiros que o nosso querido Pessuti passa muito bem e na quinta-feira terá alta.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Nossos cumprimentos também ao Prefeito Adelino e à sua esposa que nos visitam.

Está com a palavra o Sr. Deputado Neivo Beraldin.

## ***Deputado Neivo Beraldin (PDT)***

**O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Enquanto os Deputados em Brasília discutem a correção dos seus salários na ordem de 67%, terão que analisar uma proposta do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva querendo reajustar em 0,01% o salário dos aposentados e de todos os servidores públicos. Sem fazer qualquer alarde o Presidente Lula remeteu a proposta ao Congresso Nacional na sexta-feira passada. No texto do projeto o reajuste é tratado como simbólico e é retroativo ao mês de janeiro, mês da data-base do funcionalismo. O reajuste proposto pelo projeto cumpre determinação do Supremo Tribunal Federal de conceder um aumento linear aos servidores públicos. O reajuste geral vai alcançar 1 milhão e 300 mil servidores aposentados, civis, Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

Custará pouco mais de 72 milhões de reais aos cofres públicos da Nação. Menos da metade do custo estimado com o reajuste salarial dos Deputados e Senadores. Isto é um constrangimento para toda a classe política, sobretudo para este Parlamentar. É um absurdo convivermos com a desigualdade social, com a violência, com a falta de atenção à saúde, à infra-estrutura, e sem esquecer das grandes dificuldades que enfrenta o povo brasileiro, após 10 anos de espera por um reajuste, rece-

ber o Congresso Nacional uma mensagem que dá aumento de 0,1% ao funcionário público. Justamente o PT, que sempre teve como bandeira a boa remuneração aos funcionários, aos trabalhadores.

Esse fato pode ser consultado na Internet, pode ser consultado junto ao Congresso Nacional, a mensagem está lá, e sem querer fazer alguma previsão pessimista, quem sabe numa outra sexta-feira, próxima, o Presidente da República mande ao Congresso Nacional um aumento do seu próprio salário e dos seus Ministros.

Se quiser o Governo economizar para poder pagar melhor os seus funcionários, é simplesmente notar que só na estrutura do Palácio do Planalto tem 23 Subsecretarias, espécies de Ministérios, que consomem o dinheiro que está sendo ocupado exatamente por aqueles que perderam a eleição nos Estados e certamente estão sendo ocupados por filiados do PT.

Então, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, para encerrar o meu pronunciamento, ontem discutíamos aqui a lei das concessões, mais especificamente a questão do pedágio.

A lei das concessões do Presidente Fernando Henrique Cardoso, aqui está; a lei das concessões do Estado do Paraná, aqui está, e agora nós temos uma outra lei que institui “Normas Gerais para a licitação, para contratação e parceria pública e privada, no âmbito da Administração Pública”.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Consulto V. Exa. se usará o Horário da Liderança do PDT, seu Partido?

**(Assentimento)**

Concedo a V. Exa. mais um minuto para concluir o seu pronunciamento.

**O SR. NEIVO BERALDIN (PDT)**

Então, Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados, eu queria consultar o Deputado Barbosa Neto, se me permite. Ele não está presente. Ontem, discutimos muito a questão do pedágio, as questões dos investimentos e infra-estrutura em estrada no Estado do Paraná.

Quero apenas passar um dado aos Srs. Deputados. Em 1986 a 1990, o Estado investiu um bilhão e cem milhões de dólares, de recursos próprios, para construir e reformar estradas.

Em 1990, o Estado do Paraná não devia além de 2% da sua receita, era um Estado rico; era o primeiro da Federação. Tinha o sétimo Banco público mais bem sucedido deste País. Hoje, em 2005, olha a situação que nós estamos. Estamos discutindo se vamos cobrar ou se vamos criar novos pedágios ou se teríamos investido, sessenta milhões de reais ou trinta milhões de reais. Em 1986, quando o Governador Álvaro Dias assumiu o Governo, o ex-Governador João Elísio deixou licitado e com ordem de serviço, 2700 quilômetros de asfalto no Estado do Paraná. Entre eles ligando Londrina a Maringá, Ponta Grossa a Curitiba, Alexandra a Matinhos,

grandes obras estruturais do nosso Estado. De 1990 para cá, a “vaca”, literalmente, “foi pro brejo”.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Pela ordem de inscrição, o Deputado Natálio Stica.

## ***Deputado Natálio Stica (PT)***

**O SR. NATÁLIO STICA (PT)**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Quero, inicialmente, ler uma matéria que recebi do Governador Roberto Requião, em apoio ao Presidente Lula.

**(Lê):**

“Requião apóia Lula nas denúncias sobre privatizações.

O Governador disse ainda que o Brasil deve formar uma corrente de solidariedade ao Presidente contra o que chamou de ‘privataria’.

O Governador Roberto Requião manifestou neste sábado (26) irrestrita solidariedade ao Presidente Luís Inácio Lula da Silva por suas denúncias de corrupção no processo de privatização das estatais brasileiras no Governo de Fernando Henrique Cardoso. ‘Presidente Lula, conte com o Governo e com os paranaenses e divulgue o dossiê da ‘privataria’, começando, assim, uma das mudanças que o Brasil mais espera, que é o combate firme à corrupção’, disse o Governador.

Para Requião, trata-se de uma ação profilática que não pode ser mais adiada. Quanto à reação do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso e de seus antigos auxiliares, disse o Governador: ‘que eles deixem de tanto cinismo e arrogância e que o ex-Presidente conte para o País como e por quanto comprou sua fazenda em Minas Gerais’. Requião sugeriu ainda que o Brasil deve formar uma corrente de solidariedade ao Presidente Lula, exigir apuração das denúncias feitas, e impedir que os responsáveis pelo grande escândalo das privatizações voltem a se impor ao País.

As privatizações foram, talvez, o maior escândalo da história brasileira, avaliou o Governador. Segundo ele, ‘por preços de fim de feira, todo o nosso patrimônio, acumulado por décadas e com tanto sacrifício, foi liquidado de forma suspeita, sem que isso significasse um centavo de vantagem para o povo brasileiro’. Requião citou, como exemplo, a forma pela qual foram arrematadas as empresas de telecomunicações, a Vale do Rio Doce e as empresas de eletricidade. ‘Isso ainda está vivo na memória dos brasileiros. Cada privatização dessas representou um escândalo e esteve sob suspeita’, completou.

De acordo com o Governador, o que o Presidente Lula agora revela nada mais é do que a comprovação de antigos fatos. ‘Toda solidariedade ao Presidente Lula e à apuração rigorosa e imediata da corrupção das privatizações. Elas não apenas empobrecem o País, dilapidam o patrimônio do povo brasileiro, como também concorrem

para a submissão do Brasil aos interesses estrangeiros', concluiu".

Quero aqui reafirmar onde fala o Governador Roberto Requião, em especial a Vale do Rio Doce, que foi privatizada por cerca de três bilhões. Quero lembrar que em 1986, quando o Presidente ainda era José Sarney, houve uma proposta do Governo e de um grupo de governo japonês, oferecendo naquela época o pagamento da dívida externa brasileira, que era de 110 bilhões, em 1986. Isso foi documentado pelo jornalista Fábio Doule, de Minas Gerais, que na época era um dos conselheiros da USIMINAS, onde também estava lá o grupo japonês e o jornalista Fábio Doyle escreveu esta matéria. Fiz contato com esse jornalista para ver se era verdade. Ele confirmou. E o Sarney recusou a oferta, porque disse: "a Vale do Rio Doce vale muito mais, nós não queremos um País que leve esta empresa, que é a segunda maior do mundo". E depois de três anos, foi vendida por três bilhões.

Esta é a realidade das privatizações. Este é o quadro que herdamos dos desgovernos. Este é o quadro que herdamos dos ex-Presidentes e aqui em especial, do privatizista Fernando Henrique Cardoso.

Portanto, quero parabenizar o Governador Roberto Requião quando faz este voto de apoio público ao Presidente Lula e que nós possamos ter, aqui na palavra do Governador, a palavra do povo do Paraná.

Vou encerrar o meu tempo que eu vi que esgotou em cinco minutos e dizendo que retorno no Horário da Liderança do Governo, ou melhor, posso pedir para usar já, Sra. Presidente, o Horário da Liderança. Assim eu posso ceder um aparte ao Deputado Vanhoni, e já faço sequência do que tenho ainda para falar.

#### **O Sr. Ângelo Vanhoni (PT)**

Deputado Stica, eu peço a compreensão de V. Exa. para usar esse aparte para fazer um registro, que eu acho muito importante. Esse debate tem acontecido aqui, em todas as Assembléias do Brasil inteiro, e acontece também no Congresso Nacional.

Ontem, no final da tarde, e hoje foi confirmado, o IBGE divulgou o número do crescimento econômico do nosso País, o PIB, que é a soma de todas as riquezas geradas no País, ultrapassou a casa dos 5% de crescimento no ano de 2004; e a geração de empregos com carteira assinada, ao término do dia 31 de dezembro, um milhão 528 mil empregos criados no Brasil. Em dez anos, desde o Plano Real, não se tinha um número de crescimento dessa natureza, o maior número foi 4,7% que foi de junho a junho, durante a instalação do Plano Real. Se o Brasil continuar crescendo com esse ritmo de crescimento, o Governo brasileiro, os Governos Estaduais e as Prefeituras, e a sociedade como um todo, hão de construir alternativas para superação dos problemas gravíssimos que o nosso país atravessa: o desemprego, a miséria, a falta de estrutura para o desenvolvimento do nosso país, das estradas, dos portos, da ferrovia, da questão da energia elétrica, que é um insumo importante para alavancar a

indústria do nosso País. É preciso investimentos na ordem de trinta milhões de dólares nos próximos oito anos, e isso precisa ser alavancado junto à iniciativa privada, com a participação também do Governo Federal e de instituições financeiras internacionais, para que o Brasil possa crescer e construir uma Nação onde que todo cidadão tenha dignidade de poder trabalhar e construir a sua família.

Eu digo isso porque ontem começou uma atividade importante na cidade de Curitiba, oitocentos jovens começaram a ser qualificados para um programa do Governo Federal da qualificação dos jovens de 18 até 16 a 24 anos de idade. Mudou o perfil do desemprego no Brasil. Há dez anos atrás o maior número de desempregados estava na faixa de acima de 40 anos de idade, isto é, quem era jovem, quem estava acima saindo dos bancos escolares, da Universidade, de alguma maneira, mesmo com o problema da falta de experiência, conseguia entrar no mercado de trabalho. Hoje, a maior parte dos desempregados no Brasil, mais da metade, são nessa faixa de idade, de 16 a 24 anos de idade.

Então, com esse programa que o Ministério do Trabalho tem, e que o Governo do Estado do Paraná está iniciando aqui, na cidade de Curitiba e no Estado do Paraná, eu acho que nós vamos alavancar um pouco para diminuir a desesperança da nossa juventude aqui no Estado do Paraná.

Está de parabéns o Governo do Estado ao se aliar ao Governo Federal e ajudar as organizações sociais a qualificar a mão-de-obra dos estudantes, daqueles que mais precisam na nossa cidade.

Muito obrigado.

#### **O SR. NATÁLIO STICA (PT)**

Obrigado, Deputado Vanhoni, e V. Exa. certamente vai poder fazer o convite aos Srs. Deputados, que no dia 11 o Ministro Berzolini vem para o lançamento do programa do Primeiro Emprego, e numa parceria com o Governador Requião que entra, aumentando esse número de oitocentos para um número bem maior dos jovens aqui no Paraná. Muito obrigado.

Quero dizer, Srs. Deputados, em especial Deputado Scarpellini, fiquei de trazer-lhe aqui da COHAPAR, estou em mãos com os números.

Veja, Deputado Scarpellini, como o senhor não foi feliz naquela sua declaração quando disse que o Paraná e a COHAPAR só estavam apenas fazendo algumas casas para os índios. Olha aí o resultado: casa da família, de 2003 a fevereiro 2005, modalidade: PSH, 6.458 unidades. Os números que eu vou ler, são construídas, ou em construção. De onde a fonte de recursos: Orçamento Geral da União, Tesouro do Estado e da COHAPAR, num valor de investimento de R\$ 67.770.000;

- Crédito Associativo (dinheiro que vem do FGTS) - 1.979 unidades;

- Morar Melhor - 81 casas - Tesouro do Estado e COHAPAR, num valor de R\$ 850.000;

- Da área indígena - 605 casa - Dinheiro do Tesouro do Estado - R\$ 8.763.000;
- Casa da Família Rural - 1.146 unidades - Tesouro do Estado, Paraná Doze Meses e Orçamento Geral da União - R\$ 15.592.000;
- Casa do zelador - 378 unidades - FUNDEPAR - R\$ 4.940.460;
- Casa Feliz - 1.378 unidades - Tesouro do Estado - R\$ 14.000.000;
- Paraná Solidariedade - 328 unidades - Tesouro do Estado - R\$ 3.189.000;
- Lotes isolados - 58 unidades - Tesouro do Estado;
- Vila Rural - 80 unidades - Tesouro do Estado e Paraná Doze Meses;
- Regularização fundiária (Zumbi dos Palmares - Colombo) - 1.784;
- Realização Fundiária - 6.800; totalizando 21 mil 345 unidades.

Muito obrigado!

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Das 21 mil 341 unidades, deve estar faltando 179.819 para chegar na promessa de campanha do Governador Requião. Nessa velocidade, jamais! Só com as casas de João-de-Barro que irá cumprir com o compromisso de campanha!

Muito obrigado!

A SRA. PRESIDENTE (**Arlete Caramês**)

Horário reservado à Deputada Elza Correia.

## ***Deputada Elza Correia (PMDB)***

A SRA. ELZA CORREIA

Sr. Presidente, nobres companheiros.

Estive, pela manhã, no encontro semanal dos Secretários com o Governador e outras organizações que participam daquele encontro. De fato, ouvi o Governador Roberto Requião fazer uma defesa do Governo Lula, como sempre faz. Nós do PMDB apoiamos o Governo Lula. Mas não deixamos de fazer as críticas quando necessárias, porque isso faz parte do processo democrático.

Continuo dizendo que, independente de sermos da Base de Sustentação ou não, tenho críticas à política econômica do Governo Lula e o faço preservada no meu direito de autonomia e independência em relação às nossas posições.

O que falei aqui em relação à preocupação da fala do Presidente Lula, reafirmo, o estadista precisa cuidar do que diz, do que fala. E o nosso Presidente Lula tem sido infeliz em vários momentos por descuido em seus pronunciamentos, que faz para todo o Brasil.

Não concordo que devamos nos silenciar diante de atos de corrupção. Seja o Presidente da República, seja quem for. É um dever político de cada cidadão brasileiro,

seja parlamentar ou não, de se indignar diante das atitudes de corrupção, porque são elas que fazem a sangria e escoam o dinheiro público para ações que deveriam ajudar a população nas diversas esferas.

Continuo dizendo, fui chamada a atenção por um companheiro, mas reafirmo o que disse ontem aqui. É preciso que o estadista separe o público do privado. Dizer a um comandado seu que se silenciasse diante de atitudes de corrupção, eu não posso concordar, absolutamente, com isso. O silêncio, sob nenhum pretexto, nenhuma hipótese, seja em que situação for, é o melhor caminho.

Em Londrina, denunciamos com veemência a corrupção da administração do ex-Prefeito Belinati, o que redundou em sua cassação. Quando essas provas chegaram em minhas mãos, se eu tivesse me silenciado, seria cúmplice ou, no mínimo, conivente com aquela situação.

Não quero polemizar. Bastam essas colocações.

Entramos hoje, no mês da mulher. O mundo inteiro estará discutindo a Semana Internacional da Mulher. Primeiro, o 08 de Março era o Dia Internacional da Mulher, depois tínhamos a Semana da Mulher e, agora, temos o Mês da Mulher. O movimento de mulheres do Brasil está lutando para que não tenhamos mais que, no mês de março, discutirmos no dia oito o Dia Internacional da Mulher.

Companheiras Deputadas, nós queremos e estamos lutando, há décadas, para que todos os dias sejam nossos também. Nós temos alguns dados em relação à situação da mulher que são ainda bastante preocupantes. Portanto, vamos continuar discutindo durante praticamente o mês todo, numa ampla agenda de atividades, com a participação de trinta entidades e, no dia oito de Março, o Deputado Hermas Eurides Brandão, nosso Presidente, e as Deputadas desta Casa convidam a todos os colegas, a imprensa, nossos visitantes, que participem conosco de um evento que vamos fazer, aqui, nesta Casa, uma solenidade para comemorarmos o Dia Internacional da Mulher.

Nós tivemos uma presença bastante significativa o ano passado, aqui, de vários Deputados que, como nós, compactuam com a nossa agenda de reivindicações.

Gostaria de reiterar esse convite aos nossos colegas para que prestigiassem essa ação das suas colegas, das Parlamentares que estarão discutindo com vários organismos, várias entidades da sociedade civil, os temas mais relevantes e importantes na luta pelos direitos humanos das mulheres: a questão do enfrentamento da pobreza e geração de renda; a questão da violência; a questão da saúde; a questão da educação e outros tantos temas que continuam ainda pendentes, não resolvidos, embora o Brasil seja signatário da Conferência Mundial de Mulheres em Beijing, onde essas discussões todas foram trazidas para o Brasil e assinadas pelo Governo brasileiro.

Obrigada, Presidente, pela tolerância de passar um pouquinho a mais do tempo que me era destinado.

A SRA. PRESIDENTE (**Arlete Caramês**)

Com a palavra o Sr. Deputado Barbosa Neto.

## ***Deputado Barbosa Neto (PDT)***

O SR. BARBOSA NETO

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Ontem antecipamos aqui o fato de Londrina ter perdido dez policiais civis que desfalcaram a segurança na nossa cidade poderia trazer transtornos gravíssimos para sociedade londrinense. Exatamente na madrugada de ontem, já tivemos o reflexo desse ato impensado de desfaltar a segurança pública sem fazer a reposição das peças.

Durante essa madrugada, no 4º Distrito Policial, que abriga oitenta presos com capacidade para 24, teve o início de uma rebelião. O investigador, que fazia as vezes de carcereiro, foi feito refém por parte dos fugitivos, que já em número de trinta, aproximadamente, ganhavam o corredor em direção à rua, quando passem, senhoras e senhores, um preso de confiança, sabe lá o que é um preso de confiança? Aqueles que não estão acostumados ao jargão policial, não o sabem. É aquele preso que faz às vezes também do carcereiro, já que esta função inexistente, hoje, dentro do quadro, seja da Polícia Civil, da Polícia Militar ou mesmo entre o Poder Judiciário - Departamento Penitenciário. Se não fosse esse preso acionar a Polícia Militar, estaríamos com mais três marginais à solta nas ruas, colocando em risco ainda mais a segurança dos cidadãos de bem, que recolhem os seus impostos, que acreditam no Governo que aí está, mas que não recebem a contrapartida, ou seja, de vida digna. Todos os distritos policiais, todas as unidades prisionais estão com sua capacidade acima do limite, na cidade de Londrina.

Enquanto isso, as nossas autoridades tentam encontrar soluções, alternativas viáveis para diminuir o sofrimento, não só dos presos que estão em condições subumanas, mas também de toda a sociedade.

O Delegado-Chefe da 10ª Subdivisão Policial de Londrina disse que uma alternativa seria transferir os presos da Penitenciária Estadual de Londrina, que está sobrecarregada, para outras regiões da cidade. O que disse o Coronel Justino, Coordenador do Departamento Penitenciário? Não! Não há essa condição! Não questiono também, porque faz o papel dele. Tem o Dr. Roberto Ferreira do Vale, juiz, corregedor dos presídios de Londrina, que tenta em uma medida paliativa aumentar a capacidade da Casa de Custódia, que é de 288, mas que abriga 416 presos, para 430. O que diz o Departamento Penitenciário do Estado? Não - mais uma vez.

Não vamos criticar, aqui, porque se trata de uma posição técnica. A pergunta que fazemos: porque o Governo do Estado só diz não a Londrina? Por que o Norte é maltratado, desrespeitado? Que mal Londrina fez ao Governo do Estado que aí está? O Governador assina uma ordem de serviço, dá entrevista, sai na capa de jornal, dizendo que vai ser construído o Centro de Detenção e Ressocialização. Passados mais de um mês esta obra ainda não iniciou. No terreno apenas permanece um

matagal dando guarida a estupradores, desocupados e viciados. O que diz o Governo do Estado em relação a tudo isso? Nada! Nada!

Peço, aqui, porque não adianta exigir. Não adianta oficial ou pedir requerimentos. Peço a condescendência do Sr. Governador, para dar mais atenção. Por que nós, de Londrina, não merecemos uma Força Tarefa como tem Curitiba, na Avenida das Torres? Por que só Curitiba tem a Região Metropolitana? Por que setenta milhões só para Curitiba? Se Londrina e Maringá ficarão com nenhum centavo no orçamento deste ano, por que tudo isso? Londrina recebe cobranças, absorve problemas, é pólo de uma região de dois milhões de habitantes. Só a Região Metropolitana de Londrina tem oitocentas mil pessoas. O que faz o Governador? Torce o dedo de repórter, zomba das nossas reivindicações, agride, esgrima verbalmente as nossas lideranças. É um basta! Estamos nos últimos dias do governo Requião e a partir de agora estamos em contagem regressiva para a redenção do Norte do Paraná.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (**Arlete Caramês**)

Deputado Geraldo Cartário.

(**Declina**)

Concedo a palavra ao Deputado Artagão de Mattos Leão.

## ***Deputado Artagão Júnior (PMDB)***

O SR. ARTAGÃO JÚNIOR (PMDB)

A nossa satisfação e nosso boa-tarde à nossa Presidente, Sras. e Srs. Deputados, amigos da imprensa e visitantes.

Na tarde de ontem foram feitos alguns pronunciamentos dos nobres Parlamentares, questionando algumas ações do Governo Roberto Requião ou, em outras oportunidades, imputando responsabilidades ao Governo no que diz respeito a alguns atos ocorridos nos últimos dias. E especificamente respondendo, através de um pedido e de uma nota encaminhada pelo nosso Secretário da Saúde, Cláudio Murilo Xavier, respondendo ao pronunciamento do nobre Deputado Barbosa Neto com relação à fatalidade ocorrida na última semana no Hospital Colônia Adauto Botelho.

A nota da Secretaria da Saúde esclarece alguns pontos e eu me permitirei lê-la nos próximos segundos, respondendo ao nobre Parlamentar, Deputado Barbosa Neto.

(**Lê**):

“Saúde determina abertura de inquérito administrativo no Adauto Botelho.

A Secretaria de Estado da Saúde abriu inquérito administrativo no Hospital Colônia Adauto Botelho para apurar a morte de um paciente por asfixia causada por outros dois internos. Esse inquérito será desenvolvido junto com o inquérito policial que já está em andamento.

‘A Secretaria lamenta profundamente o ocorrido e se solidariza com a família do menor’, diz o Secretário Cláudio Xavier. ‘O Adauto presta um serviço de excelência na área da saúde mental, por isso não podemos deixar que um fato triste, mas isolado como esse, comprometa a credibilidade do hospital’. Localizado em Piraquara, o Hospital Adauto Botelho tem cinquenta anos e é o único hospital público do Paraná especializado no atendimento de pessoas com problemas mentais. Em outubro do ano passado, foi escolhido pelo Ministério da Saúde como o segundo melhor hospital psiquiátrico do País.

‘É preciso lembrar que o sistema psiquiátrico no Paraná teve uma melhora significativa nos últimos anos. Foram implantados serviços de residências terapêuticas, CAPS e o Programa De Volta Para Casa’, destaca Xavier. O Paraná tem um total de 2852 leitos psiquiátricos e 2565 vagas nos CAPS - Centro de Atenção Psicossocial. Foram implantados no Estado mais quinze CAPS, além dos quinze já existentes, e já está em processo de implantação mais 21 CAPS. Os CAPS são importantes para o sistema de atendimento humanizado e para o apoio na desospitalização dos pacientes.

No quesito Expansão e Fortalecimento dos serviços extra-hospitalares, foram implantados onze novos serviços de residências terapêuticas e mais oito estão em processo de implantação. ‘Isso significa que saímos de dois serviços, que foram implantados na gestão anterior, para treze, nesta gestão’, lembra Xavier. Há ainda diversas ações com interfaces municipais, como a implantação de novos CAPS, Serviços de Residência Terapêutica, leitos psiquiátricos em Hospitais Gerais, inclusão de ações de Saúde Mental na atenção básica, formação e qualificação de Recursos Humanos para a Reforma Psiquiátrica, inclusão de beneficiários no programa De Volta Para Casa e programa de avaliação, controle e acompanhamento dos hospitais psiquiátricos. A Secretaria de Estado da Saúde ainda ressalta que o garoto já havia recebido alta duas vezes, mas por decisão judicial não conseguiu liberação”.

São diversas as ações desenvolvidas pela Secretaria da Saúde e importante para finalizar essa nota do Dr. Cláudio Murilo Xavier: a Secretaria de Estado da Saúde ainda ressalta que o garoto que morreu havia recebido alta por duas vezes no Hospital Colônia Adauto Botelho, mas infelizmente, por uma decisão judicial, não fôra liberado.

Essa, sem dúvida alguma, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhoras e senhores, classifica-se como uma grande fatalidade, mas que em alguns pronunciamentos buscam imputar essa fatalidade como responsabilidade do Governo Roberto Requião.

Com muita satisfação esclarecemos, em nome do Secretário da Saúde, Dr. Cláudio Murilo Xavier, notas a respeito desse ocorrido. Ações desenvolvidas pela nossa Secretaria e, infelizmente, lamentando a fatalidade do falecimento desse jovem que foi, sem dúvida alguma, um ocorrido inesperado, mas que de longe passa por ser uma

responsabilidade do Governo do Paraná, do Governador Roberto Requião.

## ***Grande Expediente:***

A SRA. PRESIDENTE (**Arlete Caramês**)

O Grande Expediente está reservado ao Deputado Nereu Moura.

## ***Deputado Nereu Moura (PMDB)***

O SR. NEREU MOURA (PMDB)

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Solicitei à minha assessoria que fizesse um levantamento do Diário Oficial desta Casa dos pronunciamentos dos últimos oito anos, aqui, nesta Casa, para que possamos fazer uma correlação da linha de raciocínio de quatro, de oito anos atrás, com o presente momento que nós vivemos aqui neste Parlamento. Quero fazer um compêndio para poder distribuir aos Srs. Deputados e às Sras. Deputadas, a fim de que possamos saber se nos mantemos no mesmo caminho ou, se por acaso, lá atrás, defendíamos uma coisa e hoje defendemos outra coisa.

Quero dizer aos Srs. Deputados que fui, aqui nesta Casa, durante oito anos, Oposição firme e combativa ao Governo Jaime Lerner. E naquele período, aqui mesmo desta tribuna, fiz pronunciamento por muitas vezes cobrando a aprovação de requerimentos para convocar a esta Casa autoridades do Governo do Estado e que solenemente eram reprovados, aqui, desta tribuna, e ela é a maior testemunha de todos esses fatos. Quantas vezes usei-a para pedir a vinda de autoridades do Governo do Paraná para prestarem esclarecimentos, informações a esta Casa, a este Poder que tem como principal pressuposto a fiscalização. Mas, a nossa voz não passava dessas paredes e morriam nas votações que fazíamos aqui.

E nunca, em oito anos, conseguimos sequer trazer um Diretor, um Chefe de Gabinete, para prestar informações a este Poder, não aprovávamos requerimentos, não aprovávamos convocação de autoridades, não aprovávamos CPI's. Durante oito anos ficamos aqui trabalhando para criar CPI's e não conseguimos aprovar sequer uma, porque não tínhamos dezoito assinaturas, dezoito Deputados, chegamos a ter dezessete assinaturas, meu caro amigo Deputado Vanhoni, mas faltava a décima oitava. E o tempo passou e o tempo andou. E veio o ano de 2002 e o povo do Paraná elegeu o Governador Roberto Requião, mas nós não mudamos o nosso discurso, não mudamos a nossa prática, aquilo que nós combatíamos lá atrás, continuamos aqui com a mesma posição! E em nenhum momento esta Casa viu a nossa Bancada, a nossa Liderança, rejeitar um pedido de informação, deixar de criar aqui as CPI's, que são instrumentos poderosos deste Poder.



Em nenhum momento esta Casa viu o Governador Requião, o PMDB, o PT e os demais Partidos que aqui apoiavam este Governo, cercear a criação de qualquer órgão de fiscalização ou de busca de algum esclarecimento. Mantivemos a mesma linha dos oito anos! E no Poder no Paraná, governando o Estado do Paraná, Sra. Presidente, nós mostramos que não é preciso mudar o discurso, que é possível, sim, Governador com o mesmo discurso, com transparência, com altivez, com firmeza, sem medo da verdade, sem esconder embaixo do tapete a verdade, sem impedir que alguma autoridade chegue aqui nesta tribuna ou em qualquer lugar para dar informações aos Srs. e Sras. Parlamentares, com CPI's, com pedidos de informações. Eu, ainda hoje li tantos e tantos pedidos de informações, tão importantes e fundamentais... E é esta Assembléia que nós queremos e queremos melhorá-la, queremos que ela cresça, se fortaleça, cumpra com seu papel de fiscalizadora, ajude o Governo a consertar os eventuais erros.

Escuto aqui muita coisa, o pedágio, Sra. Presidente, e nosso Diretor do DER e nosso Secretário ontem abordaram o assunto: - "Pedágio, abaixa ou acaba, o Governador Requião falou!" E toda luta do Governo para resolver este drama, esta perversidade, essa crueldade contra o povo do Paraná e infelizmente não está conseguindo o sucesso necessário! Mas quem é o pai e a mãe do pedágio? Eu gostaria de fazer um DNA para saber.. eu não preciso fazer um DNA porque eu sei quem é o pai e a mãe do pedágio, este pedágio que é um filho hoje escamoteado, o patinho feio que teve pai e que teve mãe. O pedágio é rejeitado por aqueles que o criaram!

Ontem eu ouvi o Deputado Nelson Justus na sua ponderação ao Diretor do DER e ele dizia que os funcionários do DER, o Secretário de Transporte têm uma luta desmedida, forte para poder cumprir a promessa do Governador Requião de baixar ou acabar com o pedágio mas, infelizmente, o nó é de difícil resolução! Todo o esforço e empenho deste Governo, infelizmente, encontra algumas dificuldades porque o nó, a herança maldita que este Governo herdou, é de difícil resolução!

Sra. Presidente, o pedágio aqui nesta Casa, eu me lembro dessa matéria desde o seu nascituro, desde o seu nascimento, eu acompanhei no Paraná algumas vezes que pude ir, no interior do Paraná, em audiências públicas o pedágio era tratado como assunto de segredo de Estado.

Era tratado o anel de integração do Estado do Paraná e não se tratava, com clareza, a questão da cobrança nas rodovias que é feita de forma tão salgada, tão pesada, tão triste, tão perversa, tão cruel, tão triste, tão cara, como o Governo anterior aplicou ao povo do Paraná! Depois da implantação do pedágio veio a reeleição, todos nós sabemos, a diminuição, o aumento e por aí afora e a história do pedágio está aí, algumas conquistas, mas ainda falta avançar mais. Nós acreditamos que esta situação será equacionada. Mas escuto falar que o Governador Requião, Deputado Renato Gaúcho, promete mas não cumpre. Quem prometia e não cumpria é o Governador

anterior que é professor, PhD, Mestre, Doutor em falar e não cumprir.

Só para relembrar aqui algumas coisas, lá na minha Região, nos fundos deste Paraná, lembro-me da Universidade das Américas cantada em verso e prosa, que nunca saiu do papel. Lembro dos Jogos Mundiais da Natureza, que gastaram oitenta milhões de dólares que estão jogados às traças para as baratas, os ratos e os lagartos. Lembro da ferrovia prometida para Foz do Iguaçu, para Toledo e Guaíra, para o Sudoeste do Paraná.

E o que falar então do Aeroporto regional de Cascavel, que por diversas vezes o ex-Governador esteve lá visitando a área que tinha entre Cascavel e Toledo para fazer a desapropriação. E anunciando até que tinha feito, mas que ficou só no anúncio e no lançamento.

O que falar da duplicação da rodovia de Cascavel a Foz do Iguaçu? Lembro-me de uma posse que fui na CIC em Cascavel da Associação Comercial e Industrial de Cascavel, quando em alto e bom tom o Governador dizia que aquela era uma obra que o povo poderia começar a comemorar. E o povo comemorou. Infelizmente ficou só no discurso barato e vazio.

E o Parque Tecnológico do Sudoeste do Paraná, que assisti na televisão em demasia e propaganda veiculada com o dinheiro do povo do nosso Estado e que também ficou só nas intenções?

Este Governo, Sra. Presidente, promete e faz, este Governo resolve, este Governo enfrenta adversidade, briga, entra em polêmica, mas cumpre com a sua determinação. Não vou falar aqui dos programas do nosso Governo, deste Governo que eu defendo, e tenho orgulho de defender e de sair na rua, de defender e dar sustentação política aqui nesta Casa, pela integridade, pela seriedade e pela decência, pela altivez, pela competência, pelo discernimento, pela responsabilidade fiscal, responsabilidade da gestão fiscal, pela competência, pelo cumprimento dos propósitos. Este Governo que eu defendo com firmeza e com amor, porque sei das suas intenções! E vejo as coisas acontecendo, vejo os acertos acontecendo, a luta do Governador Requião, a briga do Governador Requião, o seu amor por este Estado, o entusiasmo e a responsabilidade com que o nosso Governador enfrenta os desafios sem temer, sem medir esforços, sem saber as conseqüências, às vezes.

E é isto que me entusiasma, Sra. Presidente e Srs. Parlamentares.

Deputado Traiano, antes de lhe conceder aparte, gostaria de fazer mais um registro dos convênios que o Governador anterior assinava, calote em cima de calote. Os prefeitos assinavam convênios, anunciavam as conquistas e passavam como caloteiros, porque não recebiam recursos.

Neste Governo, o Prefeito que assina convênio não se preocupa com o pagamento, porque ele é feito pontualmente, porque o Governo do Estado não precisa vender a COPEL, não precisa vender o BANESTADO, não precisa vender os royalties de Itaipu, não precisa vender o patri-

mônio público para cumprir com as suas obrigações e a sua responsabilidade. Este Governo tem responsabilidade fiscal na gestão do dinheiro público e este Governo quando assina compromisso, ele cumpre pontualmente, porque ele sabe o que está fazendo e trata as coisas com o respeito e o valor que devem ter.

Por isso, o Paraná mudou. Mudou na política, mudou na gestão, mudou na concepção, mudou no jeito de ver a coisa andar e esta Casa mudou. Esta Casa mudou e vai continuar mudando, porque o debate, a discussão, o enfrentamento político, é importante e fundamental na democracia e nós aqui crescemos muito, mas ainda vamos crescer mais, porque o ambiente que nós respeitamos hoje neste Estado é um ambiente que permite dizer que o Paraná hoje, as coisas acontecem de forma a permitir que o Poder Legislativo cumpra com o seu verdadeiro papel, de fazer leis, de fiscalizar, de cobrar, de ajudar a resolver os problemas do Estado, como esta Casa está fazendo hoje.

Concedo aparte ao Deputado Ademar Traiano.

**O Sr. Ademar Traiano (PSDB)**

Deputado Nereu Moura, V. Exa. é um deputado aguerrido, conquistou o espaço nesta Casa, justamente pelo seu estilo forte, defensor intransigente do Governador Roberto Requião. Fez uma oposição no passado, nesta Casa, determinada, aguerrida, ousada, no enfrentamento do debate, de uma forma respeitosa com os Parlamentares desta Casa, mas quero contrapor o seu discurso em vários itens levantados por V. Exa. no pronunciamento desta tarde.

Começo pelo final do seu pronunciamento até este momento, quando V. Exa. diz que o Governo passado não cumpria com os seus compromissos quando da assinatura de convênios municipais. V. Exa. está faltando com a verdade.

O que ocorre, Deputado Nereu Moura é que este Governo cumpre com os Prefeitos, sim. Cumpre, porque até o presente momento, o que nós presenciamos e assistimos é uma horadeira oficial deles e dos próprios Parlamentares, porque este Governo não tem convênio. Por isso, ele cumpre! Esse Governo não assina convênio com os Prefeitos. Nós andamos em todo o Estado. Não presenciamos obra nenhuma iniciada por este Governo, com recursos para os Prefeitos, a não ser dinheiro emprestado do PEDU, do Paraná Urbano, que vai amarrado a uma série de outras coisas que compromete o Prefeito já na sua minguada dificuldade de governar os município paranaenses.

Portanto, não é verdade o que V. Exa. está afirmando.

Os convênios assinados no passado pelo Governador Jaime Lerner, foram honrados, todos! Todos os convênios e milhares de recursos foram distribuídos no Paraná, no passado, e os Prefeitos hoje - pode o senhor acreditar ou não - têm saudades do Governador Jaime Lerner pelos recursos que trouxe ao municipalismo paranaense.

Quero contestar V. Exa. com relação a esse tema tão envolvente, que é a questão “pedágio” neste Estado. Nós já discutimos isso amplamente, Deputado Nereu Moura, e quero crer que esse discurso, muito bem afirmado no dia de ontem pelo Deputado Nelson Justus é político, porque o que se discute agora já não é mais se o pedágio é caro, se existem praças de pedágio em número muito grande no Estado. O que se discute é a posição do Governador Roberto Requião, quando dizia que iria acabar com o pedágio e faltou com a verdade para com os paranaenses. Foi o grande mote da sua campanha política.

O Governador Roberto Requião...

Já concluo, Deputado Nereu Moura.

**O SR. NEREU MOURA (PMDB)**

Por favor, eu lhe dei um aparte, não o discurso.

**O Sr. Ademar Traiano (PSDB)**

Já concluo, Deputado Nereu Moura.

**O SR. NEREU MOURA (PMDB)**

O discurso é meu!

**O Sr. Ademar Traiano (PSDB)**

O Governador Roberto Requião faltou com a verdade e neste momento quer confundir a cabeça do cidadão paranaense dizendo que vai criar praças de pedágios, num novo modelo de pedágio do Paraná!

Isso não muda mais o carimbo que está cravado na cabeça do Governador Roberto Requião. Não importa se vai ou não criar novas praças de pedágio, porque ele disse aos paranaenses que iria acabar com o pedágio neste Estado, mas não acabou! Faltou com a verdade...

**O SR. NEREU MOURA (PMDB)**

Sra. Presidente, eu gostaria de dar sequência ao meu pronunciamento.

**O Sr. Ademar Traiano (PSDB)**

Vou concluir, Sr. Deputado.

**O SR. NEREU MOURA (PMDB)**

Eu já lhe concedi o aparte.

Gostaria que a Presidência me garantisse a palavra. Eu quero voltar ao discurso; já concedi o aparte ao Deputado Traiano e não o discurso para ele fazer. Já usou quatro minutos do meu pronunciamento e eu não vou permitir.

Sra. Presidente, Sras e Srs. Deputados, o pior cego é aquele que não quer ver, e não me chama a atenção esse posicionamento do Deputado, porque uma pessoa faz Oposição ao Governo, uma oposição firme e decidida, por mais que o Governo coloque um asfalto de prata na frente da sua casa, vai dizer-lhe que ele não fez nada.

Mas o importante é que o povo do Paraná sabe, que o Governador Requião, sim, muito embora as dificulda-

des que assumiu este Governador, está realizando um grande programa de obras, convênios com os Municípios, com licitação direta, realizando, Sra. Presidente e Srs. Deputados, um grande programa, um conjunto de programas para melhorar a vida das pessoas do nosso Estado, sem terceirizar, sem fazer contrato terceirizado, economizando nos contratos superfaturados.

Hoje, as viaturas Deputado Pastor Edson Praczyk, não são mais alugadas; são adquiridas, são do patrimônio público do Estado do Paraná. Não se paga mais uma fortuna por mês para ter viatura alugada no pátio das Delegacias de Polícia ou da Polícia Militar. Foram mais de 2.500 viaturas adquiridas já neste período de Governo, compradas pelo povo do nosso Estado.

Acabou o tempo da terceirização. Agora, é o Estado que age; o que se compra e o que se tem é do povo do Paraná. Foi-se o tempo, em nosso Estado, em que o Governador deixava o avião a jato que o Paraná possuía e alugava um avião para cortar o nosso Estado, por cinco milhões de reais, às custas do patrimônio público. O avião que o Governador Requião usa desde o primeiro dia é do patrimônio do nosso povo do Paraná! Não é avião alugado e pago com o Tesouro do Estado do Paraná.

Foi-se o tempo em que o dinheiro público não era tratado com a verdadeira responsabilidade!

É por isso, Sra. Presidente, que eu tenho orgulho de ser defensor desse Governo, de defender esse Governo, de ir às ruas, nas escolas, nas vilas, em todos os lugares, defendê-lo com firmeza, como sempre me distingui na vida pública.

Concedo, Deputado Neivo Beraldin o aparte a V. Exa.

**O Sr. Neivo Beraldin (PMDB)**

Deputado Nereu, quero cumprimentá-lo, e me vieram à mente alguns momentos do Governo anterior.

Quando nós conseguimos convocar o Presidente da SANEPAR para vir aqui depor, para nos explicar que o Adalto Botelho e outros hospitais estavam com problema de lixo hospitalar na bacia que abastecia Curitiba, ele veio, sentou aqui e limitou-se a responder exatamente às perguntas do requerimento. Não quis debater. Eu sou testemunha, como Presidente da Comissão de Fiscalização e Controle desta Casa, que o atual Governo nos remete, sem demora, todas as indagações e perguntas.

Então, não dá para fazer um comparativo do que nós vivemos naqueles últimos oito anos e o que temos hoje. Só lembrar que estamos pagando 52 milhões por mês até março de 2029 do rombo da BANESTADO; só lembrar que foi vendido 39% da SANEPAR e que o dinheiro foi embora não sei para onde; só lembrar que foram vendidos 111 bilhões de ações da COPEL, e o governo faturou no mínimo 2 bilhões e 200 mil e não prestou contas, para onde entrou e para onde saiu!

O atual Governo mandou uma mensagem extinguindo a Paraná Investimentos e a Paraná Desenvolvi-

mento. Foram essas duas empresas que movimentaram as ações da SANEPAR e da COPEL. Eu pedi que fosse feita uma auditoria, para que possamos verificar de perto este assunto.

Para encerrar meu aparte, quero dizer que esta Casa já instalou uma CPI do Fundo Estadual de Desenvolvimento do Estado. Aí, sim, nós vamos abrir a verdadeira “caixa preta”. E eu espero poder contar com a colaboração do Governo. Espero poder contar com a vossa colaboração, no sentido de desvendarmos esta “caixa preta”!

Parabéns, Deputado Nereu Moura.

**O SR. NEREU MOURA (PMDB)**

V. Exa. que é um grande Deputado desta Casa, tem exercido um trabalho muito forte de fiscalização, sabe, e V. Exa. falou muito bem: mudou, porque hoje os Deputados são respeitados. Hoje, aqui nesta Casa, em nenhum momento, nosso Líder, Deputado Vanhoni, Deputado Stica, em nenhum momento ele quis discutir qualquer pedido de informação, porque o Deputado tem direito e o dever de saber o que acontece nas finanças públicas e na gestão pública de um Estado, Município ou país.

Aquilo que reclamávamos lá atrás, nós estávamos exercendo no Governo do Paraná, e aqui, como Parlamentar, nós mantivemos a linha da nossa posição no nosso discurso.

No minuto que tenho ainda, concedo aparte ao Deputado Valdir Rossoni.

**O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)**

Quando faço aparte, sou rápido. V. Exa. talvez nem esteja com esta preocupação, mas quero dizer-lhe que lutarei o quanto puder para que V. Exa. tenha este direito de subir à tribuna. Mas, quero dizer que discordo, e muito, do que V. Exa. falou.

Fala em honestidade! Primeiro tem que se explicar a questão da Secretaria de Comunicação...

**O SR. NEREU MOURA (PMDB)**

Deste ou do Governo anterior?

**O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)**

Deste governo! Deste governo!

**O SR. NEREU MOURA (PMDB)**

Vamos criar a CPI da Comunicação, Deputado Rossoni.

**O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)**

A hora que V. Exa. quiser!

**O SR. NEREU MOURA (PMDB)**

Dos oito anos passados...

**O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)**

A hora que V. Exa. quiser, terá minha assinatura.

Segundo: quando V. Exa. afirma que este Governo não aluga automóveis, quero dizer que amanhã entregarei em suas mãos o Diário Oficial de aluguel de automóvel, sem licitação. Centenas de veículos!

V. Exa., quero dizer com todo respeito que tenho para sua atuação parlamentar - me dê o direito de discordar de V. Exa. E o que estou falando é em cima de números, de registro de Diário Oficial. Então, V. Exa. está incorrendo em erro e eu tenho o direito e a obrigação, como Líder da Oposição, de dizer-lhe: V. Exa. não está correto nos seus números! Tenho certeza da sua honestidade mas está incorrendo em erro, por falta de conhecimento da realidade, que lhe colocarei em mãos no dia de amanhã!

O SR. NEREU MOURA (PMDB)

Deputado Rossoni, veja bem, eu estou falando aqui com conhecimento de causa.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Amanhã eu lhe entrego a cópia do Diário Oficial de aluguéis de automóveis, sem licitação.

O SR. NEREU MOURA (PMDB)

Os contratos que eventualmente estão sendo renovados de viaturas, foram feitos no Governo que V. Exa. defendeu aqui nesta Casa.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Se em dois anos não deu para fazer licitação, é por incompetência!

O SR. NEREU MOURA (PMDB)

O Governo está comprando viaturas, para o patrimônio público, mas não consegue comprar seis mil em dois anos! O contrato que existe foi feito no Governo que V. Exa. defendia aqui nesta Casa!

Com relação à comunicação do Estado do Paraná, vamos fazer a CPI da Comunicação, vamos pôr em pratos limpos os oito anos do Governo Lerner, e os dois anos do Governo Requião. Vamos passar uma borracha, porque aí não ficará pedra sobre pedra, aí saberemos quem é que gastava corretamente e quem é que torrava o dinheiro público!

Eu sou o primeiro a assinar a CPI da Comunicação para que possamos pôr em pratos limpos esta situação.

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Está encerrado o seu tempo, Deputado Nereu Moura.

Com a palavra, Pela Ordem, Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

É esta a questão de ordem, é pela segunda vez que termina os cinco minutos depois do Grande Expediente e eu tenho um tratamento diferenciado.

Está certo, o Deputado Nereu Moura é 1º Secretário, merece toda a nossa atenção, mas eu gostaria que o

Regimento fosse respeitado porque senão daqui a pouco nós nos achamos no direito de exigir mais tempo para que possamos usar o Horário da Liderança da oposição.

Eu quero que o Deputado entenda que o respeito ao Regimento parte do pressuposto que todos tenham o mesmo direito.

O SR. NEREU MOURA (PMDB) (**Pela Ordem**)

Eu concordo plenamente com o Deputado Valdir Rossoni. Nós temos que cumprir o Regimento, e eu perguntei à Presidência se eu tinha o tempo para conceder o aparte ao Deputado Rossoni.

Eu sou um seguidor do Regimento desta Casa.

## ***Horário das Lideranças:***

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Deputado Rossoni, extrapolou o horário porque o senhor pediu um aparte.

Horário das Lideranças: PL, PSL.

Com a palavra, o Deputado Luiz Carlos Martins.

## ***Liderança do PSL: Deputado Luiz Carlos Martins***

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS

Sra. Presidente, Sras e Srs. Deputados.

Eu até não ia ocupar esse espaço da Liderança do PSL, porque pelo assunto que eu vou levantar aqui, pode parecer que eu estou advogando em causa própria.

Existe um campeonato acontecendo aqui no nosso Estado, um campeonato paranaense de futebol. Muito bem, estádios vazios, público não presente, os clubes vivendo uma grande dificuldade, enquanto que os campeonatos no Rio de Janeiro, em São Paulo, em Minas Gerais, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, estádios repletos. E aí os senhores poderão perguntar: "Mas o que é que estaria acontecendo?" O que está acontecendo é que o Governo do Estado do Paraná, através da Televisão Educativa está engessando, e engessou o nosso campeonato paranaense.

Eu vou explicar o porquê: enquanto as emissoras de rádios que têm equipes esportivas têm que ir a campo em busca de patrocínio para poder manter as suas equipes e suas transmissões, e isso não é barato, Deputado Valdir Rossoni, isso é caro, enquanto essas emissoras de rádio têm que ir atrás de anunciantes para cumprir os seus compromissos, a TVE transmite os jogos com imposição de horário, dezenove horas. Às sete horas da noite tem a "Voz do Brasil", de transmissão obrigatória pelas emissoras de rádio. Sendo assim, elas não podem transmitir a partida em seu todo, e a TVE está lá, transmitindo. Ela não precisa correr atrás de patrocínio, propaganda, porque a TVE tem uma maquininha que faz dinheiro na hora que precisa. Esse dinheiro é nosso, é meu, é seu! Pelo que

estamos sabendo, o Governo do Estado estaria dando uma contribuição financeira à Federação Paranaense de Futebol.

Como é que vai haver concorrência desse jeito? Será que a TVE precisaria disso?

Essas questões estão colocadas em nosso requerimento. Espero que a Liderança do Governo venha responder. Não para mim, mas às emissoras de rádio que têm equipes esportivas em todo Estado do Paraná.

No Governo Fernando Henrique as emissoras de rádio entravam com o pedido em Brasília para transmitir a “Voz do Brasil” antes da meia-noite. Então, as emissoras gravavam a “Voz do Brasil” e colocavam no ar às onze da noite.

No atual Governo, não há essa sensibilidade. Por questão de justiça não culpamos o Presidente Lula, porque ele não sabe o que está acontecendo. O Atlético, do Deputado Ângelo Vanhoni, joga hoje na Arena às 18h30 pela Libertadores. Vai ser um jogo mudo. Não por culpa da TVE. Vai ser um jogo de meia hora.

Com certeza, se o Deputado Natálio Stica ligasse para o Presidente Lula contando o que está acontecendo, na hora ele iria liberar a “Voz do Brasil” para meia-noite.

O que falta, é sensibilidade. Agora, essas questões que levantamos aqui a respeito da TVE, ela se transformando, infelizmente, na Televisão do Governador! Ele não precisa disso! É um apelo que estamos fazendo, ele não precisa disso! Ele sabe o valor da comunicação, porque é um comunicador nato! Ele tem vocação para comunicação, e sabe o quanto as emissoras sofrem, as equipes esportivas sofrem.

Muito obrigado.

## ***Liderança do PPS: Deputado Waldir Leite***

O SR. WALDIR LEITE (PPS)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Quando vejo tanta discussão em relação ao Governo anterior, dá a impressão que esse carangueijo tem feito o pessoal andar para trás. Vamos andar para frente!

Alguns dias atrás o Governador de São Paulo anunciou que iria reduzir as alíquotas de trigo e seus derivados para 0%, ou seja, a notícia é ótima para a população do Estado, mas para nós, é desastrosa. Ela é desastrosa para todos os moinhos do Paraná, porque acarretará em perda de competitividade no mercado nacional e, conseqüentemente, diminuição de vendas para o próprio mercado paulista. Com isso, também, a diminuição de empregos no nosso Estado, ao passo que em São Paulo, com certeza, os moinhos voltarão a atuar na sua plenitude, gerando emprego naquele Estado.

A importação de farinha de trigo de outros Estados deverá cair nos próximos meses cerca de 40%, já que a

maior demanda é mercado paulista que, na verdade, solicita e compra da maioria a produção do Paraná.

Alguns moageiros paulistas estão prevendo que, dentro de seis meses, São Paulo vai reduzir de 40% para apenas 10% a importação de farinha de trigo, o que vai acarretar prejuízo aos nossos produtores e aos nossos moinhos. Então, essa guerra fiscal que São Paulo sempre inicia tem trazido grandes prejuízos ao Paraná e, agora, não é diferente. Minas Gerais já fez isso, também, em outubro e o Paraná há alguns dias atrás entrou com uma ADIN.

Então, pedimos que o Governo aja de forma eficiente, ágil, de forma que não exista tanta demora para que resolva na Justiça, porque quanto mais demoramos, mais os nossos produtores, mais empregos e rendas o nosso Estado perde.

Com a redução no território paulista, o Paraná também precisa baixar a alíquota, mas isso não seria legal e constitucional. O mais correto neste instante seria mesmo um crédito presumido para que os nossos agricultores, os nossos moageiros, não percam, uma vez que só dando alíquota zero, o Estado de São Paulo também teria a oportunidade de importar trigo sem pagar ICMS, e o trigo importado, muitas vezes, é mais barato que o nosso. O Estado de Minas Gerais já tomou medidas semelhantes para proteger os seus moinhos, conforme Decreto de outubro de 2004.

Os produtores de trigo também poderão ter prejuízo, pois os moinhos paulistas, certamente, vão preferir importar o trigo argentino sem pagar o ICMS. Se o Governador Requião está empenhado em ajudar os moinhos do Paraná, precisa tomar medidas urgentes, eficientes e contundentes, para não perder mais esse mercado, mais empregos e mais renda dos paranaenses.

Estamos encaminhando requerimentos para as Secretarias da Agricultura e da Fazenda, para saber quais os reflexos e quais os prejuízos que o Estado do Paraná terá com essas medidas do Estado de São Paulo. O Executivo Estadual sempre que vem aqui fala que vai defender sempre todo povo paranaense, onde estão incluídas as nossas indústrias. Portanto, não podemos deixar de cobrar agilidade e eficiência na cobrança dessas medidas judiciais, para que nosso povo, nossos agricultores, nossos moageiros não tenham, mais uma vez, prejuízo, e nós já sabemos que essa safra já vai trazer grandes prejuízos à nossa agricultura.

Então, o que nós pudermos fazer para tentar minimizar esses prejuízos será muito bem-vindo ao mercado paranaense.

Seria isso, Sra. Presidente.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (**Arlete Caramês**)

Com a palavra o Deputado José Domingos Scarpellini.

## ***Liderança do PSB: Deputado José Domingos Scarpellini***

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Recebemos o pronunciamento do Deputado Stica, Líder do Governo, com relação às casas construídas pelo Programa da COHAPAR e achamos estranho que, se em dois anos o Programa não conseguiu ainda implantar oito mil casas no Paraná, como é que vai chegar à casa de duzentas mil, que foi o compromisso de campanha do Governador Roberto Requião?

O total das casas em construção e construídas, disse aqui o nobre Líder do Governo, vai a 21 mil unidades, faltando, estão, somente 179 mil para honrar o compromisso do Governo!

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (**Questão de Ordem**)

Deputado Scarpellini, para auxiliá-lo: V. Exa. está falando daquela tribuna e nós estamos com dificuldades de ouvi-lo.

Gostaria que o Deputado Scarpellini, Sra. Presidente, recebesse o mesmo tratamento de todos os Parlamentares, porque o ilustre Parlamentar está, praticamente, sem ser audível! Isso é muito difícil!

Peço a Sra. Presidente que intervenha, para que possamos ouvir o excelente pronunciamento do Deputado Scarpellini.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Muito obrigado.

Gostaria de fazer uma colocação sobre alguns programas do Governo, daquilo que realmente vem acontecendo e daquilo que foi compromisso de campanha do Governador. As casas, todas elas construídas e em construção, chegam a 21 mil unidades, isso, somadas com as verbas e com os programas do Governo Federal do PT, Caixa Econômica, Fundo de Garantia e o Programa Casa do Índio, que atende às Reservas Indígenas do Paraná, compromisso não cumprido, porque antes o Governador Roberto requião tinha como lema: fala, faz e sustenta. Agora: fala, não faz e não sustenta.

O pedágio, ao invés de acabar ou de baixar, mais as praças para o povo do Paraná pagar! Vai ser em Jaguariá! Vai ser em Francisco Alves! Pedágio é pedágio! Dissemos ontem e vamos reafirmar, hoje: gato que nasce no forno não é biscoito, é gato. Pedágio, sendo ele do Governo ou da iniciativa privada, é pedágio. O discurso do Governador Roberto Requião ainda ecoa pelo Estado do Paraná, na mente de cada cidadão, na consciência de cada homem e de cada mulher, que tinha a esperança de ver o pedágio com o preço reduzido ou as cancelas do pedágio abertas, para o povo poder passar.

Nada disso aconteceu. O que vemos é o Governador se preparando para jogar firme na mídia. Aí, com o

Pisseti pronto para entrar em ação, é o Gabus do Hitler, pronto para massificar o Estado, para colocar novamente na cabeça do povo as desculpas, por não ter podido cumprir com a sua palavra. Não foi isso que o povo ouviu e não é isso que o povo quer ouvir.

Vimos, aqui, a Liderança do Governo falar, e com muito orgulho, que o Governo Federal gerou um milhão e quinhentos mil empregos no Brasil. Vimos as placas do Dr. Pisseti colocadas pelas ruas de Curitiba. “O povo do Paraná agradece ao Requião, pelos mil e quinhentos empregos, aqui, no Paraná”. Até quando vai prevalecer a mentira e a campanha maciça de querer enganar e tapar o sol com a peneira, Sra. Presidente?

Muito obrigado.

Até amanhã.

## ***Liderança do PTB: Deputado Jocelito Canto***

A SRA. PRESIDENTE (**Arlete Caramês**)

PP.

(**Declina**)

PTB. Concedo a palavra ao Deputado Jocelito Canto.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Ouvindo vários pronunciamentos hoje; gostaria também de falar o outro lado em relação a alguns pronunciamentos que ouvimos aqui.

Sobre a questão da saúde, nós da região dos Campos Gerais recentemente recebemos um tratamento muito especial no que se refere à saúde. Fazia oito anos que tínhamos dezessete leitos de UTI e hoje temos 47. Isso é uma realidade! Morriam pessoas por falta de UTI e hoje, graças ao Secretário Cláudio Xavier, temos 47 leitos de UTI e com o apoio também do Governo Federal. Estivemos em Brasília e o Ministro Humberto Costa autorizou aumentar o número de leitos de UTI na região dos Campos Gerais.

O Governo, Deputado Rossoni, acaba de anunciar um sonho de Ponta Grossa de muitos anos: o Hospital Regional. O Município de Ponta Grossa sempre bancou, com recursos próprios, a saúde regional. A partir de agora o Governo do Estado constrói um hospital novo e moderno em Ponta Grossa, para beneficiar os Campos Gerais. E tenho andado nos bairros de Ponta Grossa e dos Campos Gerais, e tenho visto a satisfação do povo pelos programas sociais que o Governo vem desenvolvendo. Lá no interior de Castro, no interior de Ponta Grossa, de Ipiranga, de Piraí do Sul, das cidades dos Campos Gerais, tenho visto as pessoas mais humildes deixarem de pagar a luz, as pessoas mais pobres deixarem de pagar a água. Tenho visto microempresários gerarem mais empregos, porque não pagam mais impostos. É a realidade!

O asfalto ligando Ponta Grossa a Itaiacoca, Deputado Traiano, está pronto, depois de quinze anos sem recape. Agora é asfalto novo, bom e durável. Na próxima semana o Governador dá ordem de serviço para fazer o asfalto entre Tibagi e Castro, Palmeira e Ponta Grossa e vai asfaltar também o centro de Ipiranga e de Reserva, que é uma reivindicação antiga daquelas comunidades. E estive com o Governador em Castro e fizemos uma cavalcada para comemorar a Estrada do Cerne. O Governador foi aplaudido por jovens, crianças que saíam nos portões das ruas de Castro para aplaudi-lo pela Estrada do Cerne e pelas obras que liberou para Castro. E liberou também o calçamento do Tronco, tão prometido no passado e agora as obras vão iniciar.

Então, quando alguns falam de obras, vou começar a mostrar o que estou vendo e, se preciso, ao invés de bolo aqui no plenário, vou trazer um pedaço do asfalto do Itaiacoca para mostrar que a obra está saindo.

Quanto à comunicação do Estado, vejo discursos bonitos sobre gastos em publicidade. Muito bonitos os discursos! Mas, engraçado, nos últimos oito anos eu não ouvi essas vozes falando de tanto dinheiro gasto em publicidade no Estado! Seja nos Bancos, seja na SANE-PAR, seja onde for! Não ouvi essas vozes que se levantam agora!

O Governador foi aplaudido, Deputada Elza, em Castro. Fazia tempo que eu não via isso. Nós, cavalcando pelo centro de Castro e o povo saiu às ruas para aplaudi-lo. Um gesto bonito, de alegria, do povo que está satisfeito com o Governo.

Vou todos os dias e volto para Ponta Grossa, vou todos os dias à rádio, vou todas as semanas nos bairros e estou ouvindo o povo e o discurso que eu vejo aqui não é o que o povo fala lá, o povo está agradecido, principalmente, pelas obras sociais.

E para finalizar, Sra. Presidente, queria aproveitar hoje para lavar a alma: há alguns anos atrás eu fui condenado porque mandei, quando assumi a Prefeitura de Ponta Grossa, recolher o lixo que estava nas ruas, porque a empresa não queria recolher porque não recebia.

Fui condenado, Sra. Presidente, porque contratei uma telefonista para atender o novo sistema da Prefeitura, que era moderno, por um mês. Fui condenado e foram cassados os meus direitos políticos, por cinco anos, porque eu tinha cometido um ato de improbidade. A Justiça pode demorar, mas acredito nela.

Hoje o Tribunal de Justiça do Paraná modificou a sentença do Juiz de Ponta Grossa e me devolveu todos os direitos que eu tive, inclusive, o de defender os interesses do povo mais simples, com os atos que eu cometi.

No crime eu já havia ganho em primeira e segunda instância e agora ganhei no Tribunal de Justiça, três a zero, hoje.

Gostaria que a valorosa imprensa do Paraná desse o mesmo direito que eu não tive quando lá atrás disseram que eu era o Prefeito mais corrupto do Paraná, gostaria que a imprensa fosse justa amanhã e dissesse o que o Tri-

bunal do Paraná julgou o Deputado Jocelito. Gostaria que a imprensa do Paraná me desse o mesmo direito, hoje; não colocasse uma notinha, mas colocasse lá que o Prefeito de Ponta Grossa não cometeu nenhum crime, defendeu os interesses do povo e hoje foi julgado.

Muito obrigado.

## ***Liderança do PSDB: Deputado Ademar Traiano***

A SRA. PRESIDENTE (**Arlete Caramês**)

PP.

(**Declina**)

PSDB. Com a palavra o Deputado Ademar Traiano.

O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB)

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Vou aproveitar no meu pronunciamento o discurso do Deputado Jocelito. Lamentavelmente, Deputado, quem afirmou - e esse é o seu estilo - em entrevista às rádios de Ponta Grossa e em uma ocasião queria colocar na cadeia o Prefeito de Ponta Grossa e toda a gatunagem de Ponta Grossa, e na época o Prefeito era V. Exa., foi o Governador Roberto Requião. Isso está escrito e gravado nos Anais das rádios de Ponta Grossa, com certeza, e V. Exa. deve ter isso porque costumeiramente traz gravações diversas para este Plenário.

Portanto, apenas para a sua lembrança, e nos causa estranheza essa defesa tão amável que V. Exa. faz aqui nesta Casa, do Governador Roberto Requião.

Mas, Sras. e Srs. Deputados, na esfera do discurso do Deputado Nereu Moura, nosso 1º Secretário desta Casa, brilhante Parlamentar, quero continuar aqui a fazer algumas contestações com relação ao seu pronunciamento nesta tarde. Quero lembrar ao Deputado Nereu Moura e foi um dos temas que ele abordou com relação ao tão propagado Centro Tecnológico de Pato Branco que ele colocou aqui como se fosse uma coisa banal, comum, implantado no Governo anterior.

Deputado Augustinho Zucchi, V. Exa. que é Deputado de Pato Branco, muito bem votado naquela cidade, sabe o quanto é importante para o Sudoeste do Paraná e para o Paraná a implantação desse Centro Tecnológico na cidade de Pato Branco.

Tão importante é, Deputado Augustinho Zucchi, que o Governador Roberto Requião, como sábio e inteligente que é, foi buscar nos quadros do ex-Governo Jaime Lerner o homem implantou o Centro Tecnológico em Pato Branco, o nosso querido ex-Deputado Alceni Guerra e o levou para o LACTEC, aqui de Curitiba para implantar e dar continuidade a esse brilhante programa implantado pelo Governo anterior lá na região Sudoeste do Paraná. É um centro de referência para o Paraná!

Srs. Deputados, acabei de conversar com o Presidente do Centro de Pato Branco, gera quase mil empre-

gos esse Centro Tecnológico, exporta para o mundo todo e qualquer produto fabricado na região e em Pato Branco! É a grande referência para o CEFET: prepara o nosso jovem da região Sudoeste do Paraná e de todo Estado para a vida! Todos que passam pelo Centro Tecnológico de Pato Branco, Deputado Valdir Rossoni, têm emprego assegurado em qualquer lugar deste Estado, são procurados, porque a importância deste Centro de Excelência é conhecida!

Portanto, Deputado Nereu Moura, com todo respeito que tenho a V. Exa., mais uma vez falta com a verdade aos paranaenses.

Deputado Elio Rusch, dizia aqui o Deputado Nereu Moura que mudou a postura dos Srs. Deputados do Governo passado nesta Casa, porque não permitiram a vinda aqui de Secretários de Estado.

Pelo contrário, Srs. Deputados, vieram muitos Secretários aqui nesta Casa mas, infelizmente, a falta de respeito dos Deputados do passado para com os Sr. Secretários era imperiosa e tínhamos que interceder junto à Mesa da Casa para não criar determinadas celeumas aqui neste Plenário!

Lembro-me, Deputado Nereu Moura, nunca nenhum Deputado de Oposição, neste momento, ousou agredir a inteligência, a pessoa...

A SRA. PRESIDENTE (**Arlete Caramês**)

Um minuto para concluir, Sr. Deputado.

O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB)

Vou usar o tempo que o Deputado Jocelito usou.

Nunca nenhum Deputado ousou afrontar o Governador Roberto Requião, enquanto presente nesta Casa, quando traz as mensagens na abertura do período legislativo.

Ora, Deputado Nereu Moura, se V. Exa. tem memória curta eu quero lembrar um episódio quando da vinda do ex-Governador Jaime Lerner, nesta Casa, V. Exa. afrontou-o, batendo no Governador, na sua família e infelizmente esta Casa é testemunha desse momento! Por isso, não tem como vir a esta tribuna trazer aqui o discurso que trouxe, como se fosse o Deputado bonzinho que nada fez, que nada falou.

Deputado Nereu Moura, nós respeitamos V. Exa. porque V. Exa. sempre foi um tribuno forte, contundente, um defensor do Governador Roberto Requião e até respeitamos pelo seu estilo, mas há que se fazer esta lembrança, Deputado Nereu Moura!

Concedo o aparte ao Deputado Nereu Moura, sem nenhum problema.

O Sr. Nereu Moura (PMDB)

Deputado Traiano, V. Exa. está acrescentando muitas coisas diferentes do que ocorreu aqui, nesta Casa, quando o Governador Jaime Lerner esteve aqui para agredir o Senador Requião, o Senador Álvaro Dias e o Senador Osmar Dias!

O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB)

Não é verdade, Deputado Nereu Moura, o Governador esteve aqui para apresentar a Mensagem de Governo em abertura do período legislativo e V. Exa. foi desrespeitoso para com o Governador Jaime Lerner.

O Sr. Nereu Moura (PMDB)

Só que ele veio aqui para agredir os três Senadores do Paraná e eu fiquei inconformado! Mas, o Presidente Hermas Brandão desligou o som; eu fiquei sem e o Governador Jaime Lerner ficou com som.

Agora, quero fazer uma sugestão a V. Exa., se V. Exa. discordar do Governador Requião, V. Exa. tente discutir com ele outra vez que ele vier aqui nesta Casa.

Não retiro uma palavra.

(Discussão no Plenário)

O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB)

Eu respeito a autoridade...

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Dois minutos e trinta, o ilustre Parlamentar e meu querido Líder do PSDB já extrapolou o tempo. Esse tratamento dado ao Deputado Traiano eu também quero.

O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB)

Apenas para dizer ao Deputado Nereu Moura - que a minha manifestação em nada vai abalar a nossa relação de amizade. Acho que aqui estamos colocando a nossa linha de pensamento, de agir, de pensar, mas não é o meu estilo, jamais irei afrontar o Governador Roberto Requião quando estiver aqui nesta Casa, principalmente quando vier apresentar as mensagens na abertura do período legislativo.

Fico quieto, me calo, ouço com atenção, e na sequência procuro contestar a sua afirmação.

Muito obrigado.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (**Pela Ordem**)

O Deputado Traiano citou o meu nome, gostaria de pedir ao ilustre Deputado Traiano que o mesmo menino de recado que lhe trouxe esse assunto de Ponta Grossa, do Governador, que esse mesmo menino de recado trouxesse a fita, já que o senhor disse que tem uma fita para ver se é verdadeira essa sua afirmação.

O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB)

Não é nenhum menino de recado. O Paraná é testemunha, por inúmeras vezes o Governador afrontou e bateu no Deputado Jocelito.

Lamentavelmente a mudança de comportamento...

(Discussão no Plenário)

A SRA ELZA CORREIA (PMDB)

Pela Ordem, Sra. Presidente.



A SRA. PRESIDENTE (**Arlete Caramês**)

Não é Questão de Ordem.

A SRA. ELZA CORREIA (PMDB)

Eu nem falei, como é que não é Questão de Ordem?

A SRA. PRESIDENTE (**Arlete Caramês**)

Questão de Ordem.

A SRA. ELZA CORREIA (PMDB)

Gostaria de dizer que o artigo 104 do nosso Regimento em vigor diz que Questão de Ordem tem que se referir exclusivamente ao assunto em questão. Eu quero o mesmo tratamento isonômico que esta Casa deve ter com todos os Deputados!

Faço isso rememorando a Sessão passada, em que me foi cassado o direito Pela Ordem; igualmente aconteceu nesse momento.

Então, o que vale para todos tem que valer para mim também. Não foi levantada nenhuma Questão de Ordem e a discussão correu solta!

### ***Liderança do PFL: Deputado Durval Amaral***

A SRA. PRESIDENTE (**Arlete Caramês**)

Está correta a Questão de Ordem da Deputada. No PFL Deputado Durval Amaral.

O SR. NEREU MOURA (PMDB)

Gostaria que a senhora me inscrevesse no Horário do PMDB.

A SRA. PRESIDENTE (**Arlete Caramês**)

O Deputado Rafael já está inscrito.

O SR. DURVAL AMARAL

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Paz na terra aos homens de boa vontade e aos Parlamentares do Paraná!

Sra. Presidente, o Governo do Paraná vai mostrar ao Brasil, à mídia e à opinião pública, que o pedágio pode ser barato (**Extraído da Agência Oficial de Notícias do Estado do Paraná**).

Quero agradecer à Liderança do Governo a maneira transparente e por ter trazido, aqui, na Sessão de ontem, o Diretor do Departamento de Estradas e Rodagem do Estado do Paraná, Dr. Tissot. Muito bom para a democracia, e melhor ainda para a Assembléia e mais ainda, para o povo do Paraná.

Triste a constatação final, Deputado Rossoni, Por quê? Por mais frio e tranquilo que foi o Dr. Tissot, impossível para ele, desmentir as próprias contradições do Governo e não adianta, daqui a pouco, tentar acusar que os Parlamentares são contra o pedágio de manutenção.

Senhoras e senhores, o Governo erra de uma maneira implacável, na condução do pedágio no Estado do Paraná. Erra, primeiro, a mentira demagógica da campanha, ao prometer o que não poderia realizar: acabar com o pedágio neste Estado. Depois, em um minuto de mais lucidez, prometeu baixar as tarifas de pedágio; depois, já em um momento de desespero, dá razão à implantação do pedágio, querendo criar novas praças de pedágio no Estado do Paraná. O despreparo e a contradição ficam por conta das próprias palavras do Dr. Tissot.

Perguntando se havia já uma planilha, um estudo econômico e financeiro para implantação do pedágio, ele foi categórico ao dizer que sim e que todos os custos estavam já previamente estabelecidos e que a tarifa de dois ou dois e vinte, era tecnicamente embasado. Na sequência, perguntado por mim e por outros mais Deputados quanto custaria a praça de pedágio, ele sequer soube dizer.

Como é que você pode estabelecer preço de uma tarifa, se você não sabe sequer, quanto vai investir! Como é que se pode comparar alhos com bugalhos? Como é que você pode comparar duas coisas totalmente distintas se o recurso do Tesouro do Estado do Paraná está sendo utilizado para recuperar as rodovias, recursos de todos nós cidadãos, se vai-se estabelecer uma taxa na cobrança do pedágio, com toda certeza, será bitributação. Por quê? Se vai-se construir novas praças de pedágio e se vai-se fazer uma concorrência pública para se entregar à iniciativa privada, nós estaremos falando de tarifa! Pois bem, caberia, sim, a cobrança da tarifa, mas se os recursos de todo nós paranaenses vai ser utilizada para se cobrar taxa, todos nós vamos pagar e somente aqueles que passarem ali, naquelas barreiras de pedágio vão efetivar mais uma vez o pagamento, nós estaremos falando em bitributação. Se nós estamos falando em pedágio, em novas praças de pedágio, nós temos que ter lei específica da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná e fiz questão de perguntar ao Dr. Tissot: “Vocês vão fazer por decreto ou por projeto?”

A SRA. PRESIDENTE (**Arlete Caramês**)

V. Exa. tem um minuto para concluir.

O SR. DURVAL AMARAL (PFL)

Muito obrigado.

Ele não soube dizer porque os técnicos, os mais lúcidos dentro do DER, defendem que isso só pode ser feito através de lei, e nós Parlamentares, temos que defender a Assembléia Legislativa como único meio institucional para que seja implantado esse pedágio de manutenção e nós temos que saber qual é o impacto ambiente, nós temos que saber quanto vai custar cada praça, nós temos que saber quanto o Estado vai investir, porque essa tentativa de comparar o pedágio convencional com o pedágio de manutenção será feita às custas do povo do Estado do Paraná, para fortalecer um discurso demagógico da época da eleição. Nós não podemos acei-

tar mais! O Paraná é um Estado preparado, é um Estado inteligente. Nós não podemos pagar a conta do descaso e da promessa fácil do período eleitoral!

Por isso, tem que ser através de lei. Por isso o Governo tem que definir se é taxa ou se é tarifa! Por isso o Governo tem que dizer quanto é o custo real, porque me parece que nos próximos nove anos, Deputado André Vargas, esse pedágio será extremamente deficitário, subsidiado pelo Poder Público do Estado do Paraná.

Então, é justo que toda a sociedade paranaense saiba o quanto estará pagando pelas promessas fáceis do período eleitoral. É justo que toda a sociedade paranaense saiba qual é o passivo que este Governo está deixando para as gerações futuras em função de todas as derrotas, mais de sessenta, nas ações judiciais perdidas pelo Governo do Estado do Paraná.

A SRA. PRESIDENTE (**Arlete Caramês**)

Pela Ordem, o Deputado Rafael Greca.

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

Eu pretendia discorrer exatamente sobre o pedágio de manutenção e o espanto sobre o Deputado Durval Amaral, que defende tanto o pedágio particular, se assustar com o fato do pedágio de manutenção custar um sexto do pedágio particular e pretender...

#### (Discussões Paralelas)

Eu pretendia discutir isso no Horário do PMDB, mas eu vou ceder o meu horário para o Deputado Nereu Moura.

Agora, nós teremos muito tempo para discutir isso, porque eu tenho certeza que a população do Paraná não vai se incomodar de pagar um sexto do que paga às concessionárias para manter as estradas do Paraná bem conservadas.

O SR. DURVAL AMARAL (PFL)

As estradas vão continuar lisinhas, Deputado Greca.

O SR. ELIO RUSCH (PFL) (**Pela Ordem**)

Sra. Presidente, Pela Ordem, só para o Deputado Rafael Greca, que eu não fui Secretário de Comunicação Social, nem o Deputado Durval Amaral que fazia aquela propaganda: está lisinho, lisinho, lisinho. O Paraná anda tranquilo, tranquilo.

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

Mas na época ninguém imaginava que ia se fazer um adiamento das benfeitorias, como se fez, como ninguém imaginava que ia acontecer o calote do prometido, como depois se fez.

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

O senhor foi Secretário, Deputado Rafael, pára com isso!

### **Liderança do PDT: Deputado Barbosa Neto**

A SRA. PRESIDENTE (**Arlete Caramês**)

O Deputado Barbosa Neto do PDT.

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

(**Lê**):

“Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados:

Celebramos hoje o aniversário de nascimento do Presidente João Belchior Marques Goulart (faria 87 anos, é de 1918), derrubado pelo golpe de 1964 e falecido em pleno exílio na Argentina, em 1976.

Jango, como era popularmente chamado, iniciou na política ainda jovem elegendo-se Deputado Estadual pelo antigo Partido Trabalhista do Presidente Getúlio Vargas, de quem foi Ministro do Trabalho.

Marcou sua presença no Ministério a partir de junho de 1953, propondo a elevação do salário-mínimo em 100%, por entender que “não são os salários que elevam o custo de vida, pelo contrário, a alta do custo de vida é que exige salários mais altos”.

Em razão disso, Jango foi derrubado do Ministério por pressões incontrolláveis impostas ao Governo. Mas, em 1º de maio de 1954, Getúlio concede o aumento de 100% aos trabalhadores, proposto por Jango, quando o clima vivido no País era de aberta conspiração.

Com a dramática morte de Getúlio Vargas (suicídio, 24/08/1954), Jango assumiu a liderança do Trabalhismo e foi eleito (1955) e reeleito (1960) Vice-Presidente da República, quando a população votava diretamente para os cargos de Vice-Presidentes.

Com a renúncia do Presidente Jânio Quadros, eleito com chapa adversária, Jango assume na esteira da memorável, Campanha da Legalidade comandada pelo bravo Governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola. Toma posse em 7 de setembro de 1961, mas através de uma emenda constitucional ilegalmente votada, implanta-se no País o Parlamentarismo, restringindo os poderes do Presidente.

O presidente João Goulart desencadeia, então, uma cruzada nacional pelas reformas de Base e por uma legislação limitando a remessa de lucros para o exterior. O apoio popular às propostas é sentido nas eleições para o Congresso, em 1962, com a expressiva votação dada aos candidatos do Trabalhismo. Jango também vence em janeiro de 1963, obtendo o retorno ao sistema presidencialista, em plebiscito com mais de 80% dos votos.

A partir daí, a mobilização popular se expande e, em 15 de março de 1964, Jango enviou ao Congresso mensagem presidencial reclamando, entre outras medi-

das, a realização imediata da Reforma Agrária e a implantação da Lei de Remessa de Lucros.

Se nos reportamos agora, às reformas de base de João Goulart, na verdade elas são mais atuais do que nunca. O que pretendia, à época a reforma agrária, a reforma urbana, reforma educacional, a reforma tributária, a administração, a eleitoral, a universitária e a reforma bancária, com ênfase aqui para o envio desmedido dos lucros ao exterior.

Portanto, Jango permanece mais atual, mas acima de tudo, vivo em todos nós.

As reformas de base de João Goulart pregavam:

- Reforma Agrária: que ensejasse a milhões de lavradores condições de viver, comer e progredir com suas famílias, e assegurar a fartura da cidade;

- Reforma Urbana: que socorresse tanto os milhões de favelados como a classe média escorchada pelos alugueres;

- Reforma Educacional: que oferecesse vagas na rede pública a todas as crianças, ensejando-lhes meios de prosseguir nos estudos segundo a capacidade de cada uma delas;

- Reforma Tributária: que corrigisse a desigualdade da distribuição de encargos entre o capital e o trabalho, entre os ricos e os pobres, entre os trabalhadores e os patrões;

- Reforma Administrativa: que acabasse com o burocratismo e a corrupção no serviço público;

- Reforma Eleitoral; que incluísse todos os brasileiros adultos, principalmente a maioria constituída de analfabetos, na condição de eleitores e elegíveis;

- Reforma Universitária: que permitisse edificar as universidades necessárias para remover o desenvolvimento nacional autônomo, a partir do modelo implantado com a UNB;

- Reforma Bancária: que desse crédito e financiamento a todas as forças produtivas a juros normais, sem usura e corrupção;

- E, sobretudo, uma reforma no trato com as multinacionais, para que o país deixasse de ser condenado à dependência e que se concretiza na Lei da Remessa de Lucros.

Jango caiu por suas virtudes e hoje pode ser lembrado como um Presidente que não traiu seu povo.

Ficam registradas as homenagens do PDT ao grande estadista, o último Presidente Trabalhista do Brasil.

É um orgulho para nós, do PDT, que temos na ex-Primeira Dama, D. Maria Tereza, viúva de Jango, membro do Partido Democrático Trabalhista, do nosso Diretório Nacional. Temos ainda também a grata satisfação de conviver com João Vicente Goulart, que esteve recentemente em Curitiba, fazendo presença no Encontro Estadual do Partido, comandado pelo Senador Osmar Dias.

Nós nos rendemos, no dia de hoje, mais infelizmente a esposa de Jango está numa situação de dificuldade, recebendo uma pensão menor do que lhe é

garantida, inclusive constitucionalmente. Já fez esta reclamação, mas ninguém corrigiu esta falha histórica, mas, no dia de hoje, queremos apenas marcar esta data, que para o Trabalhismo é indelével, e sem dúvida nenhuma, representa muito para todo nosso País.

Já encerrando, gostaria que a memória de João Goulart pudesse inspirar um Presidente da República que foi eleito pelas bases populares, um sindicalista que chegou ao Sudeste, vindo de pau-de-arara, saindo de Garanhuns, mas que infelizmente traiu toda sua história de vida e se rende ao capital estrangeiro, às privatizações e lamentavelmente mudou todo seu discurso e toda sua trajetória.

Concedo um aparte, rapidamente, ao Deputado Scarpellini.

#### **O Sr. José Domingos Scarpellini (PSB)**

Apenas para registrar e complementar seu pronunciamento, a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, em 1976, designou, para participar do féretro do ex-Presidente João Goulart, o Deputado Domício Scaramella o Deputado Adalberto Daros e este Deputado que aqui está, e realmente foi uma das coisas mais emocionantes que vivemos, em São Borja, o sepultamento do ex-Presidente da República, que saiu num Golpe de Estado, traído por uma parte grande das Forças Armadas Brasileiras, num golpe arquitetado pela CIA.

Muito obrigado.

#### **O SR. BARBOSA NETO (PDT)**

Muito obrigado, Sra. Presidente, pela condescendência.

Vimos a emoção que tomou conta do Deputado Scarpellini, no momento deste aparte. Seus olhos marejaram. Prova que Che Guevara estava certo: “Endurecer, si. Pero perder la ternura, jamás!”

Muito obrigado, Sra. Presidente.

#### **O SR. ÂNGELO VANHONI (PT) (Pela Ordem)**

Na quinta-feira, às 10h00 da manhã, lá na cidade de Paranaguá, que está desamparada nestes últimos anos, que é origem de todo processo civilizatório aqui no Estado do Paraná, vai acontecer um fato muito importante. Nós temos um empresário paranaense, que é filho de colonos imigrantes italianos, que ajudou a construir a cidade de Curitiba, chamado Joanir Zonta. Esse senhor, no seu pequeno comércio, construiu uma grande rede de supermercados no Estado do Paraná, uma das maiores empresas do Brasil. Chama-se Supermercados Condor. E lá em Paranaguá, às 10h00, vai ser inaugurado um Supermercado Condor.

Eu faço questão de fazer esse registro aqui, não por causa do supermercado, que já é um belo feito por parte do empresário que gerou, vai gerar empregos e vai dinamizar a economia e o comércio de Paranaguá, trazendo uma melhoria na qualidade dos serviços prestados para aquela cidade, mas porque Joanir, junto com o supermer-

cado, vai construir duas salas de cinemas para a cidade de Paranaguá. Paranaguá tem cento e cinquenta mil habitantes; o litoral tem quase duzentos e trinta mil habitantes e não tem uma única sala de cinema! De lá nasceu e vicejou a cultura, e a força das nossas raízes estão naquela cidade, naquele litoral, tão abandonado.

Então, é preciso destacar o gesto desse empresário, que é um empresário de visão do ponto de vista empresarial, comercial, geração de negócio, de empregos, no nosso Estado e no nosso litoral, que agora traz um benefício cultural de grande relevância para o Estado do Paraná, duas salas de cinemas, são duas salas de cultura.

Está de parabéns a Organização Zonta, está de parabéns o Supermercado Condor, estão de parabéns os antigos colonos que desbravaram a nossa Curitiba, o nosso Umbará, e que agora voltam lá por onde eles iniciaram a sua caminhada, voltam a Paranaguá, voltam a Alexandra, voltam às antigas colônias, levando espaço de cultura com a riqueza, com o dinheiro, com o comércio que eles auferiram aqui nestes últimos anos.

Então esse registro. Desculpe-me o Deputado, mas é uma coisa importante que está acontecendo agora, na quinta-feira. Gostaria que todos os Deputados, Deputado Rafael Greca, que é um homem vinculado às questões culturais do nosso Estado, se puder estar presente, será às 10h00, o Deputado da nossa cidade, Waldir Leite, o Deputado Marcos Isfer, o Deputado Nelson Justus, e todos os Deputados das outras cidades do Paraná que estiveram aqui na quinta-feira, são convidados para estarem presentes nessa inauguração; é muito importante para Paranaguá.

Muito obrigado.

#### O SR. RAFAEL GRECA (PMDB) **(Pela Ordem)**

Quero me associar à manifestação do Deputado Vanhoni pela importância do feito do Sr. Zonta e do Supermercado Condor.

Vejam, é um espaço comercial que se abre para a cultura numa cidade do interior, na verdade na nossa primeira cidade, criando dois cinemas num lugar onde não havia nenhum. Na verdade o Governo do Estado está a construir no casarão da família Veiga um teatro e um cinema, na verdade um cineteatro. Mas, se todos os supermercados comessem com essa idéia de criar salas de cinema, multiplicar-se-ia a cultura no interior do Paraná.

Na verdade o Condor é o único supermercado genuinamente paranaense, que não é nacional, ou transnacional, e ele dá um exemplo extraordinário de cultura, ele abre salas para o cinema, para o cinema brasileiro, para o cinema cultural, e faz isso no berço da cultura paranaense.

Eu que me associo às palavras do Deputado Vanhoni. Acho que a Assembléia deve a esse senhor, ao cidadão Joanir Zonta, não só pela sua impressão de sempre colocar a bandeira do Paraná junto do seu empreendimento, mas agora pela impressão da marca cultural ao seu empreendimento.

Paranaguá, que viu nascer a cultura, vê nascer agora essa idéia de um supermercado que também se torna uma casa geradora de cultura.

#### O SR. TADEU VENERI (PT) **(Pela Ordem)**

Sra. Presidente, só pedindo desculpas ao Deputado André Vargas, é apenas para fazer duas justificativas de ausência, da Deputada Luciana Rafagnin e do Deputado Pedro Ivo: não conseguiram vir até agora porque continuam naquela reunião que a Deputada Luciana Rafagnin já havia ontem informado ao Plenário que está sendo realizada na Superintendência do Banco do Brasil para discutir o problema da seca e do PRONAF.

Muito obrigado!

#### O SR. ANDRÉ VARGAS (PT)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Já usei esta tribuna para tratar do tema - Regiões Metropolitanas de Londrina e Maringá. Hoje está na pauta o projeto que cria a Região Metropolitana de Cascavel. Na verdade o veto apostado do Governador ao projeto do Deputado Nereu Moura.

Mas volto a esta tribuna porque, no decorrer do tempo, o Governador esteve em Arapongas, próximo de Londrina e disse: "o projeto de Região Metropolitana do André Vargas era uma demagogia e um cabide de emprego."

É bom esclarecer; já esclareci ao Governador pela imprensa. Mas não poderia deixar de me pronunciar neste plenário para dizer que a emenda aposta à lei orçamentária foi coletiva, de todos os Deputados e não apenas deste Deputado, mas o Governador achou que era demagogia. Não é demagogia! Talvez não tenha sido adequada, por parte do Governador, a criação de uma Secretaria Especial da Região Metropolitana de Curitiba, quando poderia ele ter criado uma Secretaria Especial das Regiões Metropolitanas.

Falar em demagogia da boca do Governador, quando se refere a um projeto de interesse regional, de planejamento integrado, divisão moderna, não é caminho. Também falou das Regiões Metropolitanas de Londrina e Maringá e vetou por se tratar de um cabide de emprego. Que pena!

De cabide de emprego o Governador entende. Sobre isso, ele pode tratar. Acaba de criar uma Secretaria Especial para a Região Metropolitana de Curitiba. Fala-se agora de uma Secretaria Especial do PRODETUR para a Região Oeste. Quem é que promove cabide de emprego?

Gostaria de explicar aqui de como o Governador entende de cabide de emprego, porque eu não emprego parente no Governo!

Não é correto ir nas cidades, regiões ou no interior do Estado e tratar um projeto desta Casa, assinado coletivamente por todos os Deputados, com desdém, com mentira, com demagogia, para fazer ataques pessoais a este ou àquele Deputado. Quando o fez, acusou de demago-

gos e promotores de cabide de emprego também os Deputados do PMDB que assinaram esse projeto.

Vamos dar o tratamento que o Governo merece, ao não respeitar as autonomias dos poderes, a independência entre eles e a necessária harmonia.

Não fiquei ofendido porque sei que nesta Casa têm homens e mulheres de brio que não aceitam provocações. Debato em qualquer instância de Governo ou da mídia sobre como é que funciona um cabidão de emprego, em que lugar se estabelece, do que se trata e qual é o formato que se implementa isso num dos Estados do País.

Mas, volto à questão da Região Metropolitana. Poderia ser implementado, por exemplo, com servidores de carreira, porque quem nomeia o Governador poderia começar a discutir um plano de governo, um plano de região metropolitana.

Há temas que são comuns a Londrina, Cambé, Ibi- porã, Rolândia; há outros temas que são comuns a Maringá, Paissandu, Marialva, Sarandi e que podem e devem ser planejados de forma integrada. Isso é modernidade.

Portanto, esta Casa saberá tratar desse veto do Sr. Governador, derrubando-o.

Volto a dizer: demagogia - não, ele tem pouca autoridade para isso! Cabide de emprego - muito menos, mas isso, ele tem autoridade para tratar.

**O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB) (Pela Ordem)**

Sr. Presidente, apenas gostaria de solicitar o Horário do Grande Expediente de segunda-feira. Não sei se já está tomado ou não.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Está reservado para o Deputado Nelson Justus.

**O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB)**

Muito bem.

Então, para restabelecer a verdade, Sr. Presidente, gostaria que V. Exa. me inscrevesse no Horário do Pequeno Expediente e vou usar o Horário da Liderança do PSDB para mostrar ao Deputado Jocelito que o Deputado Traiano falou uma verdade e vou apresentar a fita na segunda-feira, porque o Governador Roberto Requião falou do Deputado Jocelito.

Apenas isso.

**O SR. ELTON CARLOS WELTER (PT) (Questão de Ordem)**

Sr. Presidente, só para citar a presença dos Vereadores: Soni Lorenze, Sadi José Quizium e Reinaldo Bueno, da cidade de Cascavel, que estão aqui presentes.

## ***Liderança do PMDB: Elza Correia***

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Horário da Liderança do PMDB.

Com a palavra, o Sr. Deputado Nereu Moura.

**O SR. NEREU MOURA (PMDB)**

Vou conceder o Horário da Liderança do PMDB à Deputada Elza Correia, que me pediu. Falo na segunda-feira.

**A SRA. ELZA CORREIA (PMDB)**

Sr. Presidente, nobres Companheiros e Companheiras:

Eu ouvi atentamente o discurso do meu companheiro Nereu Moura, nesta Casa, e acho que é preciso, sempre, de forma incondicional a todos nós que queremos fazer política calcados na verdade, tendo como aliado primordial e incondicional a ética, a lisura, não faltarmos com a verdade nesta Casa.

É muito fácil e é muito comum ouvirmos discursos recheados de adjetivos, muitos deles - nestes dois anos e dois meses que sou Deputada nesta Casa - na tentativa de desqualificar o Governo Roberto Requião, tentando, insistindo de forma permanente e sistemática em dizer que nós estamos em rota de colisão com a verdade e com a população.

Olha, vão continuar tentando e não conseguirão, em hipótese nenhuma, tentar dismantlar o que tem sido feito até hoje pelo Governador Roberto Requião. Da mesma forma que disse o nosso Deputado Nereu, tenho orgulho em ser peemedebista e orgulho maior de ser da base de sustentação do Governador Roberto Requião.

Querer jogar no lixo todas as ações aprovadas pela população até agora, será uma tentativa que não terá sucesso. Então, essa cantilena, esse chororô, daqueles que não se conformam com essa forma proposta de governar o Estado, de uma forma transparente, sem subterfúgios, sem encontros na calada da noite, sem propostas lesivas ao interesse público, como era a venda da COPEL, a entrega do BANESTADO, a questão da SANEPAR e tantas, outras questões que lesavam o Paraná, isso no governo não aconteceu! As maracutaias, as mumunhas, acabaram! Isso certamente deve causar profundo desagrado a algumas pessoas, que estavam acostumadas a uma outra forma de fazer política no Estado do Paraná.

**O Sr. Rafael Greca (PMDB)**

Quero dar um exemplo da qualidade do Governo Requião, na operação efetuada ontem na Vila das Torres, a antiga Vila Pinto, quando o próprio Comandante da Polícia, o irrepreensível Coronel Davi Pancoti, com o Secretário da Segurança Pública, deram combate ao tráfico da quadrilha do Bugrão, do Marcão e a uma terceira quadrilha cujo nome a população não ousa dizer por medo de ter os seus barracos queimados.

Como dizem os jornais de hoje, essa operação foi coberta de êxito e teve o aplauso da população. O Governador, pessoalmente, ordenou essa operação, e ela vai repetir-se em todas as chamadas "bocas de tráfico e de fumo" da Região Metropolitana de Curitiba. O Governador

dor é, sim, ele mesmo, atento e preocupado com a segurança pública da população.

Era isso.

A SRA. ELZA CORREIA (PMDB)

Tudo que fizemos, as ações que o Governo tem desempenhado no Estado, nada disso servirá para acalmar os ânimos daqueles que têm como missão dizer que o nosso Governo não está nos trilhos. Democracia. Jogo democrático. Mas é preciso também que prestemos atenção.

**O Sr. José Domingos Scarpellini (PSB)**

Permite-me um aparte?

A SRA. ELZA CORREIA (PMDB)

Desculpe, companheiro.

Quero esse minuto para falar sobre uma questão que vai ser impossível de concluir, mas vou voltar à tribuna para falar sobre esse tema, que é a questão da Região Metropolitana.

Não basta estar incluído em uma Região Metropolitana - todos nós sabemos disso -, não é o fato de uma cidade estar incluída na Região Metropolitana que ela vai receber mais ou menos recursos para a sua região.

O Governo do Estado do Paraná investiu em Londrina, para atender à Região Metropolitana, mais de oitenta milhões de reais - não foi contestado nem pelo Prefeito Nédson, que estava no palanque conosco, quando isso foi assinado.

Assinei também, como disse o André Vargas, entre outros companheiros da região, a emenda coletiva para Região Metropolitana, mas os quinhentos mil reais destinados a Londrina e quinhentos mil reais destinados a Maringá não seriam capazes de resolver as questões dessas duas regiões. Entendo que as ações, lá implementadas pelo Governo Requião, têm sido superiores, e muito, a quinhentos mil reais, que foi pedido aqui pela nossa emenda da Região Metropolitana. Penso que as ações, os recursos destinados para o nosso Plano Diretor e para outros investimentos, em Londrina, são muito mais importantes do que os quinhentos mil reais, que seriam liberados para a Região Metropolitana.

Mais do que isso o Governo investiu nesses dois anos, e vamos continuar solicitando mais investimentos para a Região Metropolitana de Londrina, aliás, para todo o Estado do Paraná, porque fomos eleitos para atender aos 399 municípios.

Portanto, essa é uma discussão que não dá para terminar aqui, mas, tentando ser disciplinada, encerro a minha fala.

Quero voltar, sim, a essa discussão da Região Metropolitana, que é de interesse de todos nós, na continuidade desse debate.

## ***Liderança da Oposição: Deputado Valdir Rossoni (PSDB)***

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Liderança da Oposição;

Concedo a palavra ao Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Vou procurar manter a mesma disciplina que os Deputados que me antecederam!

Sr. Presidente, não sei qual seria e o que eu deveria falar, porque há tantos assuntos palpitantes. A grande verdade, Deputado Scarpellini, não tenho nenhuma preocupação que traga à tona aqui questões do Governo anterior. Fui Deputado, apoiei o Governo anterior e não fui Secretário. Esquecem alguns Parlamentares que sobem naquela tribuna, como fez o Diretor do DER no dia de ontem, que logo depois de falar alguma coisa, ele lembra que o Secretário Nelson Justus foi Secretário dos Transportes no Governo anterior e que hoje é um aliado do Governador Requião. Quando sobem à tribuna, atacam a questão da comunicação e dali a pouco lembram de um dos Secretários, do Governador Jaime Lerner, da Comunicação, hoje no PMDB, Deputado Rafael Greca. Dali a pouco atacam a privatização do BANESTADO e dali a pouco lembram que o Presidente do BANESTADO, quando privatizado, era o Stephanes, hoje Secretário do Governo Requião! Dali a pouco sobe o Presidente do PT na tribuna e atira no Governador e nós, na verdade, na Oposição, ficamos com ciúmes do PT.

Na verdade, defino essa situação de alguns com a seguinte frase: os dinossauros da política. São frutos da farsa. Da farsa do Ferreirinha, da farsa do pedágio e da “carona” que o Lula deu no 2º turno, para se eleger Governador. E o dinossauro é um animal muito grande e muito vistoso, mas lhe falta inteligência e lhe falta memória. Podem fazer quantas CPI’s quiserem do Governo anterior, que nós assinamos.

Agora, nós temos que debater aqui as questões de Governo. Ontem quando vi aqui nesta Casa o Diretor do DER, eu disse: ele vai dar um banho em nós e vamos sair daqui perdendo esse jogo. Aí, sobe naquela tribuna o Diretor do DER e veio com a “futuurologia”. Tudo vai ser feito no futuro, a partir de agora. Contradi-se e contradisse o Governador, porque o Deputado Durval perguntou questões da tarifa do pedágio caipira e ele disse que ainda não tinha planilha. Como é que ele estipula o preço sem ter planilha?

Aí quando você pergunta se no acordo que foi feito foi tirado investimento, ele diz que foi tirado investimento; o seu Governador vem aqui e diz que não foi!

Então, na verdade, o que precisa é memória. Quero dizer aqui aos Deputados que o Governo anterior já pagou o preço, e a política é assim. O Governo anterior pagou o preço pelos seus erros: pagou com a derrota.

Pagamos com a derrota, pelos nossos erros! E é por isso que o debate aqui tem que se aprofundar para este Governo, porque se eles ficarem pensando em fazer no futuro o Governo, já foi a metade do seu tempo. E a voz das ruas, como disseram alguns Parlamentares, é rouca e nervosa.

Na verdade, o que eu vejo e o que eu ouço dos Prefeitos do Paraná é só reclamação; o que eu vejo e o que eu ouço é a reclamação de todas as regiões. Tem alguns programas funcionando porque foram deixados pelo Governo anterior; cantam em verso e prosa o Paraná 12 Meses.

O que vai acontecer com o Governo atual, Deputado Durval Amaral? Tome nota aí: o que aconteceu quando ele entregou para o Jaime Lerner? Quando ele recebeu o Governo do Álvaro Dias, ele pegou vários programas funcionando, de financiamento, internacionais; quando o Governo entregou, ele não tinha projetado nenhum programa para o próximo Governo, que o Governo teve que correr atrás para financiamentos internacionais, porque todos nós sabemos que os grandes financiamentos, que os grandes programas são através de financiamentos.

Então, quero dizer aos Srs. Parlamentares, desculpe-me Deputado Durval, quero ser como a Deputada Elza foi, regularmente obedecendo o Regimento, mas quando a vejo aqui a contestar o Deputado André Vargas de que o Governo deu quinhentos mil reais para Londrina e Maringá, eu vou silenciar, porque fico muito triste com todos esses recursos, com esse volume enorme de recursos para essa pequena Londrina e para essa pequena Maringá.

**A SRA. ELZA CORREIA (PMDB) (Pela Ordem)**

Sr. Presidente, eu não disse isso, em nenhum momento; a discussão é exatamente ao contrário.

O Deputado André Vargas subiu à tribuna para contestar o veto apostado ao projeto da Região Metropolitana que abria, no nosso Orçamento, quinhentos mil reais para a região de Maringá; era um milhão a emenda total.

Então, é exatamente, companheiro Rossoni, o contrário do que V. Exa. disse, eu disse que mais que isso o Governo já investiu na região metropolitana.

Muito obrigada.

### ***Promulgação da Resolução 01/2005 - Regimento Interno:***

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Antes de entrarmos na Ordem do Dia, vamos promulgar a Resolução nº 01/2005.

**(Lê):**

“RESOLUÇÃO Nº 01/2005

DATA: 01 de março de 2005.

Súmula:

Dispõe sobre o Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual combinado com o artigo 123 do Regimento Interno, a seguinte resolução:

Art. 1º O Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, passa a vigorar conforme o texto em anexo.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, juntamente com o Regimento Interno anexo, ficando revogada a Resolução nº 159/90, de 28 de dezembro de 1990, suas alterações e demais disposições em contrário.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.03.2005.

(a) HERMAS BRANDÃO  
Presidente”

## **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANA**

### **TÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES Capítulo I Da Sede**

Art. 1º A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, com sede na Capital do Estado, funciona no Palácio Dezenove de Dezembro.

Parágrafo único. Havendo motivo relevante, ou de força maior, a Assembléia Legislativa poderá, por deliberação da Mesa, reunir-se em outro edifício ou em ponto diverso do território Estadual.

### **Capítulo II Das Sessões Legislativas**

Art. 2º A Assembléia reunir-se-á durante as sessões legislativas:

I – ordinárias, de 15 de fevereiro a 30 de junho e de 1º de agosto a 15 de dezembro;

II – extraordinárias, quando as mesmas forem convocadas.

§ 1º As reuniões marcadas para as datas a que se refere o inciso I serão transferidas para o primeiro dia útil subsequente quando recaírem em sábados, domingos e feriados.

§ 2º A primeira e a terceira sessões legislativas ordinárias de cada legislatura serão precedidas de sessões preparatórias.

§ 3º A sessão legislativa ordinária não será interrompida em 30 de junho enquanto não for aprovada a lei de diretrizes orçamentárias por esta Assembléia Legislativa.

§ 4º Quando convocada extraordinariamente a Assembléia Legislativa somente deliberará sobre matéria objeto da convocação.

### Capítulo III

#### Das Sessões Preparatórias

#### Seção I

#### Da Posse

Art. 3º O candidato diplomado Deputado Estadual deverá apresentar à Mesa, pessoalmente ou por intermédio do Partido, até 31 de janeiro do ano de instalação de cada Legislatura, o diploma expedido pela Justiça Eleitoral, juntamente com a comunicação de seu nome parlamentar e legenda partidária.

§ 1º Para que sejam evitadas confusões o nome parlamentar compor-se-á, salvo quando a juízo do Presidente, apenas de dois elementos: um prenome e o nome; dois nomes, ou dois prenomes.

§ 2º Caberá à 1ª Secretaria organizar a relação dos Deputados diplomados, que deverá estar concluída antes da instalação da sessão de posse.

§ 3º A relação será feita na sucessão alfabética dos nomes parlamentares, com as respectivas legendas partidárias.

Art. 4º No dia 1º de fevereiro do primeiro ano de cada Legislatura, às quinze horas, os Deputados Estaduais diplomados reunir-se-ão na sede da Assembleia Legislativa do Estado em Sessão Preparatória para a posse e a instalação da legislatura.

§ 1º Assumirá a direção dos trabalhos o último Presidente se reeleito Deputado e, na sua falta, o Deputado mais idoso, dentre os de maior número de legislaturas.

§ 2º Aberta a sessão, o Presidente convocará dois Deputados, de preferência de Partidos diferentes, para servirem de Secretários e proclamará os nomes dos Deputados, constantes da relação a que se refere o artigo anterior.

§ 3º A Mesa da Sessão Preparatória declarará instalada a Legislatura, procedendo ao ritual de posse, com a relação nominal de Deputados será tomado o compromisso solene dos mesmos, obedecendo-se as seguintes formalidades: de pé todos os presentes, o Presidente proferirá a seguinte declaração:

**"PROMETO MANTER, DEFENDER E CUMPRIR A CONSTITUIÇÃO DO BRASIL E A CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ E OBSERVAR AS LEIS, DESEMPENHANDO LEALMENTE O MANDATO QUE ME FOI CONFIADO PELO POVO PARANAENSE E PROMOVER O BEM DE MEU ESTADO."**

Ato contínuo, será feita a chamada pelo Presidente e cada Deputado, em pé, ratificará a declaração dizendo:

**"ASSIM O PROMETO"**

§ 4º O conteúdo do compromisso e o ritual de sua prestação não poderão ser modificados, o comprometido não poderá apresentar, no ato, declaração oral ou escrita nem ser o Deputado empossado através de procurador.

§ 5º Quando algum Deputado tomar posse em sessão posterior àquela em que foi prestado o compromisso geral, ou vier suceder ou substituir outro, nos casos previstos neste Regimento, o Presidente nomeará comissão para recebê-lo e acompanhá-lo até a Mesa, quando, antes de empossá-lo, tomar-lhe-á compromisso regimental. Durante o recesso da Assembleia Legislativa, porém, a posse será perante o Presidente.

§ 6º Salvo motivo de força maior ou enfermidade devidamente comprovada, a posse dar-se-á no prazo de quinze dias, prorrogável por igual tempo a requerimento do interessado, contado:

I – da primeira sessão preparatória para instalação da primeira sessão legislativa da legislatura;

II – da diplomação, se eleito Deputado durante a legislatura;

III – da ocorrência do fato que a ensejar por convocação do Presidente.

§ 7º Tendo prestado o compromisso uma vez, o suplente de Deputado fica dispensado de fazê-lo em convocações subsequentes.

§ 8º O Deputado licenciado retornará, a qualquer momento, às suas atividades e ao cumprimento de seu mandato simplesmente comunicando ao Presidente.

§ 9º O Presidente fará publicar no Diário da Assembleia a relação de Deputados, em sucessão alfabética pelo nome parlamentar, com as respectivas legendas partidárias, com as modificações posteriores, que servirá para o registro do comparecimento e verificação do quorum necessário à abertura da sessão, para a composição das Comissões, bem como para as votações nominais e por escrutínio secreto.

#### Seção II

#### Da Eleição Da Mesa

Art. 5º A Mesa da Assembleia é o órgão colegiado, diretor dos trabalhos legislativos e administrativos.

§ 1º Na segunda sessão preparatória da primeira Sessão Legislativa, às quinze horas do dia dois de fevereiro, sempre que possível sob a direção da Mesa da Sessão anterior e nos termos do artigo 4º, §1º deste Regimento, realizar-se-á a eleição simultânea do Presidente, dos três Vice-Presidentes e dos cinco Secretários.

§ 2º A eleição do Presidente importará a dos Vice-Presidentes e dos Secretários, com ele inscrito para composição da Mesa.

§ 3º Depois de proclamar os eleitos, o Presidente das primeiras sessões dará por finalizada sua incumbência.

Art. 6º Os membros da Mesa terão um mandato de dois anos e na composição desta será assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos Partidos ou Blocos Parlamentares, os quais escolherão os respectivos candidatos aos cargos que, de acordo com o mesmo princípio, caiba-lhes prover, sem prejuízo de can-



didaturas avulsas oriundas das mesmas bancadas, observadas as seguintes regras:

I – a escolha será feita na forma prevista no Estatuto de cada Partido ou conforme o estabelecer a própria bancada e, ainda, segundo dispuser o ato de constituição do Bloco Parlamentar;

II – em caso de omissão, ou se a representação não fizer a indicação, caberá ao respectivo Líder fazê-la.

Art. 7º No período de 1º a 15 de dezembro do segundo ano de cada Legislatura, sob a presidência da Mesa, em dia e hora determinados pelo Presidente, proceder-se-á a eleição simultânea da Mesa para as 3ª e 4ª Sessões Legislativas da mesma legislatura.

Parágrafo único. A Mesa Executiva eleita, nos termos deste artigo, tomará posse no dia 15 de fevereiro do terceiro ano de cada Legislatura.

Art. 8º A eleição dos membros da Mesa far-se-á por escrutínio secreto, exigida a maioria absoluta de votos no primeiro, a maioria simples no segundo escrutínio, presente a maioria dos Deputados, observadas as exigências e formalidades seguintes:

I - chamada nominal para a votação;

II- cédulas impressas ou datilografadas, contendo cada uma somente o nome dos candidatos em chapa completa para os diversos cargos que compõem a Mesa, ficando vedada a inscrição do mesmo parlamentar em mais de uma chapa;

III – colocação, em cabina indevassável, das cédulas em sobrecartas que resguardecem o sigilo do voto;

IV – colocação das sobrecartas em urna, à vista do Plenário;

V - o Secretário, designado pelo Presidente, retirará as sobrecartas da urna, contá-las-á e, verificada a coincidência do seu número com o dos votantes e cientificará o Plenário;

VI - será então procedida a contagem dos votos com leitura dos votos consignados às chapas contendo os candidatos aos cargos da Mesa;

VII – proclamação dos votos, por um Secretário, e a sua anotação por outro Secretário, à medida que apurados;

VIII – invalidação da cédula que não atenda ao disposto no inciso II;

IX - redação, pelos Secretários, e leitura, pelo Presidente do resultado da eleição, na ordem decrescente das listas votadas;

X- realização de segundo escrutínio, com as duas chapas mais votadas, na hipótese de não se alcançar a maioria absoluta no primeiro escrutínio;

XI - será considerada eleita a chapa que for encabeçada por candidato mais idoso, dentre os de maior número de legislaturas, em caso de empate no segundo escrutínio;

XII – proclamação, pelo Presidente, do resultado final e posse imediata dos eleitos.

Art. 9º Ocorrendo a vacância de qualquer cargo da Mesa, será procedida da seguinte forma:

I - no cargo de Presidente, assume o 1º Vice-Presidente;

II - no cargo de 1º Vice-Presidente, assume o 2º Vice-Presidente;

III – no cargo de 2º Vice-Presidente assume o 3º Vice-Presidente, realizando-se eleição para o preenchimento deste último cargo; e

IV - em cargo de Secretário, a substituição será feita pela ordem, realizando-se eleição para a 5ª Secretaria.

Parágrafo único. A eleição de que tratam os incisos III e IV deste artigo será realizada no prazo de cinco sessões ordinárias, a contar da data da vacância, observado no que couber, o procedimento previsto para a eleição da Mesa.

## Capítulo IV

### Das Bancadas e dos Blocos Parlamentares

Art. 10. As representações partidárias eleitas em cada legislatura constituir-se-ão por bancadas.

§1º As representações de dois ou mais Partidos, por deliberação das respectivas bancadas, poderão constituir Blocos Parlamentares, sob liderança comum, à qual caberá a competência de representá-los.

§ 2º O Bloco Parlamentar terá o tratamento dispensado por este Regimento às organizações partidárias com representação na Casa.

§ 3º As lideranças dos Partidos que se coligarem em Bloco Parlamentar perdem suas prerrogativas regimentais.

§ 4º Não será admitida a formação de Bloco Parlamentar composto de menos de quatro Deputados.

§ 5º Se o desligamento de uma bancada implicar a perda do quórum fixado no parágrafo anterior, extingue-se o Bloco Parlamentar.

§ 6º O Bloco Parlamentar tem existência circumscrita à Legislatura, devendo o ato de sua criação e as alterações posteriores serem apresentados à Mesa para registro e publicação.

Art. 11. A agremiação que integrava o Bloco Parlamentar dissolvido, ou a que se desvincular, não poderá constituir ou integrar outro na mesma Sessão Legislativa.

Parágrafo único. A agremiação integrante de Bloco Parlamentar não poderá fazer parte de outro concomitantemente.

## Capítulo V

### Dos Líderes

Art. 12. Os Deputados poderão ser agrupados por representações partidárias ou em Blocos Parlamentares, cabendo-lhes escolher o Líder quando a representação for igual ou superior a quatro Deputados.

§ 1º Cada Líder poderá indicar dois Vice-Líderes.

§ 2º A escolha de Líder será comunicada à Mesa, no início de cada Legislatura, ou após a criação do Bloco Parlamentar, em documento subscrito pela maioria dos integrantes da representação.

§ 3º Os Líderes permanecerão no exercício de suas funções até que nova indicação venha ser feita pela respectiva representação.

§ 4º O Partido com bancada inferior a quatro Deputados não terá liderança, mas poderá expor a posição do Partido quando da votação de proposições, ou para uso da palavra, uma vez por semana, por cinco minutos, durante o período destinado às comunicações de lideranças.

§ 5º Os Líderes e Vice-Líderes não poderão integrar a Mesa.

Art. 13. O Líder, além de outras atribuições regimentais, tem as seguintes prerrogativas:

I – usar da palavra, a qualquer momento da sessão, em comunicação urgente, excetuando-se período da Ordem do Dia, quando as comunicações versarão, apenas, sobre a matéria em debate e votação;

II – fazer uso da palavra, pessoalmente ou por intermédio de Vice-Líderes, em defesa da respectiva linha política, no período das comunicações de lideranças;

III – participar, pessoalmente ou por intermédio dos Vice-Líderes, dos trabalhos de qualquer Comissão de que não seja membro, sem direito a voto, mas podendo encaminhar a votação ou requerer a verificação desta;

IV – indicar à Mesa os membros da bancada para compor as Comissões, e, a qualquer tempo, substituí-los;

§ 1º Cada líder de Bancada terá direito a uma comunicação urgente por sessão plenária, podendo delegar a um dos liderados a incumbência de fazê-la, desde que se trate de assunto de interesse da bancada.

§ 2º As Bancadas parlamentares informarão à Presidência da Mesa, seus Líderes e Vice-Líderes.

Art. 14. O Governador do Estado e os Deputados pertencentes a oposição com assento no Poder Legislativo, poderão indicar Deputados para exercerem a Liderança do Governo e a Liderança da Oposição, respectivamente, compostas de Líder e dois Vice-Líderes, com prerrogativas regimentais constantes nos incisos de I a III do artigo anterior.

Parágrafo único. No Horário das Lideranças, os Líderes do Governo e da Oposição poderão fazer o uso da palavra por 10 minutos, improrrogáveis.

## **TÍTULO II**

### **DOS ÓRGÃOS DA ASSEMBLÉIA**

#### **Capítulo I**

##### **Da Mesa**

Art. 15 . A Mesa, órgão diretivo dos trabalhos da Assembléia Legislativa é composta de: Presidente, 1º

Vice-Presidente, 2º Vice-Presidente, 3º Vice-Presidente, 1º Secretário, 2º Secretário, 3º Secretário, 4º Secretário e 5º Secretário.

§ 1º Nas suas faltas e impedimentos, o Presidente será substituído pelo 1º Vice-Presidente e, na sua ausência ou impedimento, sucessivamente, pelo 2º ou 3º Vice-Presidente; o 1º Secretário será substituído pelo 2º Secretário, e na sua ausência ou impedimento, sucessivamente, pelo 3º, 4º ou 5º Secretários.

§ 2º Se, durante a sessão, não estiverem presentes os Vice-Presidentes, o Presidente poderá passar a presidência aos Secretários, na ordem numérica.

§ 3º A convite do Presidente, qualquer Deputado poderá exercer as funções de Secretário, quando se verificar a ausência dos titulares.

§ 4º Nenhum membro da Mesa poderá deixar sua cadeira sem que possa ser substituído imediatamente.

§ 5º Perderá o lugar na Mesa o Deputado que deixar de comparecer a 5 (cinco) Sessões Ordinárias consecutivas, sem causa justificada.

Art. 16. A Mesa eleita no início de cada Sessão Legislativa servirá, também, nas Extraordinárias e em todas as prorogações.

Parágrafo único. As funções dos membros da Mesa da Assembléia somente cessarão:

I – ao findar a Legislatura, no início das Sessões Preparatórias da Legislatura seguinte;

II – nos demais anos de legislatura, com a eleição e posse da Mesa.

Art. 17. Os membros efetivos da Mesa, bem como os Vice-Presidentes, não poderão fazer parte de qualquer Comissão Permanente ou Especial.

Art. 18. À Mesa compete, além das atribuições consignadas em outras disposições regimentais:

I – dirigir os trabalhos legislativos;

II – administrar a Assembléia Legislativa;

III – iniciar o processo legislativo nos seguintes casos:

a) fixação da remuneração de seus membros, do Governador, do Vice-Governador e dos Secretários de Estado, observadas as regras da Constituição do Estado do Paraná;

b) organização dos serviços administrativos;

c) criação, transformação e extinção de cargos e funções dos serviços da Assembléia e fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias.

IV - apresentar à Assembléia, na sessão de encerramento do ano Legislativo, resenha dos trabalhos realizados, precedida de sucinto relatório sobre seu trabalho;

V – promover a realização de campanhas educativas e divulgações permanentes, bem como adotar as medidas adequadas para a promoção e valorização do

Poder Legislativo, com o objetivo de fortalecimento das instituições democráticas;

VI – conforme o art. 59 da Constituição Estadual, iniciar o processo de perda de mandato de Deputado Estadual, nos casos previstos no art. 55, I, II e IV da Constituição Federal e declarar perda de mandato de Deputado nas situações aludidas nos incisos III, IV e V, observado o disposto no § 3º do mesmo artigo da Constituição Federal e nos termos do parecer do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar;

VII - encaminhar ao Plenário, ouvido o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, proposta de sustação de processo criminal contra Deputado, na forma da Constituição Federal art.53, §3º deste Regimento;

VIII – emitir parecer e expedir resolução da Mesa ou elaborar projeto de resolução sobre pedidos de licença de Deputados;

IX– propor ação de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual, frente à Constituição Federal e de lei ou ato normativo estadual ou municipal frente à Constituição Estadual, de ofício ou por deliberação do Plenário;

X– conferir caráter jurídico-normativo aos pareceres da Procuradoria da Assembléia, tornando-os cogentes para a administração;

XI – expedir atos referentes a pessoal, podendo delegar competências;

XII– expedir resolução da Mesa com objetivo de regulamentar o funcionamento dos serviços administrativos do Poder Legislativo;

XIII – decidir, em grau de recurso, as questões relativas a pessoal e aos serviços administrativos da Assembléia;

XIV – aprovar a proposta orçamentária da Assembléia;

XV – requisitar ao Tribunal de Contas do Estado informações;

XVI– fixar as diretrizes para divulgação das atividades do Poder Legislativo;

XVII – estabelecer a denominação dos espaços físicos da Assembléia Legislativa;

XVIII- administrar e aparelhar a polícia e serviços de segurança da Assembléia;

XIX – encaminhar aos outros poderes e outras autoridades requerimentos de informações;

XX– promulgar emendas à Constituição;

XXI – homologar a constituição de comissões provisórias;

XXII – realizar, pelos meios impresso e digital, a prestação mensal e pormenorizada das contas da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

XXIII - emitir parecer, à proposição que tenha sido rejeitada pela Comissão de Constituição e Justiça, por vício de inconstitucionalidade, no prazo máximo de 15 dias da publicação do parecer e, se for o caso, determinar o seu arquivamento. Desta decisão caberá recurso ao Plenário da Assembléia Legislativa. Inexistindo recurso,

ou sendo o mesmo rejeitado pelo Plenário, a proposição será tida como definitivamente rejeitada; caso contrário, será encaminhada à próxima comissão.

Parágrafo único. A representação da Mesa, em juízo, compete à Procuradoria da Assembléia Legislativa.

## Seção I

### Do Presidente

Art. 19. O Presidente é o representante da Assembléia, quando esta houver de se enunciar coletivamente, o regulador dos seus trabalhos e o fiscal da sua ordem, em conformidade deste Regimento.

Art. 20. São atribuições do Presidente, dentre outras expressas neste Regimento, dirigir e representar a Assembléia, incumbindo-lhe:

I – presidir as Sessões Plenárias da Assembléia;

II – abrir e encerrar as sessões, manter a ordem e fazer observar o Regimento;

III – fazer ler, quando necessário, o Expediente pelo 1º Secretário, inclusive as mensagens e correspondências do Poder Executivo e Judiciário;

IV – conceder a palavra aos Deputados nos termos do Regimento;

V - dar posse aos Deputados;

VI – convidar o orador a declarar, previamente, se vai falar a favor ou contra a proposição em discussão;

VII – interromper o orador que se desviar da questão, faltar com a consideração aos Poderes constituídos, advertindo-o, chamando-o à ordem e retirando-lhe a palavra;

VIII – chamar a atenção do orador, ao terminar a hora do expediente e da Ordem do Dia, ou quando se esgotar o tempo a que tem direito de ocupar a tribuna;

IX – anunciar a Ordem do Dia e o número de Deputados presentes;

X - submeter à discussão e à votação a matéria assim destinada;

XI – estabelecer o ponto da questão sobre o qual devam ser feitas as votações;

XII – anunciar o resultado da votação;

XIII – nomear, por autorização da Assembléia, Comissões Externas;

XIV – designar, de acordo com a indicação partidária, substitutos para membros das Comissões, em suas vagas ou em seus impedimentos;

XV - promover e regular a publicação dos debates, de todos os trabalhos e atos da Assembléia, bem como das proposições promulgadas;

XVI – não permitir a publicação de expressões e conceitos vedados pelo Regimento;

XVII – organizar e designar a Ordem do Dia seguinte;

XVIII – informar à Assembléia sobre qualquer questão de ordem ou de prática parlamentar;

XIX – suspender a sessão, deixando a cadeira da Presidência, quando as circunstâncias o exigirem;

XX - levantar a sessão;

XXI – assinar todas as resoluções, mensagens e atos da Assembléia;

XXII – assinar a correspondência destinada ao Governador, ao Tribunal de Justiça do Estado, ao Tribunal Eleitoral e às Assembléias de outros Estados;

XXIII – convocar Sessões Extraordinárias, diurnas ou noturnas;

XXIV – presidir a Comissão Executiva, tomar parte nas suas discussões e deliberações com direito a voto e assinar os respectivos atos;

XXV - substituir, nos termos da Constituição, o Governador do Estado;

XXVI – promulgar leis, resoluções e emendas à Constituição;

XXVII – resolver todas as questões de ordem que ocorram durante as sessões;

XXVIII – resolver sobre requerimentos que lhe forem apresentados de acordo com o Regimento;

XXIX – zelar pelo prestígio da Assembléia e dignidade de seus membros em todo o território do Estado;

XXX – dar posse ao Diretor Geral da Assembléia Legislativa;

XXXI – convocar e reunir, periodicamente, sob a sua presidência, os Líderes e os Presidentes de Comissões Permanentes para avaliação dos trabalhos da Casa, exame de matérias em trâmite e adoção das providências julgadas necessárias ao bom andamento das atividades legislativas e administrativas;

XXXII – nomear os membros titulares e suplentes das comissões, mediante indicação por escrito dos Líderes ou independentemente desta, se expirado o prazo fixado para esse fim;

XXXIII – declarar a perda de lugar de membros das comissões por motivo de falta;

XXXIV – assegurar os meios e condições necessários ao pleno funcionamento das comissões permanentes e temporárias constituídas;

XXXV – convidar o relator, ou outro membro da Comissão, para esclarecimento de parecer.

Art. 21. O Presidente da Assembléia não poderá votar, exceto nos casos de empate, ou de escrutínio secreto.

Parágrafo único. Para tomar parte em qualquer discussão, o Presidente deixará a cadeira inteiramente ao seu substituto, enquanto se tratar do objeto que se propuser discutir.

Art. 22. Sempre que o Presidente não se achar no recinto na hora regimental de início dos trabalhos, o 1º Vice-Presidente e, em sua falta, o 2º Vice-Presidente substitui-lo-á no desempenho de suas funções, seguindo-se o contido no artigo 15, § 1º deste Regimento, cedendo-lhe o lugar, logo que estiver presente.

Parágrafo único. Quando o Presidente tiver que deixar sua cadeira, durante a sessão, proceder-se-á da mesma forma.

## **Seção II**

### **Dos Secretários**

Art. 23. São atribuições do 1º Secretário:

I – fazer a chamada dos Deputados, nos casos previstos neste Regimento;

II – proceder à leitura da matéria que constar no Expediente;

III – despachar toda a matéria do Expediente;

IV – receber, mandar fazer e assinar a correspondência oficial da Assembléia, exceto aquela constante do inciso XXII do art. 20 deste Regimento;

V - receber, igualmente, as representações, convites, petições e memoriais dirigidos à Assembléia;

VI – fazer recolher e guardar em boa ordem as proposições de iniciativa da Mesa, para apresentá-las oportunamente;

VII – assinar, depois do Presidente, as Atas das sessões, bem como todas as Resoluções da Assembléia;

VIII – contar os Deputados em verificação de votação;

IX – inspecionar os trabalhos da Secretaria, fazer observar o seu regulamento, interpretá-lo e fiscalizar as suas despesas;

X - providenciar para que sejam entregues aos Deputados, à medida que forem chegando no recinto, os exemplares do Diário da Assembléia e os avulsos impressos da matéria da Ordem do Dia;

XI – tomar nota das discussões e votações da Assembléia em todos os papéis sujeitos à sua guarda, autenticando-os com sua assinatura;

XII – mandar passar as certidões e entregar os documentos que estiverem na Secretaria, mediante requerimento dos interessados;

XIII – sobrepor emendas aos projetos recebidos, quando for o caso.

Art. 24 . São atribuições do 2º Secretário:

I – fiscalizar a redação das Atas e fazer a leitura;

II – assinar, depois do 1º Secretário, as Atas e as Resoluções da Assembléia;

III – escrever as Atas das Sessões Secretas;

IV – auxiliar o 1º Secretário a expedir a correspondência oficial da Assembléia;

V - substituir o 1º Secretário nas suas faltas e impedimentos.

## **Capítulo II**

### **Da Procuradoria Parlamentar**

Art. 25. A Procuradoria Parlamentar terá por finalidade promover, em colaboração com a Mesa, a defesa Judicial e Extrajudicial da Assembléia, de seus órgãos e

membros quando atingidos em sua honra ou imagem perante a sociedade, em razão de exercício do mandato ou das suas funções institucionais, assim como elaborar pareceres, estudos e outras informações do interesse da Instituição.

§ 1º A Procuradoria será constituída pelos Procuradores efetivos da Secretaria da Assembléia.

§ 2º A Procuradoria Parlamentar providenciará ampla publicidade reparadora, além da divulgação a que estiver sujeito, por força de lei ou de decisão judicial, no órgão de comunicação ou imprensa que veicular matéria ofensiva à Casa ou a seus membros.

§ 3º A Procuradoria promoverá, por intermédio do Ministério Público do Estado, da Procuradoria Geral do Estado, ou de mandatários advocatícios, as medidas judiciais cabíveis para obter ampla reparação.

### **Capítulo III**

#### **Das Comissões**

##### **Seção I**

##### **Das Disposições Gerais**

Art. 26. As Comissões da Assembléia Legislativa são:

I – PERMANENTES, as de caráter técnico-legislativo ou especializado integrantes da estrutura institucional da Casa, co-partícipes e agentes do processo legiferante, que têm por finalidade apreciar os assuntos ou proposições submetidos ao exame e sobre eles deliberar, assim como o acompanhamento dos planos e programas governamentais e a fiscalização orçamentária do Estado, no âmbito dos respectivos campos temáticos e áreas de atuação;

II – TEMPORÁRIAS, as criadas para apreciar determinado assunto, que se extingue ao término da Legislatura, ou expirado seu prazo.

Art. 27. Na constituição das Comissões assegurar-se-á, tanto quanto possível, a representação proporcional dos Partidos e dos Blocos Parlamentares que participem da Casa, na data da posse dos Senhores Deputados.

Art. 28. Às Comissões Permanentes, em razão da matéria de sua competência, e às demais Comissões, no que lhes for aplicável, cabe:

I – discutir e votar as proposições que lhe forem distribuídas, sujeitas à deliberação do Plenário;

II – realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil;

III – convocar Secretários de Estado e outras autoridades para prestar, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, ou conceder-lhe audiência para expor assunto de sua competência;

IV - encaminhar, através da Mesa, pedidos de informação a Secretários de Estado e outras autoridades;

V – receber petições, reclamações, representações ou queixas de qualquer pessoa contra atos ou omissões das autoridades ou entidades públicas;

VI – solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão;

VII – apreciar programas de obras, planos estaduais, regionais e setoriais de desenvolvimento e sobre eles emitir parecer;

VIII – exercer o acompanhamento e a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado e das entidades da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público Estadual;

IX - determinar a realização, com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado, de diligências, perícias, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nas unidades administrativas dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público Estadual;

X – exercer a fiscalização e o controle dos atos do Poder Executivo, incluindo os da administração indireta;

XI – estudar qualquer assunto compreendido no respectivo campo temático ou área de atividade, podendo promover, em seu âmbito, conferências, palestras ou seminários;

XII – solicitar audiência ou colaboração de órgãos ou entidades da administração pública direta, indireta ou fundações e da sociedade civil, para elucidação de matérias sujeitas a seu pronunciamento, não implicando a diligência dilação de prazos;

XIII – propor a sustação dos atos normativos do Poder Executivo que exorbitem o poder de regulamentar ou os limites de delegação legislativa, elaborando o respectivo decreto legislativo.

§ 1º Aplicam-se à tramitação das proposições submetidas à deliberação conclusiva das Comissões, no que couber, as disposições relativas a turnos, prazos, emendas e demais formalidades e ritos exigidos para as matérias sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia.

§ 2º As atribuições contidas no inciso V do caput não excluem a iniciativa concorrente de Deputados.

##### **Seção II**

##### **Das Comissões Permanentes e sua Competência**

Art. 29. A Assembléia, depois de eleita a Mesa, organizará as Comissões Permanentes, dentro de quinze dias.

§ 1º Às Comissões Permanentes, na respectiva área de atuação, compete entre outras:

I – iniciar o processo legislativo em leis complementares e ordinárias, nos casos permitidos pela Constituição;

II – emitir parecer sobre as proposições sujeitas à deliberação do Plenário, opinando pela aprovação ou rejeição, total ou parcial, ou pelo arquivamento e, quando for o caso, formular projetos delas decorrentes;

III – apresentar substitutivos, emendas e subemendas;

IV – sugerir ao Plenário o destaque de parte de proposições para constituir projeto em separado, ou requerer ao presidente da Assembléia a anexação de proposições análogas;

V – requisitar, por intermédio de seu Presidente, diligências sobre matéria em exame;

VI – discutir e votar projetos de lei e decretos legislativos, excetuadas as proposições de:

- a) de lei complementar;
- b) de código;
- c) de iniciativa de Comissão;
- d) em regime de urgência;
- e) de iniciativa popular;
- f) de leis orçamentárias;

VII – realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil;

VIII – promover estudos, pesquisas e investigações sobre problemas de interesse público, relacionados com a sua competência;

IX – receber petições, reclamações ou representações de qualquer pessoa contra atos ou omissões de autoridades ou entidades públicas;

X – solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão para prestar informações;

XI – apreciar programas de obras, planos estaduais, regionais e setoriais de desenvolvimento e sobre eles emitir parecer;

XII – acompanhar as atividades das Secretarias de Estado, entidades autárquicas ou paraestatais, relacionadas com sua especialização;

XIII – convocar Secretários de Estado para prestarem informações sobre assuntos inerentes a suas atribuições.

§ 2º As Comissões Permanentes serão organizadas de dois em dois anos.

Art. 30. As Comissões Permanentes são:

- I – Comissão Executiva;
- II – Comissão de Constituição e Justiça;
- III – Comissão de Finanças;
- IV – Comissão de Orçamento;
- V – Comissão de Tomada de Contas;
- VI – Comissão de Agricultura, Indústria, Comércio, Turismo e do Mercosul;
- VII – Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação;
- VIII – Comissão de Educação, Cultura, Esportes, Ciência e Tecnologia;
- IX – Comissão de Segurança Pública;
- X – Comissão de Saúde Pública;
- XI – Comissão de Redação;

XII – Comissão de Ecologia e Meio Ambiente;

XIII – Comissão de Fiscalização da Assembléia Legislativa e Assuntos Municipais;

XIV – Comissão de Direitos Humanos, da Cidadania e de Defesa do Consumidor;

XV – Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, da Criança e do Adolescente.

Parágrafo único. As Comissões Permanentes compõem-se de sete membros cada uma, salvo a Executiva, que é constituída pelo Presidente, 1º Secretário e 2º Secretário, e a de Constituição e Justiça, que compõe-se de treze membros.

Art. 31. As Comissões Permanentes serão organizadas da seguinte forma: dividindo-se o número de Deputados da Assembléia pelo número de membros de cada Comissão e, em seguida, dividindo-se o número de Deputados de cada Partido ou Bloco Parlamentar pelo quociente acima obtido. O resultado desta divisão representará o número de membros do Partido ou Bloco Parlamentar que será indicado pelo respectivo Líder.

§ 1º Se por esses cálculos ainda ocorrerem vagas nas comissões, estas serão preenchidas por integrantes de Partidos ou Bloco Parlamentares ainda não representados. Neste caso a escolha dar-se-á utilizando o número de Deputados na ordem decrescente de suas bancadas. Em caso de igual número de Deputados, a escolha dar-se-á por sorteio.

§ 2º Para a composição das Comissões adotar-se-á o número de Deputados indicados conforme estipulado no artigo 4º, § 9º e artigo 27 deste Regimento e para cada legislatura, observado o contido no artigo 44 deste Regimento.

Art. 32. Cada Partido ou Bloco Parlamentar terá em cada Comissão tantos suplentes quantos os seus membros efetivos.

Art. 33. Cabe às Comissões Permanentes, observada a competência específica:

§ 1º À Comissão Executiva compete:

I – opinar sobre as modificações do Regimento Interno;

II – dispor sobre criação, transformação ou extinção de serviços do Poder Legislativo, da sua administração indireta e fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias;

III – prover os cargos dos serviços administrativos;

IV – conceder licença, aposentadoria e vantagens previstas em lei aos servidores, bem como colocá-los em disponibilidade;

V – julgar concorrência e demais licitações;

VI – autorizar despesa, bem como a assinatura de convênios e de contratos de prestação de serviços, podendo delegar tais atribuições;

VII – elaborar a proposta orçamentária da Assembléia e encaminhá-la ao Poder Executivo;

VIII – propor à Assembléia a criação ou modificação de seus serviços, dar parecer sobre projetos a eles relativos e baixar os respectivos regulamentos;

IX – interpretar conclusivamente, em grau de recurso, os dispositivos do regulamento dos serviços administrativos;

X – encaminhar ao Poder Executivo as solicitações de créditos adicionais necessários aos seus serviços;

XI – autorizar a realização de concurso público;

XII – apresentar o orçamento analítico ao Plenário.

§ 2º À Comissão de Constituição e Justiça compete: manifestar-se sobre todas as proposições quanto ao seu aspecto constitucional, legal, jurídico e de técnica legislativa; manifestar-se sobre o caráter estrutural dos projetos para os fins previstos na Constituição do Estado e sobre os Recursos previstos neste Regimento; propor através de projeto de resolução a suspensão, no todo ou em parte, de lei ou de decreto municipal declarados inconstitucionais pelo Tribunal de Justiça; e, quanto ao mérito, sobre as proposições relativas às seguintes matérias:

I – criação de municípios;

II – incorporação, fusão e desmembramento de município;

III – perda de mandato de Deputado;

IV – transferência temporária da sede do Governo;

V – organização dos Poderes do Estado;

VI – Ministério Público;

VII – intervenção nos municípios;

VIII – alterações de códigos;

IX – organização e divisão judiciária;

X – declaração de utilidade pública de associações civis.

a) sempre que a Comissão de Constituição e Justiça, em seu parecer, concluir pela inconstitucionalidade de uma proposição, a sua tramitação será interrompida de imediato e encaminhada à Mesa Diretora, ainda que distribuída para outras comissões, cabendo impugnação do autor, preliminarmente, à Comissão de Constituição e Justiça no prazo máximo de 15 dias da publicação do parecer. Desta decisão caberá recurso ao Plenário da Assembléia Legislativa. Inexistindo recurso, ou sendo o mesmo rejeitado pelo Plenário, a proposição será tida como definitivamente rejeitada; caso contrário, será encaminhada à próxima comissão.

§ 3º À Comissão de Finanças compete manifestar-se sobre todas as proposições, inclusive as de outras Comissões, que concorram para aumentar ou diminuir a despesa pública; sobre atividades financeiras do Estado; matéria tributária, empréstimos públicos; fixar, em cada Legislatura, para ter vigência na subsequente, a remuneração dos Deputados; fixar para cada exercício financeiro a remuneração do Governador, Vice-Governador do Estado e Secretários de Estado; e submeter previamente à

Comissão de Fiscalização os processos referentes à Lei nº 8358, de 5 de setembro de 1986;

§ 4º À Comissão de Orçamento compete manifestar-se sobre a proposta de Orçamento-Programa, Orçamento Plurianual de Investimento do Estado e do Projeto de Lei de diretrizes orçamentárias, organizando, na sua falta, o projeto de lei orçamentária tomando como base o orçamento em vigor, fiscalização de execução do orçamento e abertura de crédito;

§ 5º À Comissão de Tomada de Contas compete manifestar-se sobre representações e recursos dos atos do Tribunal de Contas; tomar as contas do Governador; fiscalizar as entidades da administração indireta, apreciar, anualmente, as contas do Tribunal de Contas.

§ 6º À Comissão de Agricultura, Indústria, Comércio, Turismo e do Mercosul compete manifestar-se sobre as proposições relativas a agricultura, pecuária, caça, pesca, flora, fauna e solo; defesa animal e vegetal, irrigação e insumos sobre proposições industriais e comerciais e sobre subvenções e favores a quaisquer dessas atividades; sobre as proposições relativas ao turismo interno, ao desenvolvimento de mecanismos de atração de turistas de outros estados e do exterior; e, manifestar-se, também, sobre proposições que se refiram ao Mercado Comum do Sul – Mercosul.

§ 7º À Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação compete manifestar-se sobre proposições relativas a obras públicas, seu uso e gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos; concessão de serviços públicos; sobre trânsito e transporte; e, sobre comunicação em geral.

§ 8º À Comissão de Educação, Cultura, Esportes, Ciência e Tecnologia compete manifestar-se sobre a educação e instrução pública ou particular, sobre questões relativas ao desenvolvimento cultural, ao desenvolvimento arqueológico e artístico, ao patrimônio histórico e ao incentivo e difusão de todas as modalidades de esporte amador; manifestar-se em proposições que visem à promoção do desenvolvimento científico e tecnológico e ao apoio financeiro e institucional a projetos e programas voltados à geração, à absorção, sistematização, aplicação e à transferência de conhecimentos científicos e tecnológicos, apoiando medidas que visem ao fortalecimento e à ampliação de base técnico-científico do Estado, constituído de entidades de ensino, pesquisa e de prestação de serviços técnico-especializados e por unidades de produção de bens de elevado conteúdo tecnológico.

§ 9º À Comissão de Segurança Pública compete manifestar-se sobre as proposições relativas à Polícia Militar e Polícia Civil, assim como referentes à ordem e à segurança pública.

§ 10 À Comissão de Saúde Pública compete manifestar-se sobre as proposições relativas à saúde pública, higiene, assistência sanitária, controle de drogas, medicamentos, alimentos e exercício da medicina e profissões afins.

§ 11 À Comissão de Redação compete preparar a redação final das proposições, observadas as exceções regimentais.

§ 12 À Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, compete manifestar-se sobre as proposições relativas à disciplina das atividades humanas que interfiram ou alterem o meio ambiente, as que visam à conservação da natureza e evitem a depredação dos recursos naturais.

§ 13 A Comissão de Fiscalização da Assembléia Legislativa e Assuntos Municipais, terá as seguintes atribuições:

I – apreciar fatos que digam respeito a indícios de despesas não autorizadas, ainda que sob forma de investimentos não programados ou de subsídios não aprovados;

II – solicitar à autoridade responsável que no prazo improrrogável de cinco dias, preste os esclarecimentos necessários;

III – não prestados os esclarecimentos, solicitar do Tribunal de Contas pronunciamento conclusivo sobre a matéria, no prazo de trinta dias;

IV – entendendo o Tribunal de Contas que a despesa é irregular, se julgar que o gasto pode causar dano irreparável ou grave lesão à economia pública, poderá propor à Assembléia Legislativa sua sustação, se ainda não realizado, ou reembolso, se já realizado;

V – se assim deliberar, solicitar ao Tribunal de Contas a designação de técnico para, juntamente com seus Membros, efetuar, *in loco*, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional ou patrimonial, nas unidades administrativas dos Três Poderes, da administração direta ou indireta, incluídas e mantidas pelo Poder Público Estadual, nos termos do art. 74 e 75, inciso IV, da Constituição Estadual;

VI – fiscalizar a aplicação da Lei nº 8358, de 08 de setembro de 1986, representando ao Ministério Público, para as providências legais cabíveis, nos casos de não cumprimento do disposto em seu art. 1º, § 2º, ou de constatação de irregularidades no processo licitatório;

VII – aspectos relacionados a municípios e que digam respeito aos critérios de distribuição de verbas estaduais; convênios com o Estado; criação, fusão, desmembramento de municípios e intervenção nestes; desenvolvimento urbano, região metropolitana, aglomerações urbanas, microrregiões e redes de municípios, bem como solicitação de informações e documentos para instrução de proposições que lhes sejam relativas; habitação; transporte coletivo.

§ 14 À Comissão de Direitos Humanos, da Cidadania e de Defesa do Consumidor compete: manifestar-se sobre toda e qualquer proposição que tenha como objeto a criação, regulamentação ou extinção de direitos individuais e coletivos relativos à pessoa humana e à cidadania, especialmente os instituídos pelo art. 5º da Constituição Federal; bem como sobre as proposições relativas ao resguardo, criação ou extinção de órgãos do Estado que atendam ou defendam os direitos humanos; manifestar-se

sobre proposições e assuntos relativos à defesa do consumidor, bem como receber, avaliar e investigar denúncias relativas à violação dos direitos do consumidor.

§ 15 À Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, da Criança e do Adolescente compete manifestar-se em proposições cujo objeto seja de interesse da mulher; debater, orientar, apoiar e fiscalizar a atuação do poder público estadual no que se refere à elaboração e execução de políticas públicas para as mulheres; incentivar e promover estudos, debates e projetos relativos à condição feminina; apoiar medidas que visem ao fortalecimento e à ampliação de programas e casas-abrigo para o atendimento de mulheres vítimas de violência; apoiar a elaboração da Política Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher, visando eliminar as discriminações que atingem a mulher, possibilitando sua integração e promoção como cidadã em todos os aspectos da vida econômica, social, política e cultural. No que tange à Criança e ao Adolescente, compete manifestar-se sobre as proposições relativas aos direitos das crianças e adolescentes, bem como todas as matérias relacionadas à adoção das políticas públicas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente, dentre outras.

### Seção III

#### Das Comissões Temporárias

Art. 34. As Comissões Temporárias são:

I – Especiais;

II – de Inquérito;

III – Externas.

§ 1º As Comissões Temporárias compor-se-ão de tantos membros quantos forem previstos no ato de sua constituição, tendo no mínimo 7 (sete) e no máximo 11 (onze) membros.

§ 2º Os membros da Comissão Temporária serão designados pelo Presidente por indicação dos Líderes, ou independente dela se, no prazo de quarenta e oito horas após ser criada, não se fizer a escolha.

§ 3º Na constituição das Comissões Temporárias observar-se-á o rodízio entre as bancadas não contempladas, de tal forma que todos os Partidos ou Blocos Parlamentares possam fazer-se representar.

§ 4º A participação do Deputado em Comissão Temporária cumprir-se-á sem prejuízo de suas funções em Comissões Permanentes.

§ 5º Nenhum Deputado poderá ocupar, simultaneamente, o cargo de Presidente em mais de uma Comissão Temporária.

Art. 35. As Comissões Especiais serão constituídas por determinação da Assembléia, mediante requerimento escrito com a indicação do assunto de que devam tratar, o número de membros e o prazo de duração.

Art. 36. A Assembléia, por requerimento de um terço de seus membros, ou de qualquer um deles, indivi-



dualmente, mediante deliberação do Plenário, instituirá Comissão Parlamentar de Inquérito para apuração de fato determinado e por prazo certo, a qual terá poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos em lei e neste Regimento.

§ 1º Considera-se fato determinado o acontecimento de relevante interesse para a vida pública e a ordem constitucional, legal, econômica e social do Estado, que estiver devidamente caracterizado no requerimento de constituição da Comissão.

§ 2º Recebido o requerimento, o Presidente o mandará à publicação, desde que satisfeitos os requisitos regimentais; caso contrário devolvê-lo-á ao Autor para que, se possível, retifique-o, cabendo desta decisão recurso para o Plenário, no prazo de cinco sessões, ouvindo-se a Comissão de Constituição e Justiça.

§ 3º A Comissão, que poderá atuar também durante o recesso parlamentar, terá o prazo de cento e vinte dias, prorrogável por até a metade, por uma única vez, mediante deliberação do Plenário, para conclusão de seus trabalhos.

§ 4º Não se criará Comissão Parlamentar de Inquérito enquanto estiverem pelo menos cinco funcionando na Assembléia, salvo mediante projeto de resolução.

§ 5º A Comissão Parlamentar de Inquérito terá sua composição numérica indicada no requerimento ou projeto de resolução, respeitada a proporcionalidade da representação partidária.

§ 6º Do ato de criação constarão a previsão de meios ou recursos administrativos, as condições organizacionais e o assessoramento necessário ao bom desempenho da Comissão, incumbindo à Mesa e à administração da Casa o atendimento preferencial das providências que forem solicitadas.

Art. 37. A Comissão Parlamentar de Inquérito poderá, observada a legislação específica:

I – requisitar funcionários dos serviços administrativos da Assembléia, bem como, em caráter transitório, os de qualquer órgão ou entidades da administração pública direta, indireta e fundacional, do Poder Judiciário ou do Ministério Público, necessários aos seus trabalhos;

II – determinar diligências, ouvir indiciados, inquirir testemunhas sob compromisso, requisitar de órgãos e entidades da administração pública informações e documentos, requerer audiência de Deputados e Secretários de Estado, tomar depoimentos de autoridades estaduais e municipais e requisitar os serviços de quaisquer autoridades, inclusive policiais;

III – incumbir qualquer de seus membros, ou funcionários requisitados dos serviços administrativos da Assembléia, da realização de sindicâncias ou diligências necessárias aos seus trabalhos, dando conhecimento prévio à Mesa;

IV – deslocar-se a qualquer ponto do território estadual para a realização de investigações e audiências públicas;

V – estipular prazo para o atendimento de qualquer ponto do território estadual para a realização de investigações e audiências públicas;

VI – estipular prazo para o atendimento de qualquer providência ou realização de diligência sob as penas da lei, exceto quando da alçada de autoridade judiciária;

VII – se forem diversos os fatos inter-relacionados objeto do inquérito, dizer em separado sobre cada um, mesmo antes de finda a investigação dos demais.

Parágrafo único. As Comissões Parlamentares de Inquérito valer-se-ão, subsidiariamente, das normas contidas no Código de Processo Penal.

Art. 38. Ao término dos trabalhos a Comissão apresentará à Presidência da Casa relatório circunstanciado, com as conclusões alcançadas para que esta, no prazo de 5 (cinco) sessões, contadas do seu recebimento, faça-o publicar no Diário da Assembléia e o encaminhe:

I – à Mesa Executiva para as providências de sua alçada e submissão do relatório ao Plenário, para discussão e votação, dentro de 5 (cinco) sessões contadas do recebimento do relatório pela Mesa e, conforme o caso, apresentação de Proposta de Emenda Constitucional, de Projetos de Resolução, de Lei, de Decreto Legislativo ou de Indicação, os quais, cumpridos os prazos regimentais para emissão de parecer pelas comissões pertinentes, serão imediatamente incluídos na Ordem do Dia, ainda que não tenham sido emitidos os pareceres em questão;

II – ao órgão de representação judicial do ente público prejudicado para que proponha medidas tendentes à reparação;

III – ao Ministério Público do Estado, com a cópia da documentação, para que promova a responsabilização civil ou criminal por infrações apuradas e adote outras medidas decorrentes de suas funções institucionais;

IV – ao Poder Executivo, para adotar as providências saneadoras de caráter disciplinar e administrativo decorrentes de dispositivos constitucionais e legais aplicáveis, assinalando o prazo hábil para seu cumprimento;

V – à Comissão Permanente que tenha maior pertinência com a matéria, à qual incumbirá fiscalizar o atendimento do prescrito no inciso anterior ;

VI – ao Tribunal de Contas do Estado para as providências contidas na Constituição Estadual.

§1º. A remessa será feita pelo Presidente da Assembléia, no prazo de cinco sessões.

§2º. O prazo previsto no *caput* deste artigo não flui durante o recesso parlamentar.

Art. 39. As Comissões Permanentes e as Especiais poderão reunir-se fora do Poder Legislativo e deslocarem-se para qualquer parte do território do Estado, dependendo de aprovação da comissão, por maioria absoluta de seus membros, desde que solicitada, fundamentada e subscrita pela totalidade de seus membros.

Art. 40. As Comissões Externas poderão ser instituídas pelo Plenário da Assembléia, de ofício ou a requerimento de qualquer Deputado, para cumprir missão temporária autorizada, sujeita à deliberação do Plenário quando importarem ônus para a Casa.

Parágrafo único. Para os fins deste artigo, considera-se missão autorizada aquela que implicar o afastamento do Deputado pelo prazo máximo de oito sessões, se exercida no País, e de trinta, se desempenhada no exterior, para representar a Assembléia nos atos a que tenha sido convidado ou a que haja de assistir.

#### **Seção IV**

##### **Da Presidência das Comissões**

Art. 41. Se qualquer das Comissões, Permanentes, Especiais ou de Inquérito, não se instalar dentro de cinco dias, contados da sua organização, o Presidente da Assembléia convocará os seus membros, com a antecedência de vinte e quatro horas, para se reunirem em uma das salas do Edifício da Assembléia, sob a Presidência do 1º Vice-Presidente da Assembléia, e elegerem o Presidente e o Vice-Presidente da Comissão.

§1º Nas ausências e impedimentos, o Presidente será substituído pelo Vice-Presidente, que, nas mesmas hipóteses, será substituído pelo membro mais idoso.

§2º O membro suplente não poderá ser eleito Presidente ou Vice-Presidente da Comissão.

§3º Se vagar o cargo de Presidente ou de Vice-Presidente, proceder-se-á a nova eleição para escolha do sucessor, salvo se faltarem menos de seis meses para o término do mandato, caso em que o cargo será provido na forma indicada no §1º deste artigo.

Art. 42. Ao Presidente compete:

I - convocar a reunião da comissão todas as vezes que julgar necessário, ou sempre que for solicitado por qualquer de seus membros, devendo a reunião ser anunciada com antecedência de pelo menos vinte e quatro horas;

II - presidir todas as reuniões e dirigir os trabalhos, designando relatores, distribuindo a matéria, regulando os debates, promovendo a publicação das atas, suspendendo os trabalhos, quando julgar necessário e resolvendo, de acordo com o regimento, todas as questões de ordem;

III - solicitar ao Presidente da Assembléia substitutos para os membros da Comissão, ausentes ou impedidos;

IV - usar o órgão de comunicação da comissão, com a Mesa;

V - usar do voto de qualidade no caso de empate da votação.

Parágrafo único. Assiste ao Presidente o direito de avocar os projetos de lei que desejar relatar.

#### **Seção V**

##### **Dos Pareceres**

Art. 43. Parecer é o pronunciamento de comissões sobre qualquer matéria sujeita ao seu estudo.

§ 1º As comissões deverão apresentar parecer às proposições, mensagens e demais papéis sujeitos à sua deliberação.

§ 2º Os pareceres serão redigidos por escrito, em termos explícitos, sobre conveniência da aprovação ou da rejeição da matéria a que se reportem e terminarão por conclusões sintéticas.

§ 3º Excepcionalmente, nos casos expressamente previstos no Regimento, os pareceres poderão ser verbais.

#### **Seção VI**

##### **Das Vagas e Impedimentos**

Art. 44. As vagas nas comissões verificar-se-ão:

I – com a cassação do mandato legislativo;

II – com a renúncia;

III – com a opção;

IV – com a perda de lugar;

V – com a licença com prazo que exceda a data prevista para o encerramento dos trabalhos.

§ 1º A renúncia de qualquer membro de comissão será ato acabado e definitivo.

§ 2º Os membros efetivos da Comissão Executiva não poderão fazer parte de outra Comissão Permanente. O membro eleito para a Executiva e que não optar por uma delas, dentro de quarenta e oito horas, considerar-se-á como tendo preferido continuar naquela em que já figurava.

§ 3º O membro da comissão que deixar de comparecer a três reuniões ordinárias consecutivas perderá o lugar, sendo nomeado, desde logo, substituto pelo Presidente da Assembléia, de ofício ou a requerimento de qualquer Deputado.

§ 4º O Presidente da Assembléia preencherá, por nomeação, as vagas verificadas nas comissões, dentro de quarenta e oito horas, de acordo com a indicação do Líder do Partido ou Bloco Parlamentar a que pertencer o substituto.

§ 5º Quando a vaga se verificar na Comissão Executiva, em consequência de qualquer dos casos referidos neste artigo, ou por falta de comparecimento, sem causa justificada e devidamente comunicada por mais de quinze dias consecutivos, o preenchimento far-se-á de conformidade com o art. 9º deste Regimento.

§ 6º Será considerada vaga a cadeira de membro da comissão quando o Deputado deixar o Partido pelo qual foi indicado, devendo o respectivo Líder do Partido ou do Bloco Parlamentar indicar, no prazo de dez dias, novo representante.

Art. 45. O membro da comissão que não puder comparecer às reuniões deverá comunicar a sua ausência, previamente, ao Presidente da Comissão.

§ 1º O Presidente da Assembléia, de ofício, a requerimento do Presidente da Comissão ou em consequência da comunicação de qualquer Deputado, designará substituto, por indicação do Líder do Partido ou Bloco Parlamentar a que pertencer o impedido ou ausente.

§ 2º Cessará a permanência do substituto na comissão, desde que o substituído compareça às suas reuniões.

§ 3º Nenhum Deputado poderá presidir reunião de comissão, quando se debater ou votar matéria da qual seja Autor ou Relator.

§ 4º Não poderá o Autor de proposição ser dela o Relator, ainda que substituto.

## **Seção VII**

### **Das Reuniões**

Art. 46. As Comissões Permanentes reunir-se-ão ordinariamente na sede da Assembléia, em dias e horas prefixados, ressalvadas as convocações de Comissões Parlamentares de Inquérito que se realizarem fora da Capital.

§ 1º Em nenhum caso, ainda que se trate de reunião extraordinária, o seu horário poderá coincidir com o da Ordem do Dia da Sessão Ordinária ou Extraordinária da Assembléia Legislativa.

§ 2º O Diário da Assembléia publicará, semanalmente, a relação das comissões com designação do local e da hora em que se realizarem suas reuniões.

Art. 47. As reuniões extraordinárias das comissões terão lugar por convocação dos respectivos Presidentes, de ofício, ou a requerimento de um terço de seus membros.

Art. 48. As reuniões ordinárias ou extraordinárias das comissões durarão o tempo necessário aos seus fins, a juízo do Presidente.

Art. 49. As reuniões das comissões serão públicas, salvo disposições em contrário, podendo ser assistidas por qualquer Deputado, que poderá discutir perante elas o assunto de que se ocuparem e enviar sugestões e esclarecimentos.

§ 1º Nas reuniões secretas servirá como Secretário da Comissão, por designação do Presidente, um de seus Membros.

§ 2º Somente os Deputados ou autoridades convidadas ou convocadas, conforme for deliberado, poderão assistir as reuniões secretas.

## **Seção VIII**

### **Dos Trabalhos**

Art. 50. Os trabalhos das comissões obedecerão a seguinte ordem:

I – leitura, discussão e votação da ata da sessão anterior;

II – leitura sumária do expediente;

III – distribuição da matéria aos Relatores, observada a alternância entre seus membros;

IV – leitura dos pareceres definitivamente assentados;

V - leitura, discussão e votação de requerimentos ou relatórios.

§ 1º Essa ordem poderá ser alterada pela comissão para tratar de matéria urgente, ou, com requerimento de preferência de qualquer dos seus membros, para determinado assunto.

§ 2º Tratando-se de matéria urgente, como tal considerada pelo Plenário ou por este Regimento, o Presidente designará relator independentemente de reunião da comissão, tendo, nesse caso, o Deputado destacado para esse mister o prazo de quarenta e oito horas para oferecer o seu parecer.

§ 3º As comissões deliberarão por maioria de votos com a presença da maioria dos seus membros.

§ 4º A comissão que receber proposição, mensagem ou qualquer outro papel que lhe for enviado pela Mesa poderá, ainda, propor a sua adição, ou a sua rejeição, total ou parcial, apresentar projetos deles decorrentes, dar-lhes substitutivos e apresentar emendas e subemendas.

Art. 51. O membro da comissão a que for distribuída qualquer matéria terá o prazo de dez dias para apresentação de seu parecer escrito.

§ 1º O Presidente da Comissão poderá, com requerimento fundamentado do relator, prorrogar por mais cinco dias o prazo estabelecido neste artigo. Esgotado o prazo regimental, sem que o relator tenha apresentado parecer, o Presidente designará novo relator, ao qual o processo deverá ser entregue imediatamente.

§ 2º Apresentado o parecer, será lido ou dispensada a sua leitura, e, se estiver impresso, será o mesmo posto em discussão pelo prazo que o Presidente julgar necessário.

§ 3º Logo após o parecer do Relator, ou mesmo antes de sua leitura desde que em Pauta, qualquer dos membros da comissão, assim como qualquer Deputado poderá encaminhar emenda ao Projeto.

§ 4º Recebida a emenda, o Relator emitirá seu parecer.

§ 5º A seguir as emendas e os pareceres serão colocados em discussão na forma do parágrafo 2º, *in fine* deste artigo.

§ 6º A qualquer dos membros da comissão que não se sentir suficientemente esclarecido sobre a matéria ou discordando do parecer do Relator, será concedida vista da proposição, pelo prazo improrrogável de três dias e, sobre ela poderá emitir Voto em Separado, por escrito, se assim o desejar.

§ 7º Se a vista for solicitada por mais de um Deputado, esta será concedida pelo mesmo e simultâneo prazo concedido ao primeiro solicitante.

§ 8º Ao Projeto de Lei em Regime de Urgência será concedida vista pelo prazo, improrrogável, de um dia.

§ 9º Encerrada a discussão, proceder-se-á a votação do parecer e das emendas, que se forem aprovados, em todos os seus termos, será assinado pelos membros presentes, elaborando-se a redação final da proposição.

§ 10 Se o parecer do relator não for adotado pela maioria da comissão, o Presidente designará novo relator, dentre os que a constituem para emitir parecer a ser submetido na sessão subsequente.

§ 11 Havendo Voto em Separado divergente, por escrito, e tendo sido rejeitado o parecer do Relator, será o voto divergente submetido à votação, na mesma sessão e, se aprovado pela maioria, será adotado como Parecer da Comissão, dispensada a designação de novo Relator prevista no parágrafo anterior.

§ 12 Esgotado o prazo destinado ao Relator, o Presidente da comissão avocará a proposição ou designará outro membro para relatá-la, no prazo improrrogável de duas sessões, se em Regime de Urgência, e de cinco sessões, se em regime de tramitação ordinária.

§ 13 Para efeito da contagem de votos relativos ao parecer serão considerados:

I – favoráveis – os “pelas conclusões” e os “com restrições”;

II – contrários – os “vencidos”.

§ 14 Sempre que adotar parecer com restrição, o membro da comissão expressará em que consiste a sua divergência; não o fazendo, o seu voto será considerado integralmente favorável.

§ 15 Integrarão o parecer substitutivo, emendas ou quaisquer outros pronunciamentos escritos da comissão.

§ 16 Concluída a apreciação pelas Comissões Permanentes, a proposição e respectivos pareceres serão remetidos à Mesa para que seja incluída na Ordem do Dia.

§ 17 Terá caráter conclusivo a votação do projeto rejeitado por maioria absoluta de votos na Comissão de Constituição e Justiça. § 18 O projeto votado na forma do parágrafo anterior será submetido ao Plenário, mediante recurso do Autor, na forma deste Regimento.

§ 19 À Comissão poderá dividir, para facilitar o estudo, qualquer matéria sujeita ao seu exame, distribuindo cada parte, ou capítulo, a um relator parcial, mas designando um Relator Geral, para ser enviado à Mesa um só parecer.

§ 20 Quando diferentes matérias se encontrarem numa só proposição, a Comissão poderá dividi-la para constituírem projetos separados.

§ 21 Aplicam-se à tramitação dos projetos submetidos a deliberação das comissões, no que couber, as dis-

posições relativas para as matérias sujeitas a votação do Plenário.

Art. 52. Todos os papéis destinados às comissões serão recebidos pelo 1º Secretário da Assembléia, que no prazo de quarenta e oito horas encaminhará ao Presidente da Comissão e este deverá enviar à Mesa os seus papéis, através do 1º Secretário.

Art. 53. Qualquer Deputado poderá requerer, por escrito, à Assembléia, audiência de uma comissão sobre determinado assunto.

Art. 54. Das reuniões das comissões lavrar-se-ão atas, como resumo dos trabalhos e de tudo quanto houver ocorrido, as quais serão publicadas no Diário da Assembléia.

Art. 55. As comissões terão como Secretários funcionários da Assembléia Legislativa.

## Seção IX

### Do Assessoramento Legislativo

Art. 56. As Comissões contarão, para o desempenho das suas atribuições, com assessoramento da Consultoria Técnica às Comissões, especializadas em suas áreas de competência, a cargo do órgão de assessoramento institucional da Assembléia Legislativa, bem como da Procuradoria Parlamentar.

## Capítulo IV

### Da Remuneração e da Ajuda de Custo

Art. 57. A remuneração dos Deputados será estabelecida no fim de cada Legislatura para a subsequente.

Art. 58. A remuneração será devida:

I – a partir do início da Legislatura, aos Deputados diplomados, na instalação da primeira Sessão Legislativa;

II – a partir da expedição do Diploma, ao diplomado posteriormente a instalação;

III – a partir da posse, ao Suplente em exercício.

Art. 59. O Deputado que deixar de votar, a não ser que se tenha declarado impedido, deixará de receber o valor correspondente ao quociente obtido da divisão da remuneração pelo número de sessões ordinárias do mês anterior, desde que a votação seja interrompida ou ainda por falta de número.

Parágrafo único. A Mesa poderá mandar abonar até sete faltas por mês ao Deputado que justifique sua ausência e desde que esta não tenha contribuído para o adiamento da votação.

Art. 60. Os Deputados somente serão remunerados pelo comparecimento às sessões que forem realizadas no

horário regimental, previstas nos §§ 1º e 2º do art. 77 deste Regimento.

Art. 61. O Deputado não sofrerá desconto em sua ausência, se esta decorrer de desempenho de Missão Oficial.

Parágrafo único. As despesas feitas, em razão de missão oficial a que se refere este artigo, serão ressarcidas.

Art. 62. Considera-se Ajuda de Custo a compensação financeira imprescindível ao comparecimento à Sessão Legislativa Ordinária ou à sessão decorrente de Convocação Extraordinária.

Art. 63. Terá direito à remuneração o Deputado que se encontrar em missão diplomática ou cultural de caráter transitório, autorizada pela Assembléia.

Art. 64. Não terá direito à remuneração o Deputado investido nas funções de Ministro de Estado, de Governador de Território, de Secretário de Estado, de Secretário de Prefeitura da Capital, se optar pela percepção da retribuição do cargo.

Art. 65. O Deputado licenciado para tratar de interesses particulares não terá direito à ajuda de custo e a remuneração.

Parágrafo único. O deputado licenciado para tratamento de saúde, por mais de 120 (cento e vinte) dias, receberá durante a licença a remuneração devida, sem quaisquer outras vantagens, devendo inclusive, ceder o espaço físico, na Assembléia Legislativa, ao suplente.

Art. 66. Sempre que estiver fora da Assembléia, no exercício das funções, o Presidente será tido como presente para os fins do disposto neste Capítulo.

Parágrafo único. O mesmo ocorrerá com respeito ao 1º e 2º Secretários quando, por delegação do Presidente, estiverem em representação da Assembléia.

Art. 67. O Suplente convocado perceberá, a partir da posse, a remuneração e a ajuda de custo a que tiver direito o Deputado em exercício, observado o disposto no art. 58 deste Regimento.

§ 1º A remuneração será paga proporcionalmente, a partir da data da posse.

§ 2º O valor correspondente à ajuda de custo não será devido ao Suplente reconvocato na mesma Sessão Legislativa.

## Capítulo V

### Da Extinção e da Perda do Mandato

Art. 68. As vagas, na Assembléia, verificar-se-ão em virtude de:

- I – falecimento;
- II – renúncia;
- III – perda de mandato.

Art. 69. A renúncia do Deputado ao mandato deve ser dirigida à Mesa, por escrito, com firma reconhecida e independente de aprovação da Assembléia, mas somente se tornará efetiva e irretratável depois de lida no Expediente e publicada no Diário da Assembléia.

Art. 70. Considera-se haver renunciado:

I – o Deputado que não prestar o compromisso no prazo estabelecido neste Regimento ou que for empossado em função ou cargo incompatível com o mandato;

II – o Suplente que, convocado, não se apresentar para entrar em exercício no prazo estabelecido neste Regimento.

Art. 71. O comparecimento efetivo do Deputado à sessão será verificado, no decurso de sua duração, mediante registro em formulário próprio.

Art. 72. A vacância, nos casos de renúncia, será declarada, em sessão, pelo Presidente.

Parágrafo único. Na sessão seguinte à publicação da declaração e vacância, qualquer Deputado dela poderá interpor recurso para o Plenário, que deliberará, ouvida a Comissão de Constituição e Justiça.

Art. 73. Perde o mandato o Deputado:

I – que infringir qualquer das disposições constantes no art. 58 da Constituição Estadual;

II – cujo procedimento seja declarado incompatível com o decoro parlamentar ou atentatório das instituições vigentes;

III – que deixar de comparecer à terça parte das Sessões Ordinárias da Assembléia, em cada Sessão Legislativa anual, salvo doença comprovada, licença ou missão autorizada;

IV – que perder ou tiver suspensos os direitos políticos;

V – que sofrer condenação criminal em sentença transitada em julgado;

VI – quando o decretar a Justiça Eleitoral, nos casos previstos na Constituição Federal.

§ 1º Além de outros casos definidos no Regimento Interno, considerar-se-á incompatível com o decoro parlamentar o abuso das prerrogativas asseguradas ao Deputado, ou a percepção, no exercício do mandato, de vantagens indevidas.

§ 2º Nos casos dos incisos I, II, III e V, a perda de mandato será decidida pela Assembléia, por voto secreto e maioria absoluta, mediante provocação da Mesa ou de Partido Político representado na Assembléia, assegurada ampla defesa, após parecer do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

Art. 74. Na hipótese do inciso IV do artigo 73, deste Regimento, o Presidente da Assembléia encaminhará a documentação necessária para o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar que apresentará parecer, o qual deverá ser submetido ao Plenário da Assembléia Legislativa.

Art. 75. O Mandato do Deputado é incompatível com o exercício de qualquer função efetiva da União, dos Estados e dos Municípios, importando em renúncia do mandato à inobservância desta norma.

## **Capítulo VI**

### **Da Convocação do Suplente**

Art. 76. A Mesa convocará, imediatamente, o suplente nos casos de vaga, licença por mais de cento e vinte dias, ou de investidura nas funções de Ministro de Estado, Governador de Território, Secretário de Estado, Secretário de Prefeitura da Capital ou Chefe de Missão Diplomática temporária e deverá fazê-lo no dia da vaga, da licença ou da investidura.

Parágrafo único. O suplente terá o prazo de quinze dias para tomar posse, sob pena de ser considerado renunciante, salvo se comprovar motivo de doença.

## **TÍTULO III**

### **DOS TRABALHOS DA ASSEMBLÉIA**

#### **Capítulo I**

##### **Das Sessões da Assembléia**

Art. 77. As sessões da Assembléia Legislativa serão preparatórias, ordinárias e extraordinárias.

§ 1º Preparatórias são as que precedem à instalação dos trabalhos da Assembléia, em cada Sessão Legislativa.

§ 2º Ordinárias são as de qualquer Sessão Legislativa, realizadas em todos os dias úteis, de segunda a quinta-feira.

§ 3º Extraordinárias são as sessões realizadas em dia ou hora diversos dos prefixados para as Sessões Ordinárias.

§ 4º A Assembléia poderá realizar Sessões Solenes ou Especiais, que serão consideradas extraordinárias, para comemorações ou homenagens.

Art. 78. As Sessões Ordinárias terão início às 14h30min e durarão, no máximo 4h30min.

Parágrafo único. O Presidente poderá, excepcionalmente, convocar Sessões Ordinárias para o período matinal.

Art. 79. Durante o período de seus trabalhos ordinários ou extraordinários, a Assembléia poderá realizar outras sessões, além das previstas por este Regimento,

desde que assim decida a maioria, através de requerimento de qualquer Deputado.

§ 1º O Presidente prefixará o dia, a hora e a Ordem do Dia dessas Sessões Extraordinárias, dando-as a conhecer previamente à Assembléia.

§ 2º A hora do Expediente deverá se limitar à leitura do mesmo, quando houver.

Art. 80. Tanto as Sessões Ordinárias como as Extraordinárias serão públicas, mas poderão ser secretas, quando assim for deliberado pelo Plenário.

Art. 81. O prazo de duração das sessões poderá ser prorrogado com requerimento de qualquer Deputado, desde que estejam presentes pelo menos um terço dos Deputados.

§ 1º O requerimento objetivando a prorrogação de sessão será escrito, independente de discussão, decidirse-á por maioria de votos, desde que presentes pelo menos um terço dos Deputados, pelo processo simbólico, não admitirá encaminhamento de votação e deverá prefixar o prazo desta prorrogação.

§ 2º Quando a prorrogação for para que o orador inicie ou termine explicação pessoal, a mesma não poderá exceder quinze minutos.

§ 3º Quando a prorrogação se destinar à votação só poderá ser concedida com a presença da maioria absoluta dos Deputados.

§ 4º O requerimento de prorrogação poderá ser apresentado à Mesa, até o momento de anunciar o Presidente a Ordem do Dia seguinte.

§ 5º Se houver orador na tribuna, no momento de findar a sessão, e houver sido requerida a prorrogação, o Presidente interrompê-lo-á para submeter o requerimento à votação.

Art. 82. A juízo do Presidente, ou por deliberação da Assembléia poder-se-á destinar a primeira hora de qualquer sessão às grandes comemorações, homenagens póstumas ou à participação da comunidade em geral, no máximo 4 vezes por mês, ou interrompê-la para recepção de altas personalidades.

Art. 83. Para manutenção da ordem, respeito e solenidade das sessões, serão observadas as seguintes regras:

I – durante a sessão os Deputados deverão permanecer nas respectivas bancadas;

II – nenhuma conversação será permitida no recinto em tom que dificulte a leitura dos atos ou documentos, a chamada nominal, as deliberações da Mesa e os debates;

III – falando da bancada, os oradores deverão manter-se em pé e em caso algum poderão fazê-lo de costas para a Mesa;

IV – os Deputados poderão apartear sentados, em termos breves e corteses;

V – não serão admitidos apartes às palavras do Presidente, paralelos aos discursos ou por ocasião do encaminhamento de votação.

Art. 84. A Sessão Extraordinária pode ser convocada:

I – pelo Presidente da Assembléia, de ofício;

II – pelos líderes, em requerimento escrito, sujeito à deliberação em Plenário;

§ 1º Poderão ser convocadas sessões extraordinárias entre duas ordinárias, tantas quantas forem necessárias.

§ 2º O disposto no parágrafo anterior não prevalece no caso de apreciação de proposições em regime de Urgência.

§ 3º A Sessão Extraordinária somente poderá ser realizada em dia ou hora diversos dos prefixados para as Ordinárias.

Art. 85. Sempre que for convocada Sessão Extraordinária, o Presidente comunicará o fato aos Deputados em sessão.

Parágrafo único. Se a convocação ocorrer em circunstâncias que não permitam a comunicação prevista neste artigo, a Mesa adotará os meios e providências que julgar necessários.

Art. 86. A duração da Sessão Extraordinária será de duas horas e trinta minutos, admitindo-se prorrogação máxima por igual tempo.

Parágrafo único. O tempo destinado à Sessão Extraordinária será totalmente utilizado na apreciação da matéria objeto da convocação.

Art. 87. A Assembléia Legislativa realizará, no máximo, oito Sessões Extraordinárias por mês.

### **Seção I**

#### **Das Sessões Públicas**

Art. 88. Na hora do início da sessão, achando-se presente na Casa pelo menos a décima parte do número total de Deputados, desprezada a fração, o Presidente declarará aberta a sessão, usando a expressão: “SOB A PROTEÇÃO DE DEUS INICIAMOS NOSSOS TRABALHOS”.

§ 1º Abertos os trabalhos, o 2º Secretário fará a leitura da ata da sessão anterior, que o Presidente considerará aprovada, independentemente de votação.

§ 2º No caso de qualquer reclamação, o 2º Secretário prestará os necessários esclarecimentos, e, quando, apesar deles, o Presidente da Mesa reconhecer a procedência da retificação, será essa consignada na ata imediata. Da decisão do Presidente poderá haver recurso ao Plenário.

Art. 89. Na discussão da ata, qualquer Deputado poderá usar da palavra, uma vez e durante dez minutos, apenas para retificá-la.

Parágrafo único. O Deputado que pretender retificar a ata, enviará à Mesa declaração escrita. Esta declaração será inserida em ata, e o Presidente dará, se julgar conveniente, as necessárias explicações pelas quais a tenha considerado procedente, ou não, cabendo recurso ao Plenário.

Art. 90. A duração do Expediente é de 2h30min, assim distribuídos:

I – trinta minutos para leitura do Expediente e dos comunicados dos Senhores Deputados, dos pareceres das Comissões dos Projetos, indicações e requerimentos que se acharem sobre a Mesa, os quais serão mandados publicar. Esgotado este prazo, a matéria não lida será despachada pelo 1º Secretário para publicação;

II – trinta minutos, no máximo, destinados aos oradores inscritos ou, na falta destes, aos que solicitarem a palavra para versar sobre assuntos de livre escolha, não podendo cada orador exceder o prazo de cinco minutos, proibidos os apartes;

III – noventa minutos, improrrogáveis, destinados às lideranças de Bancadas Partidárias ou Blocos Parlamentares e oradores inscritos ou, na falta destes, aos Deputados que solicitarem a palavra para versar assunto de livre escolha.

§ 1º Os trinta minutos iniciais serão ocupados segundo a ordem cronológica de inscrição ou de pedido para uso da palavra.

§ 2º A hora final, dividida equitativamente, será atribuída aos Líderes, cabendo o uso inicial da palavra àquele que pertencer à mesma bancada do orador antecedente.

§ 3º Aos Líderes de bancadas é facultado delegar a seus liderados, o uso da palavra.

§ 4º Ausente o Líder, competirá ao mais idoso dos Vice-Líderes presentes o uso da palavra ou indicação de membro da bancada para fazê-lo.

§ 5º Na falta dos Líderes e Vice-Líderes, ao mais idoso dos integrantes de cada bancada fica transferida a competência de que tratam os parágrafos anteriores.

Art. 91. Finda a hora do Expediente, passar-se-á à matéria destinada à Ordem do Dia.

§ 1º Presente a maioria absoluta dos Deputados, dar-se-á início às votações, que obedecerão a ordem estabelecida no § 1º do art. 101 deste Regimento.

§ 2º Não havendo número para a votação, o Presidente anunciará o debate da matéria a ser discutida; mas, logo que houver maioria legal para deliberar, o Presidente convidará o Deputado que estiver com a palavra a interromper o seu discurso, para se proceder às votações.

§ 3º As votações não serão interrompidas, salvo se verificada a falta de número, constatada pela chamada nominal, hipótese em que ficarão para a Sessão seguinte.

§ 4º Terminadas as votações, o Presidente anunciará o debate da matéria em discussão, o qual será encerrado caso nenhum Deputado inscrever-se ou solicite a palavra, passando-se à imediata votação, se houver número.

§ 5º Se não houver número para a votação imediata deverá ser reservado espaço, para esse fim, na Ordem do Dia seguinte.

§ 6º Após as discussões da matéria constante da Ordem do Dia, serão votados os requerimentos apresentados na sessão e os adiados da sessão anterior, ficando destinado às explicações pessoais o tempo restante da sessão.

§ 7º A nenhum Deputado é lícito fazer uso da palavra, para explicações pessoais, mais de uma vez, e demorar-se na tribuna mais de quinze minutos, prorrogáveis, a critério do Presidente, por igual tempo.

Art. 92. Concluídos todos os trabalhos, o Presidente encerrará a sessão, proferindo a expressão “LEVANTA-SE A SESSÃO”.

Art. 93. As inscrições dos oradores, para a hora do Expediente, serão feitas em livro especial, em ordem cronológica.

§ 1º Não será permitida outra inscrição de Deputados antes que o orador inscrito tenha usado da palavra.

§ 2º Se algum Deputado julgar conveniente a inclusão na Ordem do Dia de qualquer proposição, poderá solicitá-la por escrito ao Presidente.

Art. 94. Todas as matérias que estejam em condições regimentais de entrar na Ordem do Dia ficarão sob a guarda da Mesa.

Parágrafo único. É lícito ao Presidente, de ofício ou a requerimento de Deputados, com recurso para o Plenário, retirar da Ordem do Dia proposição que necessite parecer de outra comissão, desde que esteja em desacordo com exigência regimental ou demande qualquer providência antes da inclusão na Ordem do Dia.

## Seção II

### Das Sessões Secretas

Art. 95. A Assembléia poderá realizar Sessões Secretas, se assim resolver a maioria dos seus Membros, através de requerimento escrito de qualquer Deputado ou comissão.

Parágrafo único. Este requerimento, em que deve ser indicado o objeto da sessão, será submetido a voto independentemente de discussão.

Art. 96. Para realizar a Sessão Secreta, o Presidente fará sair da sala, das galerias e demais dependências do recinto todas as pessoas estranhas, inclusive os empregados do serviço de debates e taquigrafia.

§ 1º Reunida a Assembléia, em Sessão Secreta, deliberar-se-á, preliminarmente, se o assunto deverá ou não ser assim tratado e, conforme o resultado, a sessão continuará secreta ou tornar-se-á pública.

§ 2º Antes de se encerrar a Sessão Secreta, a Assembléia resolverá se deverão ficar secretos ou constar da ata pública os assuntos discutidos.

§ 3º As atas das Sessões Secretas serão aprovadas pela Assembléia antes de levantada a sessão, deverão ser assinadas e rubricadas pela Mesa, fechadas em invólucros pelo 1º e 2º Secretários, com data da sessão, e recolhidas ao arquivo da Assembléia.

## Seção III

### Da Audiência dos Secretários de Estado

Art. 97. O Secretário de Estado comparecerá perante a Assembléia ou suas comissões:

I – quando convocado para prestar, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado;

II – por sua iniciativa, mediante entendimento com a Mesa ou a Presidência da comissão, respectivamente, para expor assunto de relevância de sua Secretaria.

§ 1º A convocação do Secretário de Estado será resolvida pela Assembléia ou comissão, por deliberação da maioria da respectiva composição plenária, com requerimento de qualquer Deputado ou Membro da Comissão, conforme o caso.

§ 2º A convocação do Secretário de Estado ser-lhe-á comunicada mediante ofício do 1º Secretário ou do Presidente da Comissão, que definirá o local, dia e hora da sessão ou reunião a que deva comparecer, com a indicação das informações pretendidas, importando crime de responsabilidade a ausência sem justificativa adequada, aceita pela Casa.

Art. 98. A Assembléia reunir-se-á em Comissão Geral, sob a direção de seu Presidente, toda vez que perante o Plenário comparecer Secretário de Estado.

§ 1º O Secretário de Estado terá assento na primeira bancada, até o momento de ocupar a Tribuna, ficando subordinado às normas estabelecidas para o uso da palavra pelos Deputados. Perante comissões, ocupará o lugar à direita do Presidente.

§ 2º Não poderá ser marcado um mesmo horário para o comparecimento de mais de um Secretário de Estado à Casa, salvo em caráter excepcional, quando a matéria lhes disser respeito conjuntamente, nem se admitirá sua convocação simultânea por mais de uma comissão.

§ 3º O Secretário de Estado somente poderá ser aparteado ou interpelado sobre assunto objeto de sua exposição ou matéria pertinente à convocação.

§ 4º Em qualquer hipótese, a presença do Secretário de Estado no Plenário não poderá ultrapassar o horário normal da Sessão Ordinária da Assembléia.



Art. 99. Na hipótese de convocação, o Secretário encaminhará ao Presidente da Assembléia ou da Comissão, até a véspera de sua presença na Casa, sumário da matéria de que virá tratar, para distribuição aos Deputados.

§ 1º O Secretário de Estado, no início do Grande Expediente ou da Ordem do Dia, poderá falar até trinta minutos, prorrogáveis por mais quinze, pelo Plenário da Casa ou da comissão, só podendo ser aparteado durante a prorrogação.

§ 2º Encerrada a exposição do Secretário de Estado, poderão ser formuladas interpelações pelos Deputados que se inscreverem previamente, não podendo cada um fazê-lo por mais de cinco minutos, exceto o autor do requerimento, que terá o prazo de dez minutos.

§ 3º Para responder a cada interpelação, o Secretário terá o mesmo tempo, dado pelo parágrafo anterior, que o Deputado teve para formulá-la.

§ 4º Serão permitidas a réplica e a tréplica, pelo prazo de três minutos, improrrogáveis.

§ 5º É lícito aos Líderes, após o término dos debates, usar da palavra por cinco minutos, sem apartes.

Art. 100. Na eventualidade de não ser atendida a convocação feita de acordo com a Constituição Estadual, o Presidente da Assembléia promoverá a instauração do procedimento legal cabível, inclusive no tocante à apuração da prática de crime de responsabilidade.

#### **Seção IV** Da Ordem do Dia

Art. 101. A Ordem do Dia, organizada pelo Presidente, será anunciada ao término da sessão anterior e distribuída em avulsos antes de iniciar-se a sessão respectiva.

§ 1º Na Ordem do Dia serão colocadas em primeiro lugar as propostas de emenda à Constituição e das proposições em regime de tramitação ordinária, na seguinte ordem:

- I – redações finais;
- II – 2ª discussão;
- III – 1ª discussão;
- IV – discussões únicas.

§ 2º Cada grupo será iniciado pelas proposições em votação.

§ 3º Dentro de cada grupo da Ordem do Dia, observar-se-á a seguinte disposição das proposições, na ordem cronológica de registro, a saber:

- I – redações finais;
- II – projetos de lei;
- III – projetos de resolução;
- IV – projetos de decretos legislativos.

§ 4º Será permitido a qualquer Deputado, antes de iniciada a Ordem do Dia, requerer preferência para a votação ou discussão de uma proposição sobre a do mesmo grupo, conforme parágrafo 1º deste artigo.

Art. 102. A Ordem estabelecida no artigo anterior poderá ser alterada ou interrompida:

- I – em caso de preferência;
- II – em caso de adiamento;
- III – em caso de retirada da Ordem do Dia.

Parágrafo único. Durante a Ordem do Dia, só poderá ser levantada Questão de Ordem atinente à matéria que esteja sendo apreciada na ocasião.

Art. 103. O ementário da Ordem do Dia, acompanhado dos avulsos das proposições, assinalará, obrigatoriamente, após o respectivo número:

- I – a discussão a que está sujeito;
- II – de quem é a iniciativa;
- III – a respectiva ementa;
- IV – a conclusão dos pareceres, se favoráveis, com substitutivos, emendas ou subemendas;
- V – a existência de emendas, relacionadas por grupos conforme os respectivos pareceres;
- VI – outras indicações que se fizerem necessárias.

#### **Capítulo II** Das Questões de Ordem

Art. 104. Todas as dúvidas sobre a interpretação deste Regimento, na sua prática, constituir-se-ão em questões de ordem.

§ 1º Todas as questões de ordem, claramente formuladas, serão resolvidas definitivamente pelo Presidente da Assembléia.

§ 2º Nenhum Deputado poderá exceder o prazo de dez minutos para formular, simultaneamente, uma ou mais de uma questão de ordem.

§ 3º No momento das deliberações, qualquer questão de ordem só poderá ser formulada ou justificada dentro do prazo que couber a cada Deputado, para encaminhar a votação.

§ 4º Em qualquer fase da sessão, poderá o Deputado solicitar “pela ordem” para esclarecer dúvida sobre disposição regimental ou reclamar a observância de disposição expressa no Regime Interno, exceto no momento das votações, em que só o relator e um Deputado, de preferência o autor da proposição em votação, fá-lo-ão.

§ 5º Sobre uma mesma questão de ordem cada Deputado poderá falar somente uma vez.

Art. 105. O Presidente não poderá recusar a palavra ao Deputado que a solicitar “pela ordem”, mas poderá cassá-la, desde que o orador não indique, desde logo, o artigo do Regimento Interno sobre o qual paira dúvida ou que está sendo desobedecido no andamento dos trabalhos.

Art. 106. Serão registradas em livro próprio e publicadas anualmente, em avulso do Diário da Assembléia, todas as questões de ordem resolvidas pelo Presidente da Assembléia.

### **Capítulo III** **Seção Única** Da Comissão Geral

Art. 107. A Sessão Plenária da Assembléia será transformada em Comissão Geral, por proposta conjunta de Líderes, ou por um terço dos membros da Assembléia, sob a direção de seu Presidente, para:

- I – debate de matéria relevante;
- II – estudo de qualquer assunto, ou outro fim determinado;
- III – discussão de projeto de lei de iniciativa popular, desde que presente o orador que irá defendê-lo;
- IV – comparecimento de Secretário de Estado.

§ 1º A Assembléia será constituída em Comissão Geral, com a aprovação da maioria absoluta dos votos.

§ 2º O requerimento propondo a constituição da Assembléia em Comissão Geral só será submetido à discussão e votação, decorridas vinte e quatro horas de sua apresentação e deverá conter desde logo, o objeto, o dia e hora da reunião.

### **Capítulo IV** Da Ordem Interna

Art. 108. O policiamento do edifício da Assembléia e de suas dependências compete, privativamente, sem intervenção de qualquer outro Poder, à Comissão Executiva da Assembléia.

§ 1º Para esse policiamento, a Comissão Executiva poderá requisitar oficiais e praças da Polícia Militar, que serão postos à inteira disposição da Mesa.

§ 2º É proibido o porte de arma de qualquer espécie no Edifício da Assembléia e suas áreas adjacentes.

§ 3º É obrigatório aos Senhores Deputados e funcionários, durante a Sessão Plenária, o uso de traje passeio completo.

Art. 109. Qualquer pessoa poderá assistir as sessões das galerias, desde que esteja desarmada e guarde silêncio, sem dar sinal de aplauso ou de reprovação ao que se passar na Assembléia.

§ 1º Haverá lugares especiais para Secretários de Estado, autoridades federais, estaduais e municipais e de outros Estados, ex-Deputados, membros do Corpo Consular, Magistrados, representantes do Ministério Público e funcionários.

§ 2º Os representantes da imprensa escrita, televisão e rádio ocuparão lugares especialmente reservados ao exercício de sua profissão junto à Assembléia.

§ 3º No recinto do Plenário da Assembléia, durante as sessões, só serão admitidos os Deputados, os funcionários da Secretaria em serviço e os representantes da imprensa escrita, televisão e rádio, desde que devidamente autorizados pela Mesa.

§ 4º Os espectadores que perturbarem a sessão serão, por determinação do Presidente, compelidos a sair, imediatamente, do edifício da Assembléia.

Art. 110. Quando, por simples advertência, não for possível ao Presidente manter a ordem, poderá o mesmo suspender ou levantar a sessão.

Art. 111. Se algum Deputado cometer, dentro do edifício da Assembléia, qualquer excesso digno de repressão, a Comissão Executiva, tomando conhecimento do fato, expô-lo-á à Assembléia para esta determinar o que lhe parecer conveniente, em Sessão Secreta.

Art. 112. Se no edifício da Assembléia for cometido algum delito, a Comissão Executiva realizará a prisão do responsável e instaurará inquérito sob direção de um de seus Membros, designado pelo Presidente, devendo servir como escrivão um funcionário da Secretaria.

§ 1º Esse inquérito, que deverá ter rápido andamento, será enviado à autoridade judiciária competente.

§ 2º Observar-se-ão nesse inquérito, no que couber, as regras do processo penal, processo administrativo e regulamentos policiais do Estado.

### **Capítulo V** Das Atas

Art. 113. De cada sessão da Assembléia lavrar-se-á, além da Ata destinada ao Diário da Assembléia, outra, resumida, da qual deverá constar uma exposição sucinta dos trabalhos, a fim de ser lida em sessão.

§ 1º Depois de lida, a ata será assinada pelo Presidente e pelo 1º e 2º Secretários.

§ 2º Esta ata será lavrada, ainda que não haja sessão por falta de número, dela constando o Expediente despachado.

Art. 114. O Diário da Assembléia publicará cada dia a ata dos respectivos trabalhos.

Art. 115. Os documentos lidos em sessão serão mencionados na ata em resumo e transcritos no Diário da Assembléia, de acordo com as disposições regimentais.

§ 1º Os discursos proferidos durante a sessão serão publicados por extenso, ou em resumo, na ata destinada ao Diário da Assembléia.

§ 2º As informações e os documentos oficiais, lidos pelo 1º Secretário, na hora do Expediente, em resumo, serão somente publicados na ata destinada ao Diário da Assembléia, com a declaração integral requerida à Mesa e por ela deferida.

§ 3º As informações enviadas à Assembléia pelo Governo do Estado, a requerimento de qualquer Deputado, serão publicadas na ata impressa, antes de entregues a quem as solicitou.

§ 4º Não se dará publicidade às informações oficiais de caráter reservado ou que ofendam a intimidade pessoal ou o interesse público.

§ 5º Em qualquer das atas, não será inserido nenhum documento sem expressa permissão da Assembléia ou da Mesa, por despacho do 1º Secretário, nos casos previstos pelo Regimento.

§ 6º Será lícito a qualquer Deputado fazer inserir na ata impressa as razões escritas do seu voto, vencedor ou vencido, e sem alusões pessoais de qualquer natureza, desde que não infrinjam disposições deste Regimento.

§ 7º Os pedidos de retificação da ata serão decididos pelo Presidente, cabendo recurso ao Plenário.

Art. 116. A ata da última sessão de cada ano, ordinária ou extraordinária, será lida antes de se levantar a sessão.

## **TÍTULO IV** **DA ELABORAÇÃO LEGISLATIVA**

### **Capítulo I**

#### **Das Proposições em Geral**

Art. 117. Proposição é toda matéria sujeita à deliberação da Assembléia, que será recebida pela Mesa, numerada, datada, despachada às comissões competentes e publicada no Diário da Assembléia e em avulsos, para serem distribuídas aos Deputados, às Lideranças e às comissões.

§ 1º As proposições poderão consistir de projetos de lei, projetos de resolução, projetos de decreto legislativo, emendas, indicações e requerimentos.

§ 2º Só serão aceitas pela Mesa proposições sobre assunto da competência da Assembléia e redigidas de acordo com este Regimento.

§ 3º Toda proposição deverá ser redigida com clareza, em termos explícitos e sintéticos.

§ 4º A Presidência deixará de aceitar qualquer proposição que delegue a outro Poder atribuições exclusivas do Legislativo.

§ 5º As proposições deverão ser seguidas de justificações sucintas e, quando citarem uma lei ou artigo de lei, deverão transcrevê-los por extenso, em seguida da justificativa.

§ 6º Não serão admitidas, em qualquer proposição, expressões ofensivas a quem quer que seja.

§ 7º Exceto nos casos previstos neste Regimento, nenhuma proposição será objeto de discussão ou da votação, sem que sobre ela seja emitido parecer pela comissão competente.

§ 8º Quando apresentadas à Mesa, as proposições receberão um número de protocolo, em duas vias, no ato, contendo a data e o horário de protocolização, ficando uma via com a Mesa e outra em posse do autor.

Art. 118. As proposições de iniciativa dos Deputados serão lidas pelo 1º Secretário, na mesma sessão em

que forem protocoladas e ao passar-se à Ordem do Dia, o Presidente as submeterá a voto, no sentido de se tornarem ou não objeto de deliberação.

§ 1º Considerada a proposição objeto de deliberação, será a mesma enviada à comissão competente, depois de numerada, registrada e extraída a cópia para a devida comunicação e publicação.

§ 2º Não sendo considerada objeto de deliberação, estará a proposição desde logo rejeitada.

§ 3º Independem de apoio, sendo sempre consideradas objeto de deliberação, as proposições das Comissões Permanentes, as de iniciativa do Governador de Estado e do Chefe do Poder Judiciário, e as que vierem assinadas por cinco Deputados, pelo menos.

Art. 119. Das decisões da Mesa, deixando de aceitar qualquer proposição, cabe recurso ao Plenário.

Art. 120. Poderá a Assembléia decidir, com requerimento de qualquer Deputado, que determinada proposição seja juntada a outra, a fim de que ambas, merecendo pareceres das Comissões Permanentes competentes, sejam, pela sua analogia ou similitude, transformadas numa só.

### **Seção I** **Dos Projetos**

Art. 121. A Assembléia exerce a sua função Legislativa por via de projetos de lei, de resoluções ou de decretos legislativos.

§ 1º Os projetos de lei são os destinados a regular as matérias de competência da Assembléia com a sanção do Governador, nos termos da Constituição do Estado.

§ 2º Os projetos de resolução destinam-se a regular as matérias de caráter político, administrativo e processual, sobre os quais deva a Assembléia pronunciar-se, exclusivamente em casos concretos, tais como:

I – perda de mandato de Deputado;

II – matéria de natureza regimental;

III – criação de Comissão Parlamentar de Inquérito, não excedendo cinco em funcionamento;

IV – conclusão de Comissão Parlamentar de Inquérito;

V - declaração de procedência de acusação criminal contra o Governador e Vice-Governador de Estado e, quando houver convivência de seus Secretários de Estado;

VI – contas do Governador;

VII – mudança temporária da sede da Assembléia;

VIII – contas do Poder Legislativo, apresentadas pela Mesa;

IX – licença para Deputado desempenhar missão temporária de caráter diplomático ou cultural;

X - delegação legislativa ao Governador;

XI – todo e qualquer ato de sua economia interna, que não exceda os limites do simples ato administrativo, respeitando o regulamento dos seus serviços;

XII – consulta plebiscitária para criação, incorporação, fusão e desmembramento de Municípios.

§ 3º Os projetos de decreto legislativo destinam-se a regulamentar as matérias de competência, exclusiva da Assembléia, que não estejam definidas como matéria de projeto de resolução tais como:

I – fixação, em cada Legislatura, da remuneração dos Deputados, para a subsequente;

II – fixação de remuneração do Governador e do Vice-Governador e Secretários de Estado;

III – solicitação de intervenção federal para garantir o livre exercício do Poder Legislativo;

IV – autorização para o Governador e Vice-Governador se afastarem do País ou do Estado, por mais de quinze dias;

V – aprovação ou suspensão de intervenção estadual nos Municípios;

VI – aprovação da indicação dos Conselheiros e Auditores do Tribunal de Contas;

VII – aprovação do nome do Procurador Geral da Justiça do Estado;

VIII – sustação de processo criminal contra Deputados;

IX – deliberação sobre solicitação do Tribunal de Contas a respeito de contrato inquinado de ilegalidade;

X – dar autorização para matérias que exigem a manifestação da Assembléia Legislativa, em obediência aos preceitos constitucionais e legais.

Art. 122. A resolução e o decreto legislativo serão promulgados pelo Presidente da Assembléia Legislativa dentro de quarenta e oito horas da sua aprovação, sendo que se este não o fizer, o 1º Vice-Presidente fá-lo-á, em igual prazo.

Art. 123. Os projetos deverão ser assinados pelos seus autores e divididos em artigos numerados, concisos e claros, sendo precedidos sempre de súmula enunciativa de seu projeto.

§ 1º O autor do projeto poderá fundamentá-lo, por escrito ou verbalmente, observadas as prescrições deste Regimento.

§ 2º Nenhum artigo de projeto poderá conter duas ou mais proposições independentes entre si, de modo que postas em votação, possa adotar-se uma e rejeitar outra.

§ 3º Sempre que um projeto não estiver devidamente redigido, a Mesa restitui-lo-á ao autor para organizá-lo de acordo com as determinações regimentais.

§ 4º Não será considerado objeto de deliberação o projeto manifestamente inconstitucional ou anti-regimental.

§ 5º Todos os projetos, a juízo do Presidente da Assembléia, entrarão na Ordem do Dia, desde que tenham parecer das Comissões a cujo exame tiverem sido submetidos.

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer Membro da Assembléia, ao Governador, aos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Art. 125. O projeto de lei que receber parecer contrário quanto ao mérito, de todas as Comissões a que for distribuído, será tido como rejeitado.

Art. 126. As matérias de projetos de lei, rejeitados ou não sancionados, assim como a constante de proposta de emenda à Constituição, rejeitada ou havida por prejudicada, somente poderão constituir objeto de novo projeto na mesma Sessão Legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos Membros da Assembléia Legislativa, ressalvadas as proposições de iniciativa do Governador.

## Seção II

### Das Indicações

Art. 127. Indicação é a proposição de qualquer Deputado ou Comissão, sugerindo a adoção de medidas por parte das Comissões Permanentes da Assembléia, podendo, também, objetivar o envio de sugestão ou pedido de providência a qualquer entidade pública ou privada.

§ 1º A indicação será redigida por escrito, em termos explícitos e em forma sintética, devendo ser assinada pelo autor.

§ 2º A Indicação será incluída na pauta da sessão imediata à de sua apresentação e deferida pelo Presidente, se não houver pedido de destaque para sua discussão e votação.

§ 3º Havendo pedido de destaque, a Indicação será submetida à discussão e votação únicas.

## Seção III

### Dos Requerimentos

Art. 128. Requerimento é todo pedido dirigido ao Presidente da Assembléia, sobre objeto de Expediente ou de ordem, por qualquer Deputado ou Comissão.

Parágrafo único. Os requerimentos são de duas espécies:

I – os sujeitos a despacho do Presidente;

II – os sujeitos à deliberação da Assembléia.

Art. 129. Estarão sujeitos a despacho do Presidente e independem de apoio preliminar, de discussão e votação os requerimentos verbais que solicitarem:

I – a palavra, ou a desistência dela;

II – a posse de Deputados;  
 III – a leitura de qualquer matéria sujeita ao conhecimento do Plenário;  
 IV – a retirada de requerimento verbal ou escrito;  
 V – a retificação de ata;  
 VI – a inserção de declaração de voto em ata;  
 VII – a observância de algum dispositivo regimental;  
 VIII – a retirada pelo autor de proposição sem parecer ou com parecer contrário;  
 IX – verificação de votação;  
 X – o preenchimento de vagas nas Comissões;  
 XI – informações sobre a ordem dos trabalhos;  
 XII – chamada nominal para verificação de quórum.

Art. 130. Serão escritos e independem de discussão e votação, sendo despachados pelo Presidente, de ofício, os requerimentos de qualquer Comissão, solicitando audiência de outras, sobre qualquer assunto, bem como os requerimentos de informações oficiais.

Art. 131. Dependerão de deliberação do Plenário na forma dos parágrafos seguintes:

§ 1º Serão escritos e independem de apoioamento e discussão, podendo ser votados com qualquer número, requerimentos que solicitarem:

I – publicação de informações oficiais no Diário da Assembléia;

II – nomeação de Comissões externas;

III – inserção em Ata de votos de regozijo ou de pesar;

IV – levantamento da sessão por motivo de pesar ou regozijo público;

V – manifestação de regozijo ou de pesar através de ofício, telegrama ou por qualquer forma escrita;

VI – permissão para falar sentado.

§ 2º Serão escritos e independem de apoioamento e de discussão, só podendo ser votados com a presença da maioria dos Deputados, os requerimentos que tiverem por fim pedir:

I – dispensa de interstício para a inclusão de determinada proposição na Ordem do Dia;

II – dispensa de Membro de qualquer Comissão;

III – dispensa de publicação de qualquer proposição;

IV – retirada de proposição, substitutivo, emenda ou subemenda com parecer favorável;

V – destaque de emenda aprovada, ou de parte de projeto, para constituir projeto separado;

VI – remessa a determinada Comissão de papéis despachados a outra;

VII – discussão e votação de proposição por títulos, capítulos, grupos de artigos ou de emendas;

VIII – adiamento da discussão ou votação;

IX – encerramento de discussão;

X – votação por determinado processo;

XI – preferência;

XII – urgência;

XIII – audiência de uma Comissão sobre determinada matéria;

XIV – a inclusão de qualquer proposição na Ordem do Dia, nos termos deste Regimento.

§ 3º Serão escritos e sujeitos a apoioamento e discussão, só podendo ser votados com a presença da maioria dos Deputados, os requerimentos sobre:

I – convocação de Secretário de Estado e outras autoridades;

II – inserção nos Anais ou no Diário da Assembléia de documentos de publicação não oficiais;

III – criação de Comissões Especiais;

IV – Sessões Extraordinárias;

V – Sessões Secretas;

VI – licença para tratamento de saúde ou de interesse particular;

VII – autorização para realizar missão de caráter diplomático ou cultural;

VIII – quaisquer outros assuntos que não se refiram a incidentes sobrevindos no decurso das discussões ou votações;

IX – de informações a Secretários de Estado e outras autoridades.

Art. 132. A nenhum Deputado será permitido fazer seu o requerimento de outro, depois deste tê-lo retirado.

Art. 133. Independência de apoioamento o requerimento subscrito, por cinco ou mais, Deputados.

Art. 134. Os requerimentos de informações dirigidos a Secretários de Estado e outras autoridades somente poderão referir-se a fato relacionado com a matéria legislativa em trâmite ou a fato sujeito à fiscalização da Assembléia Legislativa.

§ 1º Se no prazo de quarenta e oito horas os esclarecimentos forem espontaneamente prestados, o requerimento não será encaminhado.

§ 2º Não sendo prestadas as informações no prazo de trinta dias, o Presidente da Assembléia, mediante pedido do autor, aplicará as penas contidas no parágrafo único do art. 55 da Constituição do Estado.

§ 3º Recebida a resposta, essa constará do Expediente e será encaminhada ao Deputado requerente.

§ 4º O Presidente deixará de encaminhar requerimento que contenha expressões descorteses, bem como deixará de receber resposta com termos ofensivos à dignidade de Deputado ou da Assembléia, cientificando do ato o interessado.

Art. 135. Se o Presidente decidir não encaminhar requerimento de informação dará conhecimento da decisão e de seus fundamentos ao autor, o qual poderá solicitar audiência da Comissão de Constituição e Justiça.

#### **Seção IV**

##### **Das Emendas**

Art. 136. Emenda é a proposição apresentada como acessório de outra.

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 1º Emenda supressiva é a proposição que manda erradicar qualquer parte de outra.

§ 2º Emenda substitutiva é a proposição apresentada como sucedânea de outra. Denomina-se substitutivo quando abrange o seu conjunto.

§ 3º Emenda aditiva é a proposição que se acrescenta à outra.

§ 4º Emenda modificativa é a proposição que altera outra mas não descaracteriza sua essência.

§ 5º Não será admissível emenda substitutiva ou aditiva que não tenha relação direta ou imediata com a matéria da proposição principal.

§ 6º A Mesa fará publicar, na ata dos trabalhos da Assembléia, qualquer emenda que houver sido recusada com fundamento no parágrafo anterior.

§ 7º As emendas modificativas poderão ser ampliativas, restritivas ou corretivas:

I – emenda ampliativa é a que estende, a outra pessoa ou objeto, a disposição a que se refere;

II – emenda restritiva é a que diminui a extensão da disposição que modifica;

III – emenda corretiva é a que não modifica a substância da disposição a que se refere, mas apenas a redação.

§ 8º A separação, em duas ou mais partes, de qualquer artigo, parágrafo, inciso ou alíneas de sua proposição, será para efeito de sua votação, considerada emenda supressiva.

§ 9º A emenda à redação final só será admitida para evitar incorreção, incoerência, contradição ou absurdo manifesto.

Art. 138. A emenda apresentada a outra emenda denomina-se subemenda.

Art. 139. As emendas deverão ser apoiadas para que sejam consideradas objeto de deliberação.

Parágrafo único. Independem de apoio as emendas das comissões e as que forem subscritas por cinco Deputados.

Art. 140. Nos projetos de competência exclusiva da Assembléia, dos Tribunais e do Ministério Público que disponham sobre criação ou extinção de cargos de sua Secretaria ou fixação dos respectivos vencimentos, somente serão admitidas emendas quando assinadas pela metade, no mínimo, dos Membros da Assembléia.

Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:

I – ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados;

II – nas Comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, §3º deste Regimento.

§ 1º Apresentada emenda a projeto em discussão, em regime de urgência, o Presidente encaminhá-la-á à Comissão competente para opinar no prazo de quarenta e oito horas.

§ 2º Quando, pelo número ou importância das emendas oferecidas, tornar-se difícil o pronunciamento imediato do Plenário, o Presidente, com requerimento de Deputado, enviará o projeto e emendas à Comissão competente para emitir parecer, o qual será impresso e distribuído em avulsos sem sofrer discussão especial.

§ 3º O Governador do Estado, o Presidente do Tribunal de Justiça e o Procurador Geral da Justiça poderão propor alterações aos projetos de sua iniciativa, enquanto estiver a matéria na dependência do parecer das comissões.

#### **Capítulo II**

##### **Das Discussões**

##### **Seção I**

##### **Disposições Gerais**

Art. 142. Nenhum projeto de lei, de resolução ou de decreto legislativo será aprovado senão depois de ter passado por duas discussões, salvo os casos previstos expressamente neste Regimento.

Art. 143. Nenhum projeto de lei, de resolução ou de decreto legislativo poderá ser discutido, sem que tenha sido incluído na Ordem do Dia, pelo menos vinte e quatro horas antes.

Art. 144. A primeira discussão de um projeto de lei, de resolução ou de decreto legislativo versará, exclusivamente, sobre a sua constitucionalidade e legalidade e será feita tomando-se a proposição como um todo.

Art. 145. A segunda discussão será feita sobre cada artigo separadamente e as emendas que forem oferecidas entrarão em discussão, conjuntamente, com os artigos a que se referirem.

Parágrafo único. Quando um projeto contiver um número considerável de artigos, a Assembléia poderá resolver, com requerimento de qualquer Deputado, que a segunda discussão se faça por títulos, capítulos, seções ou grupos de artigos.

Art. 146. As emendas aceitas em segunda discussão passarão por mais uma discussão.

§ 1º Essa nova discussão versará somente sobre as emendas aprovadas em segunda discussão.

§ 2º Nessa discussão, é vedado oferecer outras emendas, salvo de redação.

Art. 147. Aprovado o projeto definitivamente, o mesmo será despachado com as emendas aprovadas para a Comissão de Redação, após elaboração na devida forma, será impresso e distribuído em avulsos aos Deputados, entrando na Ordem do Dia, a fim de ser discutida, imediatamente, a redação final.

Art. 148. Os Deputados que desejarem falar numa discussão inscrever-se-ão após a inclusão da matéria na Ordem do Dia.

§ 1º Os oradores terão a palavra na ordem de inscrição alternadamente, a favor e contra.

§ 2º Respeitada a alternância, a palavra será concedida dentre os inscritos na seguinte forma:

I – ao autor da proposição;

II – aos relatores, respeitada a ordem de pronunciamento das respectivas Comissões;

III – ao autor do voto vencido, originariamente designado relator, respeitada a ordem indicada no número anterior.

§ 3º Na hipótese de todos os Deputados inscritos para a discussão de determinada proposição serem a favor ou contra ela, ser-lhes-á dada a palavra pela ordem de inscrição, sem prejuízo da precedência estabelecida no parágrafo anterior.

Art. 149. O Deputado que usar a palavra sobre a proposição em discussão não poderá:

I – desviar-se da questão em debate;

II – falar sobre o vencido;

III – usar de linguagem imprópria;

IV – ultrapassar o prazo regimental.

Art. 150. Nenhum Deputado poderá solicitar a palavra quando houver orador na tribuna, exceto para solicitar a prorrogação de prazo ou levantar questão de ordem.

Art. 151. Se um Deputado pretender falar sem que lhe tenha sido dada a palavra, ou continuar com este gesto anti-regimental, o Presidente adverti-lo-á, convidando-o a sentar-se, mas se, apesar dessa advertência e desse convite, o Deputado insistir em falar, o Presidente dará por terminado o seu discurso.

Art. 152. Em cada discussão, pode qualquer Deputado falar pelo prazo máximo de dez minutos, a favor ou contra, alternadamente, observado o disposto no art. 148 deste Regimento.

Parágrafo único. Sobre a redação final o Deputado só poderá falar para emendá-la, ou sobre a emenda, apenas uma vez, pelo prazo de dez minutos.

Art. 153. Sobre qualquer outra matéria em discussão não regulada por este Regimento, cada Deputado poderá falar uma vez, pelo prazo de dez minutos.

Art. 154. Se algum Deputado pedir a palavra sobre requerimento sujeito a discussão, será esta adiada para depois de ultimada a Ordem do Dia seguinte.

Art. 155. O encerramento normal de qualquer discussão dar-se-á pela ausência de oradores.

Art. 156. É permitido a qualquer Deputado requerer o encerramento da discussão, observadas as seguintes regras:

I – na primeira discussão, desde que a matéria tenha sido discutida em uma sessão anterior;

II – na segunda discussão, quando já tenham falado, pelo menos, seis oradores, sobre o assunto cuja discussão se pretender encerrar.

Art. 157. O Deputado dirigirá as suas palavras ao Presidente ou para a Assembléia de um modo geral, não sendo permitidas expressões injuriosas ou descorteses.

Parágrafo único. Referindo-se em discussão a um colega, o Deputado deverá fazer preceder o seu nome do tratamento de Senhor e dar-lhe sempre o tratamento de Excelência quando a ele se dirigir.

## **Seção II**

### **Do Adiamento da Discussão**

Art. 158. Antes de ser iniciada a discussão de um projeto, será permitido o seu adiamento, que não excederá a dez sessões e por uma única vez, mediante requerimento escrito e assinado por Deputado.

§ 1º Ao projeto em regime de urgência será admitido adiamento por uma única sessão apenas e desde que requerido por cinco Deputados ou por Líderes que representem esse número de parlamentares.

§ 2º Quando para a mesma proposição forem apresentados dois ou mais requerimentos será votado em primeiro lugar o de prazo mais longo.

## **Capítulo III**

### **Da Votação**

#### **Seção I**

#### **Das Disposições Gerais**

Art. 159. A votação complementa o turno regimental da discussão.

§ 1º Nenhuma matéria será colocada em votação sem a presença de número legal de Deputados.

§ 2º Durante o tempo destinado à votação, nenhum Deputado poderá deixar o recinto das Sessões.

§ 3º Tratando-se de causa própria ou assunto em que tenha interesse individual, deverá o Deputado dar-se por impedido, fazendo comunicação à Mesa. Para efeito de quórum, seu voto será considerado em branco.

§ 4º Proceder-se-á imediata votação das proposições sujeitas à discussão, logo após o encerramento desta, se houver número na Casa. Caso tenham recebido emendas, retornarão às Comissões para parecer.

§ 5º Só será interrompida a votação de uma proposição por falta de número regimental de presenças, ou por se ter esgotado o período destinado à Ordem do Dia. Nesse último caso, não tendo havido prorrogação, a votação ficará adiada, na parte em que se achar, para prosseguir na sessão seguinte.

Art. 160. É lícito ao Deputado, depois da votação, enviar à Mesa, para publicação, declaração escrita de voto, redigida em termos regimentais, sem lhe ser permitido, todavia, lê-la ou fazer a seu respeito qualquer comentário da tribuna.

Art. 161. Salvo disposição constitucional ou regimental em contrário, as deliberações da Assembléia serão tomadas por maioria de votos, presente a maioria de seus Membros.

Art. 162. Os Projetos de Leis Complementares somente serão aprovados se obtiverem maioria absoluta da Assembléia, observadas, no seu trâmite, as demais normas regimentais para discussão e votação.

## Seção II

### Dos Processos de Votação

Art. 163. São três os processos de votação:

I – simbólico;

II – nominal;

III – por escrutínio secreto.

Art. 164. Pelo processo simbólico o Presidente, ao anunciar a votação de uma matéria, convidará os Deputados a favor para permanecerem sentados e proclamará o resultado manifesto dos votos.

Parágrafo único. A votação será de modo inverso se a proposição tiver recebido, dentre os pareceres das comissões, pelo menos um voto contrário ou quando não houver parecer.

Art. 165. Nas votações simbólicas, após proclamado, pelo Presidente, o seu resultado, qualquer Deputado que delas tenha participado poderá pedir verificação de votação.

§ 1º Requerida a verificação, o Presidente convidará os Deputados que votaram a favor levantarem-se, a fim de ser procedida a contagem. Feita esta e, depois de

sentados os Deputados, o Presidente convidará a levantarem-se os que votaram contra, proclamando finalmente os resultados apurados, pró e contra.

§ 2º É vedado a qualquer Deputado retirar-se do recinto no momento de ser votada uma proposição ou parte da mesma e, caso haja votado, por ocasião da verificação correspondente.

§ 3º Não será procedida mais de uma verificação para cada votação.

Art.166. A votação nominal será processada da seguinte forma:

I – os nomes serão anunciados, em voz alta, pelo 1º Secretário;

II – os Deputados, levantando-se de suas respectivas cadeiras, responderão sim ou não, conforme aprovem ou rejeitem a matéria em votação;

III – as abstenções serão também anotadas pelo 1º Secretário.

Parágrafo único. Para se praticar a votação nominal, será mister que algum Deputado a requeira por escrito e a Assembléia a admita.

Art. 167. Para se praticar a votação por escrutínio secreto, a mesma será feita por meio de cédulas impressas ou datilografadas e recolhidas em urnas que ficarão sobre a Mesa.

Art. 168. Far-se-á votação por escrutínio secreto somente quando assim exigirem este Regimento, a Constituição do Estado e nos casos de proposições que autorizam a realização de plebiscito para criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios e que concedam títulos de cidadania honorária e benemérita.

## Seção III

### Do Método de Votação e do Destaque

Art. 169. Salvo deliberação em contrário, as proposições serão votadas em dois turnos.

Art. 170. As emendas serão votadas em grupos, conforme tenham parecer favorável ou contrário.

§1º Nos casos em que houver, em relação às emendas, pareceres divergentes das comissões, serão votadas uma a uma, salvo deliberação em contrário.

§ 2º O Plenário poderá conceder, com requerimento de qualquer Deputado, que a votação das emendas se faça destacadamente, ou uma a uma.

§ 3º Também poderá ser deferida pelo Plenário a votação da proposição por partes, tais como: títulos, capítulos, artigos, seções ou grupos de artigos.

§ 4º O pedido de destaque deverá ser feito antes de anunciada a votação.

§5º O requerimento relacionado a qualquer proposição, precederá na votação, observadas as exigências regimentais.



§ 6º Destaque é o ato de separar uma proposição, para possibilitar a sua votação isolada pelo Plenário.

#### **Seção IV**

##### **Do Encaminhamento da Votação**

Art. 171. No encaminhamento da votação, será assegurada a palavra a qualquer Deputado, para encaminhá-la pelo prazo de dez minutos, cinco Deputados a favor e cinco contra, por ordem de inscrição, nos termos do artigo 153 deste Regimento.

Parágrafo único. Na hipótese de todos os Deputados inscritos para a discussão de determinada proposição serem a favor ou contra ela, ser-lhes-á dada a palavra pela ordem de inscrição, sem prejuízo da precedência estabelecida no § 2º do art. 148 deste Regimento.

Art. 172. O encaminhamento da votação terá lugar logo após ter sido anunciada a votação.

Art. 173. Para encaminhar a votação, cada Deputado, salvo os relatores, só poderá falar uma vez.

#### **Seção V**

##### **Do Interstício**

Art. 174. Denomina-se interstício o prazo decorrente entre dois atos consecutivos referentes a uma mesma proposição.

§ 1º Entre cada votação e a discussão seguinte de um mesmo projeto haverá interstício de vinte e quatro horas.

§ 2º A Assembléia poderá diminuir esse interstício, com requerimento de qualquer Deputado, nunca, porém, de modo que se faça na mesma sessão uma votação e a discussão subsequente.

§ 3º Será de quarenta e oito horas o prazo destinado à redação para nova discussão.

§ 4º Tendo em vista a extensão do projeto e o número das emendas que lhe forem incorporadas na redação, o Presidente poderá prorrogar o prazo reservado às comissões para esse fim.

Art. 175. Não poderão ser dispensados de interstício para discussão, após sua aprovação, os projetos emendados, que serão enviados às comissões, para a redação do vencido e os de criação de cargos na Secretaria da Assembléia e Tribunais.

#### **Capítulo IV**

##### **Da Preferência**

Art. 176. Denomina-se preferência a primazia na discussão ou na votação de uma proposição sobre outra ou outras.

Art. 177. Terão preferência para discussão e votação as seguintes matérias, na ordem assim estabelecida:

- I – prorrogação da Sessão Legislativa;
- II – emenda constitucional;
- III – adiamento da Sessão Legislativa;
- IV – matéria considerada urgente;
- V - leis orçamentárias.

Art. 178. Terão preferência na votação:

- I – as emendas supressivas;
- II – as emendas substitutivas sobre a proposição a que se referirem, bem como sobre as aditivas e as modificativas;
- III – as emendas das comissões sobre as dos Deputados.

Parágrafo único. Os requerimentos de preferência serão escritos e resolvidos pela ordem de sua apresentação, mas, quando simultaneamente, a preferência será regulada pela importância da matéria a que se referirem, a critério do Presidente.

Art. 179. A ordem regimental poderá ser alterada por deliberação do Plenário da Assembléia.

§ 1º Não será admitida a preferência de matéria em discussão sobre proposição em votação.

§ 2º O requerimento de preferência para votação de qualquer artigo de uma proposição ou de uma emenda, sobre determinado artigo, deverá ser apresentado ao se anunciar a votação deste.

§ 3º Para a votação de uma emenda preferencialmente às outras, deverá o requerimento ser apresentado ao se anunciar a emenda.

§ 4º Para preferência de que resulte inversão parcial ou total da Ordem do Dia, será necessário requerimento escrito e apoiado por cinco Deputados.

§ 5º Independerão desse número de assinaturas os requerimentos de preferência subscritos pelos Presidentes de Comissões Permanentes, pelos relatores de projetos ou por qualquer Membro da Mesa.

Art. 180. Quando os requerimentos de preferência excederem a três, o Presidente verificará, por consulta prévia, se a Assembléia admite modificação na Ordem do Dia.

§ 1º Admitidas as modificações, os requerimentos serão considerados na ordem de sua apresentação.

§ 2º Recusada a admissão, considerar-se-ão prejudicados todos os requerimentos de preferência.

#### **Capítulo V**

##### **Da Urgência**

Art. 181. Urgência é a dispensa de exigências regimentais, salvo a de número legal e a de parecer, mesmo verbal, das Comissões Permanentes, para que

determinada proposição seja imediatamente considerada até sua decisão final.

Art. 182. Aprovado pela Assembléia o requerimento de urgência para qualquer proposição, será esta encaminhada da seguinte forma:

I - será concedido o prazo de quarenta e oito horas a cada uma das Comissões Permanentes, após o recebimento pelo Presidente da mesma, que devam opinar a respeito, para que profiram os seus respectivos pareceres;

II - expirados os prazos em apreço, será a proposição incluída na Ordem do Dia, caso haja merecido os pareceres das Comissões Permanentes.

Art. 183. Tratando-se de iniciativa do Poder Executivo objetivando a abertura de crédito, será dispensado o parecer da Comissão de Constituição e Justiça, sendo encaminhada a matéria diretamente à Comissão de Finanças, desde que lhe seja dado o Regime de Urgência.

Art. 184. Quando faltarem apenas vinte dias ou menos para o término de uma Sessão Legislativa, somente poderão ser considerados de urgência os projetos de crédito solicitado pelo Poder Executivo, os projetos vetados, além daqueles para os quais forem requeridas urgências por qualquer Comissão Permanente ou por seus respectivos Presidentes.

## **Capítulo VI** **Da Redação Final**

Art. 185. Ultimada a votação, será o projeto com as respectivas emendas, se houver, enviado à Comissão de Redação para elaborar o texto.

§ 1º Excetuam-se o disposto neste artigo os projetos de lei orçamentária, tomada de contas do Governador e a emenda à Constituição, enviados à Comissão de Orçamento e à Comissão Especial de Reforma à Constituição, respectivamente.

§ 2º A redação final será votada depois de publicada no Diário da Assembléia ou em avulsos.

§ 3º A Assembléia poderá dispensar a publicação da redação quando a comissão a aprovar por unanimidade.

§ 4º A redação será dispensada, salvo se houver vício de linguagem, defeito ou erro manifesto a corrigir, nos projetos aprovados em dois turnos sem emendas.

Art. 186. Só caberão emendas à redação final para evitar incorreções de linguagem, incoerência notória e contradição evidente, ou correção pela aplicabilidade da proposta.

§ 1º A votação dessas emendas terá preferência sobre a redação final.

§ 2º Aprovada a emenda, voltará a proposição à Comissão de Redação, para que apresente nova redação final, dentro de quarenta e oito horas.

§ 3º Quando, após a aprovação da redação final e até a expedição do autógrafo, se verificar inexatidão do texto, o Presidente procederá a respectiva correção, da qual dará conhecimento ao Plenário. Não havendo impugnação, considerar-se-á aceita a correção, em caso contrário, caberá decisão do Plenário.

Art. 187. Sobre a redação final o Deputado só poderá falar para emendá-la, ou sobre a emenda, apenas uma vez e pelo prazo de quinze minutos.

## **Capítulo VII** **Do Autógrafo**

Art. 188. Os autógrafos reproduzirão a redação final, aprovada pelo Plenário, ou o texto original, quando dispensada.

Art. 189. Os autógrafos relativos a projetos de iniciativa deste Poder Legislativo, do Poder Judiciário, do Poder Executivo ou do Ministério Público serão enviados à sanção acompanhados da autoria e do resumo das respectivas justificativas, no prazo máximo de 10 dias contados da sua aprovação definitiva em plenário.

Parágrafo único. Após a assinatura dos Autógrafos pelo Presidente da Assembléia, o 1º e 2º Secretários fá-lo-ão num prazo de 48 horas, e na falta e impedimentos destes, o 1º e 2º Secretários serão substituídos respectivamente pelo 3º, 4º e 5º Secretários.

## **TÍTULO V** **DAS MATÉRIAS SUJEITAS A** **DISPOSIÇÕES ESPECIAIS** **Capítulo I**

### **Da Proposta de Emenda à Constituição**

Art. 190. Recebida e publicada a proposta, será aberto o prazo de três dias para o oferecimento de emendas, subscritas na forma da Constituição.

Art. 191. A Assembléia constituirá Comissão Especial composta de cinco Membros para, no prazo de vinte dias, opinar sobre a proposta e as emendas oferecidas no prazo do artigo anterior.

Art. 192. Recebido e publicado o parecer da comissão, a proposta e respectivas emendas serão incluídas na Ordem do Dia.

Art. 193. A proposta será submetida a dois turnos de discussão e votação, com interstício de cinco sessões.

Art. 194. Será aprovada a proposta, pelo processo nominal, que obtiver, em ambos os turnos, três quintos dos votos dos Membros da Assembléia Legislativa.

Art. 195. Aplicam-se à proposta de emenda à Constituição, no que não colidirem com o disposto nos artigos anteriores, as disposições regimentais relativas ao trâmite e apreciação dos projetos de lei.

Art. 196. Proposta e emendas aprovadas, retornarão à Comissão Especial para elaborar a redação final.

Art. 197. Aprovada a redação final, será a emenda promulgada pela Mesa da Assembléia, com o respectivo número de ordem.

## **Capítulo II**

### **dos Projetos de Iniciativa do Governador do Estado com Solicitação de Urgência**

Art. 198. A apreciação do projeto de lei de iniciativa do Governador do Estado, para o qual se tenha solicitado urgência, nos termos dos §1º, § 2º e §3º do art. 66, da Constituição do Estado, obedecerá o seguinte:

I – findo o prazo de quarenta e cinco dias de seu recebimento pela Assembléia Legislativa, sem a manifestação definitiva do Plenário, o projeto será incluído na Ordem do Dia, suspendendo-se a deliberação quanto aos demais assuntos, para que se ultime a votação;

II – a solicitação do regime de urgência poderá ser feita pelo Governador do Estado depois da remessa do projeto e em qualquer fase de seu andamento, aplicando-se a partir daí o disposto neste artigo;

III – os prazos previstos neste artigo não correm nos períodos de recesso da Assembléia nem se aplicam aos projetos de códigos, leis orgânicas e estatutos.

## **Capítulo III**

### **Dos Projetos de Código ou de Consolidação de Leis**

Art. 199. Recebido ou apresentado por qualquer Deputado um projeto de Código ou de Consolidação de Leis, será o mesmo impresso, a fim de ser distribuído.

§ 1º A Mesa enviará exemplares do projeto às corporações técnicas em geral e às autoridades, cuja audiência possa ser útil, pedindo sugestões a respeito do projeto, as quais poderão ser enviadas dentro do prazo de sessenta dias.

§ 2º Esgotado esse prazo, a Assembléia constituirá uma Comissão Especial composta de cinco Membros, para opinar, no prazo de trinta dias, sobre o projeto e as sugestões que tenham sido enviadas, podendo adotar aquela que julgar conveniente.

§ 3º Apresentado o parecer da Comissão Especial e depois de impresso juntamente com o projeto, permanecerá o mesmo sobre a Mesa, durante quinze dias, para receber emendas.

§ 4º Após o prazo previsto no parágrafo anterior, a Comissão Especial interporá parecer sobre as emendas, no prazo de quinze dias.

§ 5º Apresentado o parecer, impresso e distribuído, o projeto será dado à discussão, que poderá prolongar-se por vinte sessões.

§ 6º A discussão e a votação serão feitas por títulos, não podendo qualquer Deputado falar mais de uma vez sobre cada título.

§ 7º Por deliberação de dois terços de seus Membros a Assembléia poderá proceder a votação do texto em sua totalidade.

§ 8º A requerimento da Comissão Especial, sujeito à deliberação do Plenário, os prazos previstos neste capítulo poderão ser prorrogados até o dobro.

§ 9º Aprovado o projeto definitivamente, o mesmo retornará à Comissão Especial para elaboração da redação final.

§ 10 Aprovada a redação final, será o projeto enviado à sanção, no prazo improrrogável de cinco sessões.

Art. 200. Não se fará a tramitação simultânea de mais de dois projetos de Código ou de Consolidação de Leis.

Parágrafo único. A Mesa só receberá projetos de lei, para tramitação na forma deste Capítulo, quando a matéria, por sua complexidade ou abrangência, deva ser apreciada como de Código ou de Consolidação de Leis.

## **Capítulo IV**

### **Do Projeto Orçamentário**

Art. 201. Recebido o projeto de lei orçamentária, o Presidente comunicará a sua recepção ao Plenário em qualquer momento da sessão, e, em seguida, far-se-á sua publicação em avulsos e remessa à Comissão de Orçamento.

Art. 202. Durante dez dias, contados da data da distribuição dos avulsos do projeto, ficará ele, na Comissão de Orçamento, aguardando a apresentação de emendas.

Art. 203. Esgotado o prazo previsto no artigo anterior, o Presidente da Comissão de Orçamento, determinará a classificação das emendas, no prazo de sete dias.

Art. 204. O Presidente da Comissão de Orçamento poderá designar um só relator para o projeto de lei orçamentária e emendas, ou vários relatores parciais e um geral, incumbido da coordenação e condensação das conclusões dos pareceres parciais.

Parágrafo único. Fica assegurado, ao relator ou relatores do projeto de lei orçamentária, o direito de apresentar, juntamente com o parecer, emendas decorrentes do exame feito ao projeto e emendas.

Art. 205. A Comissão de Orçamento terá o prazo de dez dias, contados da publicação das emendas, para dar parecer sobre o projeto de lei e as emendas.

Art. 206. Do parecer do relator sobre o projeto de lei orçamentária ou sobre as emendas não se concederá vista a nenhum Deputado Membro da comissão.

Parágrafo único. Durante a discussão do parecer, poderá usar da palavra qualquer Membro da comissão por dez minutos, improrrogáveis; aos demais Deputados só será permitido usar da palavra por apenas cinco minutos. Depois de todos os oradores terem falado, o relator poderá replicar no prazo de quinze minutos improrrogáveis.

Art. 207. A decisão da comissão sobre as emendas é final, a menos que um terço dos Membros da Assembléia requeira a votação em Plenário, sem discussão, de emenda aprovada ou rejeitada na Comissão de Orçamento.

Art. 208. O Governador do Estado poderá enviar mensagem propondo modificação do projeto de lei orçamentária, enquanto não estiver concluída a votação da matéria a ser alterada.

Parágrafo único. Recebida a mensagem, o Presidente da Assembléia acertará com o Presidente da Comissão de Orçamento e o relator, prazos especiais para publicação, apresentação de emendas, elaboração de parecer e pronunciamento da Comissão de Orçamento, a respeito da retificação proposta, bem como para a sua apreciação em Plenário.

Art. 209. Devolvida a matéria à Mesa, depois de publicado o parecer sobre o projeto e emendas, cuja votação for requerida na forma do artigo anterior, serão incluídos na Ordem do Dia para discussão e votação, observado o interstício de quarenta e oito horas.

Art. 210. Aprovado o projeto, definitivamente, retornará o mesmo à Comissão de Orçamento, para elaboração da redação final.

Art. 211. Aprovada a redação final, será, o projeto de Lei Orçamentária, enviado à Sanção Governamental.

Art. 212. Rejeitado o projeto de lei orçamentária ou esgotado o prazo sem a sua aprovação, o Presidente da Assembléia fará a devida comunicação ao Governador do Estado.

### **Capítulo V**

#### **Dos Projetos Vetados**

Art. 213. Os projetos devolvidos à Assembléia, com veto total ou parcial do Governador, serão distribuídos à comissão competente, segundo os fundamentos do veto, a qual emitirá parecer dentro do prazo improrrogável de dez dias.

§ 1º Com parecer ou sem ele, se a comissão não o apresentar dentro de dez dias, será o projeto vetado incluído na Ordem do Dia.

§ 2º O veto será apreciado em Sessão única, dentro de trinta dias a contar do seu recebimento, só podendo ser rejeitado pela maioria absoluta dos Deputados em escrutínio secreto.

§ 3º Esgotado sem deliberação o prazo estabelecido no parágrafo anterior, que não flui durante o recesso parlamentar, o veto será colocado na Ordem do Dia da sessão imediata, sobrestadas as demais proposições, até a sua votação final.

§ 4º Se o veto não for mantido, será o projeto enviado, para promulgação, ao Governador do Estado.

§ 5º Se a lei não for promulgada dentro de quarenta e oito horas, pelo Governador, nos casos do parágrafo anterior, o Presidente da Assembléia a promulgará, e, se este não o fizer em igual prazo, caberá ao 1º Vice-Presidente fazê-lo.

### **Capítulo VI**

#### **Da Indicação de Autoridades, Conselheiro do Tribunal de Contas e do Procurador Geral da Justiça do Estado**

Art. 214. Recebida a indicação, será constituída Comissão Especial, composta de cinco membros, assegurada a representação proporcional, para, no prazo de três dias, opinar.

Parágrafo único. A Comissão poderá ouvir o indicado, em sessão reservada.

Art. 215. Recebido o parecer, a Mesa convocará Sessão Especial, dentro de quarenta e oito horas, para deliberar sobre o nome proposto.

Art. 216. A Assembléia deliberará em discussão única, por maioria dos Deputados presentes, em votação secreta.

Art. 217. Os oradores deverão inscrever-se antes do início da discussão e do encaminhamento de votação, respectivamente.

Art. 218. Durante a discussão, cada Deputado poderá fazer uso da palavra, uma única vez, pelo prazo de quinze minutos.

Art. 219. No encaminhamento da votação, poderá qualquer Deputado falar apenas uma vez, pelo prazo de dez minutos.

Art. 220. Os apartes, permitidos pelo orador, não poderão exceder a três minutos e não serão permitidos no encaminhamento da votação.

Art. 221. A Assembléia comunicará ao Governador, dentro de vinte e quatro horas, o resultado da deliberação.

## **Capítulo VII**

### **Das Modificações do Regimento Interno**

Art. 222. O Regimento só poderá ser modificado por meio de projetos de resolução, cabendo à Comissão Executiva interpor parecer sobre qualquer projeto nesse sentido.

§ 1º O projeto e o parecer da Comissão Executiva, depois de publicados e distribuídos, serão submetidos a discussão em dois dias de sessão, pelo menos.

§ 2º Encerrada a discussão, se forem apresentadas emendas, a Comissão Executiva, dentro de três dias, pronunciar-se-á.

§ 3º. Fica a Comissão Executiva autorizada a determinar ao término de cada legislatura, a consolidação e a publicação de resoluções aprovadas em Plenário, relativas às modificações do Regimento Interno.

## **Capítulo VIII**

### **Da Autorização para o Governador e o Vice-Governador Do Estado ausentarem-se do País ou do Estado**

Art. 223. Recebido o pedido de licença do Governador ou Vice-Governador do Estado para ausentarem-se do País ou do Estado, por mais de quinze dias, a Comissão de Constituição e Justiça, no prazo de três dias, opinará a respeito.

§ 1º Recebido o parecer, a Mesa incluirá o projeto de Decreto Legislativo na Ordem do Dia.

§ 2º A Assembléia deliberará, em discussão única, por maioria dos presentes, em votação simbólica.

§ 3º Os oradores deverão inscrever-se antes do início da votação, respectivamente.

§ 4º Durante a discussão, cada Deputado poderá fazer uso da palavra, uma única vez, pelo prazo de dez minutos.

§ 5º No encaminhamento da votação, poderá qualquer Deputado falar apenas uma vez, pelo prazo de cinco minutos.

§ 6º Os apartes não poderão exceder a dois minutos e não serão permitidos durante o encaminhamento da votação.

§ 7º O Presidente da Assembléia comunicará ao Governador, dentro de vinte e quatro horas, o resultado da deliberação.

## **Capítulo IX**

### **Das Leis Delegadas**

Art. 224. A Assembléia poderá delegar poderes, de acordo com o art. 72 da Constituição do Estado.

Art. 225. Não poderão ser objeto de delegação os atos da competência exclusiva da Assembléia Legislativa, a matéria reservada à lei complementar e a legislação sobre:

I – organização do Poder Judiciário e do Ministério Público, a carreira e garantia de seus Membros;

II – planos plurianuais, diretrizes orçamentárias e orçamentos;

III - direitos individuais.

Art. 226. A delegação poderá ser solicitada pelo Governador ou proposta do Líder ou um terço dos Membros da Assembléia.

Art. 227. Depois de publicada a matéria em avulsos, será constituída Comissão Especial, composta de cinco Membros, para emitir parecer sobre a proposta.

Art. 228. A delegação do Governador terá forma de Resolução da Assembléia, que especificará o seu conteúdo, o prazo e os termos para o seu exercício.

Art. 229. O projeto de lei aprovado pela Comissão Especial será remetido à sanção, salvo se, no prazo de dez dias de sua publicação, a maioria dos Membros da Comissão ou um quinto da Assembléia requerer sua votação pelo Plenário.

§ 1º Se for determinada a votação pelo Plenário, este fa-lo-á em votação única, vedada qualquer emenda.

§ 2º Sempre que for requerida a votação pelo Plenário, o parecer da comissão e o projeto serão distribuídos em avulsos e, dentro de cinco dias, contados da distribuição, será convocada sessão para a discussão e votação da matéria.

Art. 230. O projeto de Resolução, uma vez aprovado, será promulgado dentro de vinte e quatro horas, feita a comunicação ao Governador do Estado, conforme o caso.

Art. 231. O projeto elaborado pelo Governador do Estado será votado na íntegra, admitindo-se a votação destacada de partes consideradas, pela comissão, em desacordo com o ato da delegação.

## **Capítulo X**

### **Da Autorização para Instauração de Processo Criminal Contra o Governador e o Vice-Governador do Estado e os Secretários de Estado**

Art. 232. A solicitação do Presidente do Superior Tribunal de Justiça para instauração de processo, nas infrações penais comuns, contra o Governador e Vice-Governador do Estado e os Secretários de Estado será instituída com cópia integral dos autos da ação penal originária.

§ 1º Recebida a solicitação, o Presidente despachará o expediente à Comissão de Constituição e Justiça, observadas as seguintes normas:

I – perante a Comissão de Constituição e Justiça, o acusado ou seu defensor terá o prazo de (10) dez sessões para apresentar defesa escrita e indicar provas;

II – se a defesa não for apresentada, o Presidente da Comissão nomeará defensor dativo para oferecê-la no mesmo prazo;

III – apresentada a defesa, a comissão procederá as diligências e a instrução probatória que entender necessárias, findas as quais proferirá parecer no prazo de dez sessões concluindo pelo deferimento ou indeferimento do pedido de autorização e oferecendo o respectivo projeto de Resolução;

IV – o parecer da comissão será lido em avulsos e incluído na Ordem do Dia da sessão seguinte de seu recebimento pela Mesa.

§ 2º Se, da aprovação do parecer por (2/3) dois terços da totalidade dos Membros da Casa, resultar que a acusação seja admitida, considerar-se-á autorizada a instauração do processo, na forma do projeto de Resolução, proposto pela Comissão.

§ 3º A decisão será comunicada pelo Presidente da Assembléia Legislativa ao Superior Tribunal de Justiça dentro de 02 (duas) sessões.

## **Capítulo XI**

Do Processo nos Crimes de Responsabilidade do Governador e do Vice-Governador do Estado e dos Secretários de Estado

Art. 233 O processo nos crimes de responsabilidade do Governador e do Vice-Governador do Estado e dos Secretários de Estado obedecerá as disposições da legislação em vigor.

## **Capítulo XII**

Da Criação, Incorporação, Fusão e Desmembramento de Municípios

Art. 234. A criação de Municípios, incorporação, fusão e desmembramento poderão ser feitos mediante consulta plebiscitária às populações interessadas, atendidas as disposições da Lei Complementar Estadual, obedecidos os seguintes requisitos:

I – efetivação por lei estadual;

II – consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos municípios envolvidos, após elaboração e divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei;

III – preservação da continuidade e da unidade histórico-cultural do ambiente urbano;

IV – não constituição de área encravada no Município de origem;

V – apresentação de relatório de viabilidade municipal.

Art. 235. O procedimento para criação, incorporação, fusão e desmembramento de Município terá início mediante representação, dirigida à Assembléia Legislativa, subscrita por, no mínimo, cem eleitores devidamente identificados residentes e domiciliados nas áreas diretamente interessadas.

§ 1º O projeto deverá apresentar a área da unidade proposta em divisas claras, precisas e contínuas.

§ 2º A aprovação do plebiscito dar-se-á pelo voto da maioria simples, exigindo-se comparecimento da maioria absoluta do eleitorado.

§ 3º Se o comparecimento da maioria absoluta do eleitorado não tiver sido suficiente ou o resultado do plebiscito for desfavorável à proposição, esta não poderá ser renovada na mesma Sessão Legislativa.

Art. 236. As representações sobre criação, incorporação, fusão e desmembramento de Municípios, atendidas as exigências estabelecidas em lei, serão lidas em resumo no Expediente e encaminhadas à Comissão de Constituição e Justiça.

§ 1º Dentro de dez dias do seu recebimento, a Comissão de Constituição e Justiça solicitará aos órgãos competentes informações sobre os requisitos exigidos em lei, para criação, incorporação, fusão e desmembramento de Municípios.

§ 2º Atendidos os requisitos legais, a Comissão de Constituição e Justiça apresentará projeto de resolução solicitando plebiscito na área para a qual foi proposta a criação, incorporação, fusão ou desmembramento de Municípios, conforme o caso.

§ 3º Aprovado o projeto de resolução, por intermédio do Presidente da Assembléia, após a promulgação, será solicitado ao Tribunal competente a realização do plebiscito.

§ 4º Recebida a comunicação do resultado do plebiscito, através de certidão do Tribunal competente, a Comissão de Constituição e Justiça, dentro de dez dias, elaborará o projeto de lei.

§ 5º Enviado à Mesa, o projeto de lei terá andamento segundo o rito estabelecido para as demais proposições.

§ 6º Aprovado o projeto de lei nos seus próprios termos, será expedido o autógrafo, independentemente da redação final; se aprovado com alterações, será enviado à Comissão de Constituição e Justiça, a qual oferecerá redação final, no prazo de cinco dias.

## **TÍTULO VI**

### **DO DECORO PARLAMENTAR**

#### **Capítulo I**

Dos Deveres Fundamentais do Deputado

Art. 237. No exercício do mandato, o deputado atenderá as prescrições constitucionais e regimentais e as contidas no Código de Ética e Decoro Parlamentar, sujeitando-se aos procedimentos disciplinares nele previstos e

ao contido nos artigos 73 e 74 deste Regimento e no disposto nos artigos seguintes.

Art. 238. São deveres fundamentais do deputado:

I - promover a defesa dos interesses popular e estadual;

II - zelar pelo aprimoramento da ordem constitucional e legal do Estado, particularmente das instituições democráticas, representativas e pelas prerrogativas do Poder Legislativo;

III - exercer o mandato com dignidade e respeito à coisa pública e à vontade popular;

IV - apresentar-se durante as sessões legislativas ordinárias e extraordinárias e participar das sessões de plenário e das reuniões de comissão de que seja membro.

## Capítulo II

### Das Vedações Constitucionais

Art. 239. É expressamente vedado ao deputado:

I - desde a expedição do diploma:

a) firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes;

b) aceitar ou exercer cargo, função ou emprego remunerado, inclusive os de que sejam demissível *ad nutum*, nas entidades constantes na alínea anterior.

II - desde a posse:

a) ser proprietário, controlador ou diretor de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público, ou nela exercer função remunerada;

b) ocupar cargo ou função de que seja demissível *ad nutum*, nas entidades referidas no inciso I, alínea “a”;

c) patrocinar causa em que seja interessada qualquer das entidades a que se refere o inciso I, alínea “a”;

d) ser titular de mais de um cargo ou mandato eletivo .

## Capítulo III

### Dos Atos Contrários à Ética e ao Decoro Parlamentar

Art. 240. É, ainda, vedado ao Deputado praticar abuso do poder econômico no processo eleitoral.

Parágrafo único. É permitido ao Deputado, bem como seu cônjuge ou companheira, movimentar contas e manter cheques especiais ou garantidos, de valores correntes e contrato de cláusulas uniformes, nas instituições financeiras.

Art. 241. Consideram-se incompatíveis com a ética e o decoro parlamentar:

I - o abuso das prerrogativas constitucionais asseguradas aos membros da Assembleia Legislativa;

II - a percepção de vantagens indevidas, tais como doações, benefícios ou cortesias de empresas, grupos econômicos ou autoridades públicas, ressalvados brindes sem valor econômico;

III - a prática de irregularidades graves no desempenho do mandato ou de encargos decorrentes;

IV - a criação ou autorização de encargos em termos que, pelo seu valor ou pelas características da empresa ou entidade beneficiada ou contratada, possam resultar em aplicação indevida de recursos públicos.

## Capítulo IV

### Das Declarações Públicas Obrigatórias

Art. 242. O Deputado apresentará ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar ao assumir o mandato, para efeito de posse, e noventa dias antes das eleições, no último ano de cada legislatura: declaração de bens e fontes de renda e passivos, incluindo todos os passivos de sua própria responsabilidade, de seu cônjuge ou de pessoas jurídicas por ele direta ou indiretamente controladas, de valor igual ou superior à sua remuneração mensal como Deputado.

## Capítulo V

### Das Medidas Disciplinares

Art. 243. As medidas disciplinares são:

a) advertência;

b) censura;

c) perda temporária do exercício do mandato;

d) perda do mandato.

Art. 244. A advertência é medida disciplinar de competência do Presidente da Assembleia, do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar ou de comissão.

Art. 245. A censura será verbal ou escrita.

§ 1º A censura verbal será aplicada pelo Presidente da Assembleia, do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar ou de comissão, no âmbito desta, quando não couber penalidade mais grave, ao Deputado que:

I - deixar de observar, salvo motivo justificado, os deveres inerentes ao mandato ou os preceitos do Regimento Interno;

II - praticar atos que infrinjam as regras da boa conduta nas dependências da Casa;

III - perturbar a ordem das sessões ou das reuniões.

§ 2º A censura escrita será imposta pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar e homologada pela Mesa, se outra cominação mais grave couber ao Deputado que:

I - usar, em discurso ou proposição, de expressões atentatórias ao decoro parlamentar;

II - praticar ofensas físicas ou morais a qualquer pessoa, no edifício da Assembleia Legislativa, ou desaca-

tar, por atos ou palavras, outro parlamentar, a Mesa ou comissão, ou os respectivos presidentes.

Art. 246. Considera-se incurso na sanção de perda temporária do exercício do mandato, quando não for aplicável penalidade mais grave, o Deputado que:

I - reincidir nas hipóteses do artigo antecedente;

II - praticar transgressão grave ou reiterada aos preceitos regimentais, especialmente quanto a observância do disposto no artigo 242 deste Regimento;

III - revelar conteúdo de debates ou deliberações que a Assembléia Legislativa ou comissão tenham decidido que devam ficar secretos;

IV - revelar informações e documentos oficiais de caráter reservado, de que tenha tido conhecimento na forma regimental;

V - faltar, sem motivo justificado, à terça parte das sessões, dentro da Sessão Legislativa Ordinária ou Extraordinária.

Art. 247. Serão punidas com a perda de mandato:

I - a infração de qualquer das proibições constitucionais referidas no artigo 239 deste Regimento e artigo 58 da Constituição Estadual;

II - a prática de qualquer dos atos contrários à ética e ao decoro parlamentar capitulados nos artigos 240 e 241 deste Regimento e artigo 58 da Constituição Estadual;

III - a infração do disposto nos incisos III, IV, V e VI do artigo 59 da Constituição Estadual.

## Capítulo VI

### Do Processo Disciplinar

Art. 248. A sanção, de que trata o artigo 246 deste Regimento, será decidida pelo Plenário, em escrutínio secreto por maioria absoluta da Assembléia, mediante provocação da Mesa, do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar ou de Partido Político representado na Assembléia Legislativa, na forma prevista nos artigos 250 e 251 deste Regimento, executada a hipótese do parágrafo único deste artigo.

Parágrafo único. Quando se tratar de infração ao inciso V do artigo 246 deste Regimento, a sanção será aplicada de ofício, pela Mesa, resguardado, em qualquer caso, o princípio da ampla defesa.

Art. 249. A perda do mandato será decidida pelo Plenário, em escrutínio secreto e por maioria absoluta de votos, mediante iniciativa da Mesa, do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar ou de partido representado na Assembléia Legislativa, na forma prevista nos artigos 250 e 251 deste Regimento, e artigo 59, parágrafo 2º da Constituição Estadual.

Parágrafo único. Quando se trata de infração aos incisos III, IV e V do artigo 59, parágrafo 3º da Constituição Estadual, a sanção será aplicada de ofício, pela

Mesa, resguardado, em qualquer caso o princípio da ampla defesa.

Art. 250. Oferecida representação contra Deputado, por fato sujeito à pena de perda do mandato ou à pena de perda temporária do exercício do mandato, aplicáveis pelo Plenário da Assembléia, será ela inicialmente encaminhada, pela Mesa, ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar ressalvadas as hipóteses do artigo 252 deste Regimento, quando o processo tiver origem no Conselho.

Art. 251. Recebida a representação, o Conselho observará os seguintes procedimentos:

I - o Presidente do Conselho, sempre que considerar necessário, designará três membros titulares do mesmo para compor Comissão de Inquérito, destinada a promover as devidas apurações dos fatos e das responsabilidades;

II - constituída ou não, a Comissão referida no inciso anterior, será oferecida cópia da representação ao Deputado, que terá prazo de 5 (cinco) sessões ordinárias para apresentar defesa escrita e provas;

III - esgotado o prazo sem apresentação de defesa, o Presidente do Conselho nomeará defensor dativo para oferecê-la, reabrindo-lhe igual prazo;

IV - apresentada a defesa, o Conselho ou, quando for o caso, a Comissão de Inquérito, procederá as diligências e a instrução probatória que entender necessárias, findas as quais proferirá parecer no prazo de 5 (cinco) sessões ordinárias da Assembléia Legislativa, salvo na hipótese do artigo 255 deste Regimento, concluindo pela procedência da representação ou pelo arquivamento da mesma, oferecendo-se, na primeira hipótese, o Projeto de Resolução apropriado para declaração de perda do mandato ou da suspensão temporária do exercício do mandato;

V - em caso de pena de perda do mandato, o parecer do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar será encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça para exame dos aspectos constitucional, legal, jurídico e regimental, o que deverá ser feito no prazo de 5 (cinco) sessões ordinárias;

VI - concluída a tramitação no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar e na Comissão de Constituição e Justiça, será o processo encaminhado à Mesa da Assembléia Legislativa e, uma vez lido no Expediente, será publicado no Diário da Assembléia Legislativa e distribuído em avulso para inclusão em Ordem do Dia.

Art. 252. É facultado ao Deputado, em qualquer caso, constituir advogado para sua defesa, a este será assegurado atuar em todas as fases do processo e dele tendo vista, sempre que solicitar.

Art. 253. É facultado ao Deputado, ao cidadão ou pessoa jurídica oferecer denúncia ao Conselho de Ética e



Decoro Parlamentar contra qualquer Deputado que descumprir este Regimento Interno.

§ 1º Não serão recebidas denúncias anônimas.

§ 2º Recebida a denúncia, o Conselho promoverá apuração preliminar e sumária dos fatos, ouvirá o denunciado e providenciará as diligências que entender necessárias, dentro do prazo de 30 (trinta) dias.

§ 3º Considerada procedente a denúncia por fato sujeito às medidas previstas nos artigos 244 e 245 deste Regimento, o Conselho promoverá sua aplicação, nos termos ali estabelecidos. Verificando tratar-se de infrações incluídas entre as hipóteses dos artigos 246 e 247 deste Regimento, procederá na forma do artigo 251 do Regimento.

§ 4º Poderá o Conselho, independente de denúncia ou representação, promover a apuração, nos termos deste artigo, de ato ou omissão atribuída ao Deputado.

Art. 254. Quando um Deputado for acusado por outro, no curso de uma discussão ou noutra circunstância, de ato que ofenda a sua honorabilidade, poderá pedir ao Presidente da Assembléia, do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar ou de Comissão, que apure a veracidade da arguição e o cabimento de sanção ao ofensor, no caso de improcedência da acusação.

Art. 255. As apurações de fatos e responsabilidades previstos neste Regimento poderão, quando a sua natureza assim o exigir, ser solicitadas ao Ministério Público ou às autoridades policiais, por intermédio da Mesa da Assembléia, caso em que serão feitas as necessárias adaptações nos procedimentos e nos prazos estabelecidos neste Capítulo.

Art. 256. O processo disciplinar regulamentado neste Regimento, não será interrompido pela renúncia do Deputado ao seu mandato, nem serão pela mesma elididas as sanções eventualmente aplicáveis os seus efeitos.

Art. 257. Quando, em razão das matérias reguladas neste Capítulo, forem injustamente atingidas a honra ou a imagem da Casa, de seus órgãos ou de qualquer dos seus membros, poderá o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar solicitar intervenção à Mesa.

### **Capítulo VII**

#### **Do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar**

Art. 258. Compete ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar zelar pela observância dos preceitos deste Capítulo e do Regimento Interno, atuando no sentido da preservação da dignidade do mandato parlamentar no Poder Legislativo.

Art. 259. O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar será constituído por cinco membros titulares e igual número de suplentes, eleitos para mandato de dois anos,

observado, quando possível, o princípio da proporcionalidade partidária ou Blocos Parlamentares.

§ 1º Os Líderes Partidários submeterão à Mesa as indicações dos Deputados que comporão o Conselho, respeitada a proporcionalidade partidária.

§ 2º As indicações referidas no parágrafo anterior serão acompanhadas pelas declarações atualizadas, de cada Deputado indicado, onde constarão as informações referentes aos seus bens, fontes de renda, atividades econômicas e profissionais, nos termos do artigo 242 deste Regimento.

§ 3º Acompanharão, ainda, cada indicação, uma declaração assinada pelo Presidente da Mesa, certificando a inexistência de quaisquer registros, nos arquivos e anais da Assembléia Legislativa, referentes à prática de quaisquer atos ou irregularidades capitulados nos artigos 244 e 247 deste Regimento, independentemente da Legislatura ou Sessão Legislativa em que tenham ocorrido.

§ 4º Caberá à Mesa providenciar, durante os meses de fevereiro a março da primeira e da terceira Sessões Legislativas de cada Legislatura, a eleição do Presidente e Vice-Presidente do Conselho.

Art. 260. Enquanto não aprovar regulamento específico, o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar observará, quanto à organização interna e à ordem de seus trabalhos, as disposições regimentais relativas ao funcionamento das comissões, inclusive no que diz respeito à eleição de seu presidente e designação de relatores.

§ 1º Os membros do Conselho deverão, sob pena de imediato desligamento e substituição, e ainda de outras cominações legais e regimentais, observar a disciplina e o sigilo inerente à natureza de sua função.

§ 2º Será automaticamente desligado do Conselho o membro que injustificadamente não comparecer a 3 (três) reuniões consecutivas ou, ainda que justificadamente a mais de 6 (seis) reuniões durante a Sessão Legislativa.

Art. 261. O Corregedor da Assembléia Legislativa participará das deliberações do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, com direito a voz e voto, competindo-lhe promover as diligências de sua alçada, necessárias aos esclarecimentos dos fatos investigados.

### **Capítulo VIII**

#### **Da Corregedoria Parlamentar**

Art. 262. A Corregedoria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná é constituída de 1 (um) Corregedor e 2 (dois) Corregedores Substitutos. O processo de eleição destes cargos é o mesmo para a escolha da Comissão Executiva.

Art. 263. Compete ao Corregedor ou Corregedor Substituto:

I - promover a manutenção do decoro, da ordem e da disciplina no âmbito da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná;

II - dar cumprimento às determinações da Mesa referentes a segurança interna e externa da Casa.

III - supervisionar a proibição de porte de arma, com poderes para revistar e desarmar;

IV - fazer sindicância sobre denúncia de ilícitos no âmbito da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, envolvendo Deputados.

Art. 264. O Corregedor poderá, observados os preceitos regimentais e as orientações da Mesa, baixar providimentos no sentido de prevenir perturbações da ordem e da disciplina no âmbito da Casa.

Art. 265. Compete aos Corregedores substitutos substituírem o Corregedor em seus eventuais impedimentos, de acordo com a ordem de precedência dos respectivos cargos na Mesa.

Art. 266. Em caso de delito cometido por Deputado no Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury, caberá ao Corregedor ou Corregedor Substituto por ele designado, presidir ao inquérito instaurado para apuração dos fatos.

§ 1º Serão observados no inquérito, o Código de Processo Penal e os regulamentos policiais do Estado do Paraná, no que couber.

§ 2º O presidente do inquérito poderá solicitar a cooperação técnica de órgãos policiais especializados ou requisitar servidores de seus quadros para auxiliar sua realização.

§ 3º Servirá de escrivão, funcionário estável da Assembléia Legislativa designado pelo presidente do inquérito.

§ 4º O inquérito será enviado após a sua conclusão, à autoridade competente.

§ 5º Em caso de flagrante de crime inafiançável, realizar-se-á a prisão do agente, que será entregue, com o auto respectivo, ao Presidente da Assembléia Legislativa, atendendo-se, nesta hipótese ao previsto no art. 57, § 3º, da Constituição Estadual.

## **TÍTULO VII**

### **DA PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL**

#### **Capítulo Único**

##### **Da Iniciativa de Leis**

Art. 267. A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Assembléia Legislativa de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um centésimo do eleitorado paranaense, distribuído pelo menos por cinquenta Municípios, com não menos de três milésimos dos eleitores de cada um deles, obedecidas as seguintes condições:

I – a assinatura de cada eleitor deverá ser acompanhada de seu nome completo e legível, endereço e dados identificadores de seu título eleitoral;

II – as listas de assinaturas serão organizadas por Municípios e Distritos Administrativos ou Judiciários, em formulários padronizados pela Mesa da Assembléia;

III – o projeto será instruído com documento hábil do Tribunal Regional Eleitoral quanto ao contingente de eleitores alistados em cada território municipal, aceitando-se, para esse fim, os dados referentes ao ano anterior, se não disponíveis outros mais recentes;

IV – será lícito a entidade da sociedade civil patrocinar a apresentação de projetos de iniciativa popular, responsabilizando-se inclusive pela coleta de assinaturas;

V – o projeto será protocolado e encaminhado ao Presidente da Assembléia, que verificará se foram cumpridas as exigências constitucionais para sua apresentação;

VI – o projeto de lei de iniciativa popular terá a mesma tramitação dos demais, integrando sua numeração geral;

VII – Nas Comissões ou em Plenário, transformado em Comissão Geral, poderá usar da palavra para discutir o projeto de lei, pelo prazo de vinte minutos, o primeiro signatário, ou quem este tiver indicado quando da apresentação;

VIII – cada projeto de lei deverá circunscrever-se a um mesmo assunto, podendo, caso contrário, ser desdobrado pela Comissão de Constituição e Justiça em proposições autônomas, para tramitação em separado;

IX – não se rejeitará, liminarmente, projeto de lei de iniciativa popular por vícios de linguagem, lapsos ou imperfeições de técnica legislativa, incumbindo à Comissão de Constituição e Justiça livrá-lo dos vícios formais para sua tramitação;

X – a Mesa designará Deputado para exercer, em relação a projeto de lei de iniciativa popular, os poderes ou atribuições conferidos por este Regimento ao Autor da proposição, devendo recair sobre quem tenha sido, com a sua anuência, previamente indicado com essa finalidade pelo primeiro signatário do projeto.

## **TÍTULO VIII**

### **Capítulo Único**

#### **Da Secretaria da Assembléia**

Art. 268 Os serviços da Assembléia serão executados pela sua Secretaria e regulamento especial aprovado pela Mesa, que será considerado parte integrante deste Regimento.

§ 1º O regulamento da Secretaria não poderá conter nenhuma disposição que contrarie este Regimento.

§ 2º Cabe à Comissão Executiva apresentar Projeto de Resolução para elaborar e modificar o regulamento da Secretaria.

Art. 269. É facultado à Comissão Executiva delegar a qualquer de seus Membros e ao Diretor Geral competência para a prática de atos administrativos.

## TÍTULO IX

### Capítulo Único

#### Das Disposições Finais

Art. 270. Salvo disposições em contrário, os prazos assinados em dias ou sessões neste Regimento computar-se-ão, respectivamente, como dias corridos ou por Sessões Ordinárias da Assembléia efetivamente realizadas; os prazos fixados por mês contam-se de data a data.

§ 1º Exclui-se do cômputo o dia ou sessão inicial e inclui-se o do vencimento.

§ 2º Os prazos, salvo disposições em contrário, ficarão suspensos durante os períodos de recesso parlamentar da Assembléia Legislativa.

Art. 271. Os atos ou providências, cujos prazos se achem em fluência, devem ser praticados durante o período de expediente da Assembléia ou das Sessões Ordinárias, conforme o caso.

Art. 272. É vedado dar denominação de pessoas vivas a qualquer das dependências da Assembléia.

Art. 273. Serão arquivados, em qualquer fase de sua tramitação, as proposições apresentadas em Legislativas anteriores.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica aos projetos de iniciativa do Poder Executivo, da Mesa e aos projetos vetados.

Art. 274. Durante as sessões serão mantidos sobre a mesa principal dos trabalhos do Plenário, exemplares da Bíblia, da Constituição da República Federativa do Brasil, da Constituição do Estado do Paraná e do Regimento Interno da Assembléia Legislativa, para consulta dos Deputados."

Está promulgada a Resolução 01/2005 e quero aproveitar, publicamente, para fazer um agradecimento a todos os Parlamentares pela colaboração que deram, indistintamente, para que este Regimento fosse atualizado, fosse modernizado e para que pudéssemos agilizar as ações nesta Casa.

O agradecimento da Mesa Executiva a todos os Parlamentares que realmente contribuíram muito para que chegássemos ao texto final.

#### O SR. DURVAL AMARAL (PFL) (Pela Ordem)

Eu quero, por delegação aqui do meu Líder Valdir Rossoni, cumprimentar V. Exa., cumprimentar o Deputado Nereu Moura, cumprimentar o Deputado Geraldo Cartário, a Mesa Executiva, pela reformulação do Regimento Interno da Assembléia Legislativa (mais de quinze

anos). Efetivamente os tempos são outros, há um fortalecimento muito grande do Parlamento e essa abertura que V. Exa. deu a todos nós, Parlamentares, de apresentarmos Emendas, discutirmos essas Emendas e muitas delas serem contempladas no Regimento Interno da Assembléia, esse apoio ao Parlamento só fortalece a Assembléia Legislativa.

Eu quero, muito especialmente, cumprimentar V. Exa. e dizer que, se não é um Regimento pronto, acabado e perfeito, algumas modificações poderão ser feitas ainda, tenho certeza, pelo seu alto espírito democrático. Mas o que temos aí hoje, promulgado nesta tarde, dá a dimensão da importância que V. Exa. e a Mesa Executiva dão a todos os Deputados desta Casa.

Em nome dos Deputados da Oposição parabenizamos V. Exa., parabenizamos o Deputado Nereu Moura e a toda a Mesa Executiva.

Obrigado.

#### O SR. ELIO RUSCH (PFL) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, na manhã de hoje a Comissão da Terra presidida por nossa pessoa tendo como vice o Deputado José Maria Ferreira e relator o Deputado Braddock, com todos os Deputados que integram esta Comissão, votamos o relatório final dos trabalhos realizados por esta Comissão.

Foram inúmeras as reuniões que aconteceram. Durante estes longos meses de trabalho nós ouvimos todos os segmentos envolvidos de uma ou de outra forma, com a questão agrária e a questão fundiária no Estado do Paraná: as entidades, o Governo do Estado, o INCRA e importante que se diga, sempre acompanhado pelo Ministério Público, na pessoa do Dr. Wanderley Batista.

A CPI não parou só nos depoimentos. Fizemos viagens para o interior do Estado, visitamos assentamentos, acampamentos, invasões e depois, com muito trabalho, com muita dedicação, principalmente do nosso relator, Deputado Braddock e a presença, a participação de todos os Deputados que integram nossa Comissão, da nossa assessoria técnica, tanto aqui da Assembléia Legislativa que V. Exa., Deputado Hermas Brandão, colocou à disposição da Comissão, a assessoria jurídica da Casa e também dos funcionários que foram colocados à disposição da CPI, na pessoa do Sr. José Malucelli e do Sr. José Geraldo.

Nós vamos entregar este relatório, tanto o Deputado Braddock mais a nossa pessoa a V. Exa., se terminar os últimos detalhes no encadernamento na tarde de hoje, e o mais tardar até amanhã ao meio-dia a Presidência da Casa vai receber, oficialmente, o trabalho da CPI, para que V. Exa., tome as medidas cabíveis.

Futuramente quando este relatório for enviado aqui para o Plenário, tanto o relator fará uma exposição e tenho certeza os demais integrantes da CPI também saberão encaminhar para Votação.

Desde já quero fazer um agradecimento muito especial à Assembléia Legislativa na sua pessoa, Depu-

tado Hermas Brandão, na pessoa de todos os Deputados que integram a nossa CPI e tenho certeza que todos os depoimentos colhidos aqui na Assembléia Legislativa resultaram neste trabalho que eu considero magnífico e que servirá de balizamento para a reforma agrária, não do Paraná, mas, sim, do Brasil!

Seria isso, Sr. Presidente, muito obrigado.

**O SR. RAFAEL GRECA (PMDB) (Pela Ordem)**

Sr. Presidente, em nome dos Deputados da Bancada do Governo, em nome do Deputado Natálio Stica, do Líder do PMDB, Deputado Antonio Anibelli e de todos os companheiros de Bancada, quero cumprimentá-lo pela promulgação do novo Regimento Interno da Assembléia Legislativa.

A V. Exa. o Deputado Secretário, o nosso companheiro de Partido, Deputado Nereu Moura e a todos os componentes da Mesa, porque este novo Regimento pela sua modernidade, pela sua atualidade com os meios digitais de constitui um macro neste ano que estamos vivendo e o Paraná inteiro sabe, é o ano dos 150 anos do Poder Legislativo do nosso Estado. Este novo Regimento Interno é uma marca de modernidade no processo legislativo.

Nós temos certeza, ele fica para as próximas legislaturas como uma marca dos que somos Deputados neste ano de 2005, e fica para servir às próximas gerações, fica para servir ao Paraná do futuro.

Receba V. Exa. os nossos cumprimentos como receberão os paranaenses que virão, a herança das leis que vão surgir como fruto do processo legislativo que nascerá desse regimento.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Agradecemos em nome da Mesa Executiva as palavras elogiosas de V. Exas., que traduz com certeza o sentimento dos seus companheiros.

Pela Ordem, Deputado Hermas Fonseca.

**O SR. HERMES FONSECA (PT)**

Também quero, nesta oportunidade, cumprimentar V. Exa. e a Comissão Executiva da Assembléia, pela promulgação do novo Regimento.

Quero, em meu nome pessoal, em nome dos meus companheiros do Partido dos Trabalhadores, transmitir a nossa satisfação de poder receber esse novo Regimento, que foi esforço de muita gente.

Inicialmente, o esforço de uma Comissão Especial, da qual faziam parte os Deputados Wanderlei Iensen, José Maria Fonseca, Cida Borghetti e este Deputado, Hermes Fonseca, que produziu um embrião para esse modelo. E agora, ao final do ano passado e esse início de ano, foi um esforço muito grande de muitos Deputados que contribuíram com as suas emendas e que contribuíram para o aperfeiçoamento deste modelo. Creio que temos hoje um Regimento moderno, um Regimento de avanço da democracia e também é o marco inicial para o

novo Regimento, que possa, ao longo do seu uso, ser aperfeiçoado constantemente com essa abertura que assistimos na Assembléia, através da Mesa Executiva.

Portanto os meus cumprimentos pessoais e o desejo de que esse novo Regimento seja um instrumento de aperfeiçoamento do processo democrático nesta Casa.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Quero agradecer as palavras do Deputado Hermes, e quero ressaltar inclusive, Deputado, a todos os Parlamentares, o trabalho que V. Exa. também desenvolveu para que concluíssemos e pudéssemos promulgar hoje esse novo Regimento da Casa. Inclusive o Deputado Hermes, no último sábado e domingo, juntamente com sua esposa, dedicou o dia do sábado e o dia de domingo para fazer as correções necessárias de erros de português que ainda existiam, as correções que teriam que fazer e realmente o Deputado Hermes deu uma grande contribuição. Nossos agradecimentos.

Quero informar também e solicitar aos Srs. Líderes partidários que façam as indicações até o dia de amanhã para a composição das Comissões. A Comissão de Constituição e Justiça conforme o novo Regimento promulgado terá a participação de 13 membros. O PT terá 2 membros, o PMDB, 2; o PFL, 2; o PDT, 1; o PSBD, 1; o PP, 1; o PTB, 1; o PSP, 1; o PPS um membro e a última vaga será disputada amanhã, por sorteio, entre o PSL e o PL. As demais Comissões, em número de 13, terão 7 membros: PT, terá 1 indicação; o PMDB, 1; o PFL, 1; o PDT, 1; o PSDB, 1; o PP, uma indicação, o PTB, o PSB e o PPS terão que fazer o sorteio para participar das referidas Comissões.

Mas, em entendimento entre as Lideranças desses três Partidos haverá a indicação de cada Partido para quatro Comissões. A Comissão de Ética e Decoro Parlamentar terá 5 membros; O PT, 1 membro; o PMDB, 1; o PFL, 1; o PDT, 1; e o PSDB, um membro.

Então, solicito aos Srs. Líderes que façam a indicação até o término da Sessão Ordinária de amanhã.

**O SR. DURVAL AMARAL (PFL) (Pela Ordem)**

O PFL, através do nosso Líder Deputado Plauto, já encaminhou à Mesa a indicação do Partido para todas as Comissões desta Casa.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Agradeço o encaminhamento do PFL.

***Ordem do Dia:***

Está encerrada a Hora do Expediente.  
Passa-se à

**ORDEM DO DIA,**  
com a presença de 49 Srs. Deputados.

## ***Leitura do Expediente***

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Deputado Chico Noroeste, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Deputado Alexandre Curi, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de Lei em nº de 02 (dois) de autoria do Deputado Geraldo Cartário, constantes do expediente. Necessitam de apoioimento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria da Deputada Arlete Caramês, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 210, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente, solicitando a inversão total da Ordem do Dia da presente Sessão. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

## ***Discussão/Votação***

De conformidade com o requerimento acima aprovado, passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

### ***2ª Discussão:***

#### **ITEM 06**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 018/2004, de autoria da Deputada Elza Correia, que institui o Diploma Mulher-Cidadã Zilda Arns, a ser conferido pela Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO EXECUTIVA. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### **ITEM 05**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 705/2001, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que concede Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Senhor Waldemar Niclevicz. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

Requerimento nº 198, de autoria do Deputado Natálio Stica, constante do expediente, solicitando votação em bloco das Proposições de Veto - itens 01, 02, 03 e 04 da Ordem do Dia da presente Sessão. **Prejudicado.**

Requerimento nº 208, de autoria do Deputado Ratinho Júnior, constante do expediente, solicitando preferência para a discussão e votação da Proposição nº 066/2004, Veto Aposto ao Projeto de Lei nº 503/2003, item 03 da Ordem do Dia da presente Sessão. **Aprovado.**

O SR. ANDRÉ VARGAS (PT) (**Pela Ordem**)

Proponho aqui uma chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (**Herma Brandão**)

Na realidade, nobre Deputado, a votação de qualquer veto é mediante chamada nominal.

Há também um requerimento do Deputado Nereu Moura que vai ser votado e V. Exa. poderá pedir...

O SR. ANDRÉ VARGAS (PT) (**Pela Ordem**)

É, verificação de votação. Vou pedir do próximo.

O SR. PRESIDENTE (**Herma Brandão**)

Requerimento nº 205, de autoria do Deputado Nereu Moura, constante do expediente, solicitando destaque para votação em separado da Proposição nº 028/2003, Veto Aposto ao Projeto de Lei Complementar nº 110/2003, item nº 01 da Ordem do Dia da presente Sessão. **Retirado pelo autor.**

Será feita a chamada nominal dos Srs. Parlamentares para votação dos vetos.

Inicialmente o veto aposto ao Projeto de Lei 503/2003, Proposição nº 066/2004, de autoria do Deputado Ratinho Júnior.

Como foi aprovado o seu requerimento, o seu veto terá prioridade de votação.

## ***Discussão Única:***

### **ITEM 03**

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 66/2004, Veto Aposto ao Projeto de Lei nº 503/2003, de autoria do Deputado Ratinho Júnior, que dá providências com referência à cobrança de consumo de energia elétrica na Zona Rural, conforme especifica. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC nº 159/2004.

Curitiba, 11 de agosto de 2004.

Senhor Presidente:

Tenho a hora de acusar o recebimento do Ofício nº 130/2004, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Pro-

jeto de Lei nº 503/2003, por julgá-lo inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo que o consumo de energia elétrica na zona rural, cujos benefícios não estejam incluídos em outros programas de isenção, remissão ou gratuidade, poderá ser pago por ocasião da realização da safra ou a cada 04 (quatro) ou 06 (seis) meses.

O projeto de lei em referência não foi acolhido face o adiante transcrito pronunciamento da Companhia Paranaense de Energia e, também por ter sido considerado inexecutável:

“A respeito, cumpre-nos apresentar os esclarecimentos que se seguem:

- Prevê a Constituição Federal que compete à União explorar, diretamente ou mediante concessão os serviços e instalações de energia elétrica (artigo 21, inciso XII, “b”). Em consonância com esse preceito específico, atribui também competência privativa à União Federal para legislar sobre a matéria, conforme se conclui do disposto nos artigos 22 inciso IV, e 175, parágrafo único, da Carta Magna.

- Já a partir do Código de Águas, promulgado em 1934 (Decreto nº 24.643, de 10.07.34, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 852, de 11.11.38), e de seus diversos diplomas legais complementares - em especial, quanto à matéria, o Regulamento dos Serviços de Energia Elétrica, aprovado pelo Decreto Federal nº 41.019, de 26.02.57 - a legislação federal disciplina de forma exaustiva a prestação desses serviços, merecendo registro, pela importância, a Lei nº 8.987, de 13.02.95 (Lei de Concessões, que regulamenta o artigo 175 da Constituição Federal), a Lei nº 9.074, de 07.07.95; e a Lei nº 9.427, de 26.12.96 (Lei que criou a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. “...com a finalidade de regular e fiscalizar a produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, em conformidade com as políticas e diretrizes do governo federal” - artigo 2º).

- Através da Lei nº 9.427/96, utilizando-se da competência constitucionalmente atribuída pelo artigo 21, inciso XII, “b”, o Presidente da República à época instituiu a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, disciplinando o regime das concessões de serviços públicos.

- Essa Agência, Autárquica sob regime especial, vinculada ao Ministério de Minas e Energia, tem por finalidade regular e fiscalizar a produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, em conformidade com as políticas e diretrizes do Governo Federal (artigos 1º e 2º da Lei).

- A COPEL por sua vez, é concessionária de serviço público federal de energia elétrica, por força do ato de autorização - Decreto nº 37.399/55, publicado no Diário Oficial da União de 04.06.55 - do poder concedente: a União Federal e tem sua atuação rigidamente delimitada em legislação específica.

- O artigo 1º do Decreto nº 37.399/55, disciplina que “É concedida à Companhia Paranaense de Energia Elétrica - COPEL, com sede em Curitiba, Estado do

Paraná, autorização para funcionar como empresa de energia elétrica, de acordo com o Decreto-Lei nº 938, de 8 de dezembro de 1938, combinado com o Decreto-Lei nº 2.627, de 26 de setembro de 1940, ficando a mesma obrigada, para os seus objetivos, a satisfazer integralmente as exigências do Código de Águas (Decreto nº 24.643, de 10 de julho de 1934), leis subsequentes e seus regulamentos, sob pena de revogação do presente ato”.

- A União Federal, como Poder Concedente, através da ANEEL, celebrou com esta Companhia, contrato de concessão para a prestação de serviços de geração, transmissão e distribuição de energia. Tal contrato contou com a interveniência e anuência do Estado do Paraná, na qualidade de Acionista Controlador desta Concessionária de energia.

- Em sendo a União o Poder Concedente, a regulamentação se orienta pela diretriz de absoluta uniformidade, em nível nacional, das condições a serem observadas pelos concessionários em seu relacionamento com os consumidores. Essa uniformidade é exigência legal que abrange todos os aspectos da prestação e utilização do serviço, desde o valor das tarifas a serem aplicadas a cada uma das classes de usuários, até os direitos desses perante o concessionário, as condições e prazos de atendimento e de pagamento, disposições sobre a contafatura de energia elétrica, sanções por inadimplência e demais pormenores atinentes à matéria.

- Assim, as normas legais a serem observadas e cumpridas por concessionárias de energia como a COPEL, conforme o próprio ato de concessão se refere, são as dispostas no Decreto nº 24.643, de 10 de julho de 1934, denominado Código de Águas. Cabe assinalar que este Código foi posteriormente e atualmente substituído em boa parte pela Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995 (“dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previstos no artigo 175 da Constituição Federal”), e especialmente as normas expedidas pelo antigo Departamento Nacional de Energia Elétrica - ANEEL (instituída pela Lei nº 9.427/96 e Decreto nº 2.335/97), órgãos, cada um ao seu tempo, que tinham e têm por finalidade regular e fiscalizar a produção, transmissão, distribuição, comercialização de energia elétrica, em conformidade com as políticas e diretrizes do governo federal.

- No tocante ao objeto do projeto de lei em questão, cumpre-nos esclarecer que já existe regulamentação acerca da periodicidade de leitura, faturamento e pagamento quanto às faturas de energia elétrica relativamente a todas as classes de consumidores inclusive relativamente ao consumidor rural, a qual se encontra na Resolução ANEEL nº 456, de 29.11.2000. Assim nenhuma outra disciplina distinta poderá ser implementada, a menos que emanada da própria ANEEL ou do Poder Concedente, a União Federal.

- Diante do acima exposto, torna-se impossível eventual estabelecimento, pelo Estado do Paraná, de legislação acerca da cobrança do consumo de energia elé-

trica na zona rural, conforme sugerido no projeto de lei, haja vista a competência federal em legislar sobre o assunto e o fato de já haver disciplina no âmbito do Poder Concedente quanto à questão”.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

**(O Projeto de Lei nº 503/2003 encontra-se publicado no DA nº 67 de 02/09/2003)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 66/2004

**P A R E C E R :**

O Projeto de Lei nº 503/2003, de autoria do Deputado Ratinho Júnior, que recebeu veto do Sr. Governador, dá providências com referência à cobrança de consumo de energia elétrica na zona rural.

Chamada a Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, por ter sido o veto apostado dentro do prazo legal e regimental, encontra-se o mesmo em condições de ser apreciado pelo Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 31.08.2004.

(a) HERMES FONSECA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

**Em votação.**

O SR. ANDRÉ VARGAS (PT) **(Pela Ordem)**

Para que não tivéssemos o prejuízo da votação, em não havendo quórum...

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Não havendo quórum, automaticamente está anulada a votação. Não se vota o projeto.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Nereu Moura**)

**(Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados)**

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

16 (dezesseis) Srs. Deputados votaram.

Não há quórum para prosseguimento da Sessão.

***Requerimentos:***

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 189 de autoria do Deputado Hermas Brandão, constante do expediente.

**Retirado pelo autor.**

Requerimento nº 199 de autoria da Deputada Elza Correia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

***Ordem do Dia da próxima Sessão:***

Nestas condições, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 02, à hora regimental, com a Ordem do Dia destinada à composição das Comissões.

Levanta-se a Sessão.